



PROFHISTÓRIA

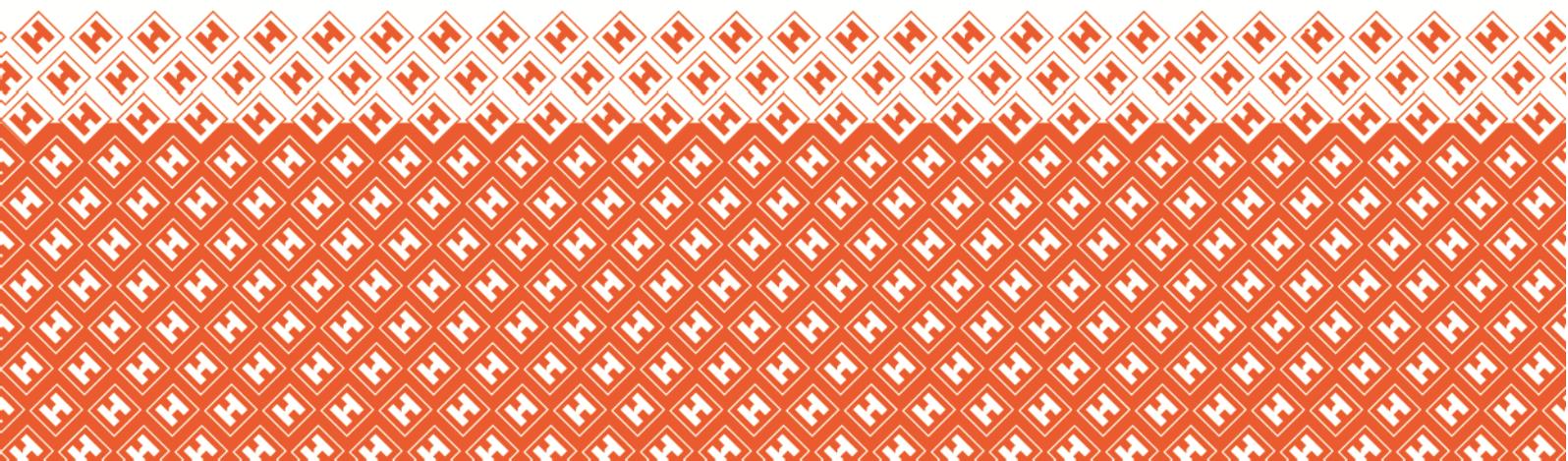
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

JUBERTO DE OLIVEIRA SANTOS

**O Ensino de História da Ilha do Governador
na Educação Básica: usos de Práticas Lúdicas
no Ensino de História Local**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

JULHO/2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

JUBERTO DE OLIVEIRA SANTOS

**O Ensino de História da Ilha do Governador na Educação Básica:
usos de Práticas Lúdicas no Ensino de História Local**

**RIO DE JANEIRO
2022**

JUBERTO DE OLIVEIRA SANTOS

**O Ensino de História da Ilha do Governador na Educação Básica:
usos de Práticas Lúdicas no Ensino de História Local**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Dra. Marieta de Moraes Ferreira

**RIO DE JANEIRO
2022**

Juberto de Oliveira Santos

**O Ensino de História da Ilha do Governador na Educação Básica:
usos de Práticas Lúdicas no ensino de História Local**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Ensino de História.

Aprovada em 19 de Julho de 2022.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Profa. Dra. Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dra. Aryana Lima Costa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

2022

Santos, Juberto de Oliveira.

O Ensino de História da Ilha do Governador na Educação Básica: usos de Práticas Lúdicas no ensino de História Local

Juberto de Oliveira Santos. – Rio de Janeiro, RJ: [167], 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira

Dissertação de Mestrado Curso ProfHistória. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

1. História. 2. Ensino de História. 3. Ludicidade. 4. Lúdico na Educação

I. Santos, Juberto de Oliveira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ Faculdade de Educação / ProfHistória

DEDICATÓRIA

Primeiramente, a Deus, o Autor da vida, por estar comigo na árdua jornada.

Dedico a todos os professores com quem convivi e aprendi no ensino fundamental, médio, graduação, especialização e mestrado, pois busco continuar o exemplo deixado por todos ao fitar os semblantes dos estudantes a cada aula. Sempre resgato o melhor de cada um em meu ofício. Sou muito grato!

Dedico também esse trabalho a todos os pesquisadores da Ilha do Governador, do passado e do presente, com trabalhos em diversos campos do conhecimento (História, Geografia, Economia, Patrimônio, Biologia, Ecologia, etc.), os quais nos motivam a manter esse objetivo vivo em ver a Ilha mais respeitada e seu povo mais consciente. Em especial, ao ilustríssimo professor Jaime Gonçalves de Moraes Filho, por seu amor incondicional à Ilha em mais de 50 anos de dedicação e carinho na sua busca de manter viva a história insulana e divulgá-la a todos pelo meio físico e digital; por toda a parceria de anos sempre me auxiliando de diversas formas em várias ações nas escolas da Ilha. Sempre serei grato! Sempre!

Juntamente, deixo aqui um muito obrigado aos pesquisadores Cybele Moreira de Ipanema e Marcello de Ipanema, pelo trabalho e esforços em desbravar a história insulana, despertar a cultura local no coração de todos e lutarem por mais atenção à região através da produção dos livros e ações. Tenho certeza que suas obras sempre serão um marco e uma inspiração a todos os insulanos.

Também dedico a toda população da Ilha! Que nossa região sempre possa ser contemplada por todos como parte importante da nossa História!

Conhecê-la, preservá-la, valorizá-la e difundi-la.

É preciso!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus.

Agradeço copiosamente aos meus pais, Carlos dos Santos e Elenita de Oliveira Santos, por terem, desde o início, me oferecido uma educação de qualidade e por me incentivarem e acompanharem. Em especial à minha saudosa mãe Elenita, que sempre lutou pela educação de seus filhos, a ponto de vender alguns móveis de sua casa visando comprar os livros e demais materiais didáticos para que eu e minha irmã não deixássemos de estudar. Também agradeço ao meu pai por sua luta diária pelo pão de cada dia, jamais deixando faltar nada, nunca desanimando em meio às inúmeras dificuldades que se colocavam a sua frente; por sempre acompanhar meus desânimos, minhas euforias, enfim, pela pessoa que sou hoje.

Agradeço imensamente aos meus avós, em especial ao vovô Juberto Pires Bandeira de Mello e a vovó Acy Costa Bandeira de Mello, por todo o apoio dado desde minha infância, o carinho e os muitos incentivos na construção de grandes sonhos futuros. Os passos iniciados por vocês tiveram grandes efeitos na minha vida de minha família. Não posso deixar de agradecer a minha irmã Enir de Oliveira Santos pelos muitos incentivos, por ser meu apoio em meios às dificuldades, sendo meu alicerce em tantos momentos. São muitos agradecimentos que são impossíveis transcrevê-los, contudo, saiba que és fundamental em minha vida. Obrigado por tudo!

Agradeço a minha amada esposa Kássia Kelly Ribeiro da Silva Santos, foi fundamental ao longo dessa caminhada sendo motivadora e muito paciente em tantos momentos de ausência e desânimo por conta dos estudos, as ações dentro das escolas e da Universidade. Amo-te! Aos meus familiares, amigos, principalmente àqueles mais próximos do meu dia-a-dia e que sei do orgulho e da torcida deles por mim. Agradeço a todos amplamente.

Quero agradecer, de coração, à minha professora e orientadora, Dra. Marieta de Moraes Ferreira pelo apreço, grandiosa paciência, compreensão, dedicação e enorme contribuição na elaboração dessa pesquisa. Agradeço pela oportunidade de ser um dos seus orientandos e por sempre acreditar em meu potencial dessa pesquisa, e pelo seu estímulo constante nesse caminho de professor-pesquisador. Serei eternamente grato. Também deixo meu muito obrigado às professoras, Dra. Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro e Dra. Aryana Lima Costa, por sua disponibilidade em participarem da avaliação e suas diversas contribuições para o desenvolvimento desse trabalho. Muitíssimo obrigado!

A toda a equipe do PROFHISTÓRIA/UFRJ, eu deixo registrada minha gratidão. Fiquei muito feliz em poder voltar à Universidade Federal do Rio de Janeiro na qual fui graduado, me especializei e que tanto contribui para o meu ofício diário. A cada aula vivenciada, leitura de texto, aprendizados e trocas de conhecimentos com os professores, por todo o cuidado conosco na busca de tentar suprir quaisquer desafios, obstáculos que apareceram ao longo do curso. Aos colegas do PROFHISTÓRIA/UFRJ, minha gratidão pelos debates e as trocas em sala de aula que foram momentos enriquecedores, com grande aprendizado, reflexões extremamente relevantes e as vivências de cada um em cada debate nas aulas, nos trabalhos realizados; grandes contribuições que levarei todos no meu coração. Sentirei muita falta daqueles ótimos momentos de construção do conhecimento.

Em especial agradeço a todos da instituição Santa Mônica Centro Educacional – Unidade Ilha, da Escola Municipal Belmiro Medeiros/11ªCRE e demais escolas em que já trabalhei e compartilhei esse idealizado projeto de um ensino mais concreto aos nossos alunos. Esse trabalho foi vivido no campo empírico das salas de aula antes de ser escrito. Que essa pesquisa possa servir de bússola para despertar em outros professores de História uma C.H.A.M.A: Conhecimentos novos, Habilidades diferenciadas, grandes Atitudes, maior Motivação e aquele Amor (ardor) que todos temos pelo ensino, pela Educação de qualidade em nosso país. Espero que ele auxilie a inflamá-los na busca de uma didática que una cada vez mais a teoria e à prática, seja realmente transformadora e que traga aos nossos alunos o carinho e amor pela História que tanto valorizo em minha vida. Ser professor é semear. A escola pode e deve ser vista como esse território educativo, seja dentro ou fora de seus muros...

Finalizando, deixo meu imenso agradecimento a todos os estudantes: aprendentes do passado e do presente, os quais foram e são meus maiores objetivos como professor. Além de prepará-los a entenderem melhor o mundo em que vivemos e a cidadania que tanto precisamos, sempre foi e será meu maior objetivo como docente é repassar esse meu carinho e valorização pela História. Antes de buscar aprender sobre a História de outros países, é preciso iniciar pelo lugar onde vivemos! Valorizar a História Local! Ela é linda, viva, orgânica e busco que ela seja efetiva! E, por fim, jamais poderia me esquecer dos estudantes do amanhã, que vocês possam sempre saborear aulas de História tão significativas e prazerosas nas escolas desse Brasil.

Lembrem-se sempre que todos nós somos Agentes da História!

Viva a História! Viva a Educação, o Brasil e povo brasileiro.

“O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção”. (Paulo Freire)

“A importância de se estudar a ‘história do lugar’ tem se revelado ainda mais visível, nas últimas décadas, nas escolas, nas ruas, nas famílias, nas comunidades de que fazem parte, nos lugares onde se situam com suas particularidades”. (Joaquim dos Santos)

RESUMO

SANTOS, Juberto de Oliveira. O Ensino de História da Ilha do Governador na Educação Básica: usos de Práticas Lúdicas no Ensino de História Local. 2022. 167f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O presente estudo pretende levantar informações importantes sobre fatos históricos ocorridos na Ilha do Governador/RJ, entre os séculos XVI e XIX, associando seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais aos conteúdos curriculares regulares, dialogando a História de uma Ilha carioca com a Cidade do Rio de Janeiro, o Estado do RJ e com o Brasil e de que forma ela pode ser trabalhada pelos professores em aulas presenciais ou online.

A Ilha do Governador/RJ pode e deve se fazer presente junto aos demais processos históricos brasileiros no contexto do Currículo no Ensino de História para o Ensino Fundamental. É valorizar a realidade dos estudantes, para que possam se sentir incluídos nesse processo.

Entender a História Local como catalizador de identidades e ressignificações, ocasionando reflexões pertinentes nas salas de aula. Nesse sentido, a pesquisa mostrará diferentes planejamentos de atividades síncronas ou assíncronas, desmistificando diversas ferramentas digitais para melhorar sua prática docente, contemplando novos e diferentes saberes.

O uso do Lúdico e as suas diferentes aplicabilidades catalisando melhor as atividades sobre a localidade, gerando maior prazer em aprender. Podendo, assim, contribuir para fortalecer identidades, muitas vezes silenciadas ou adormecidas. Adaptar e personalizar jogos, programar aulas externas, criar vídeos com os estudantes, ressignificar símbolos locais, fazer uso de recursos digitais, são algumas propostas de ação. Dessa forma, aumentar a empatia e participação dos alunos no processo de construção do conhecimento histórico.

Também inserida dentro do período da Pandemia da Covid-19, a pesquisa observou a realidade escolar vivenciada no período de isolamento social e seus impactos na rotina escolar. O produto didático produzido pela pesquisa procura contribuir com a prática docente no que tange ao entendimento e utilização de ações lúdicas, como através de propostas de atividades práticas que possam envolver estudantes, professores e a comunidade.

Palavras-chave: História - Ensino de História - História Local – Lúdico - Ilha do Governador.

ABSTRACT

SANTOS, Juberto de Oliveira. The Teaching of the History of Ilha do Governador in Basic Education: uses of Playful Practices in the of Local History. 2022. 167f. Dissertation (Professional Master's in National Network PROFHISTORIA) – Faculty of Teacher Training, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The present study intends to gather important information about historical facts that occurred in Ilha do Governador/RJ, between the 16th and 19th centuries, associating its social, economic, political and cultural aspects to regular curricular contents, dialoguing the History of a Carioca Island with the City. from Rio de Janeiro, the State of RJ and Brazil and how it can be worked on by teachers in classroom or online classes.

Ilha do Governador/RJ can and should be present along with other Brazilian historical processes in the context of the Curriculum in History Teaching for Elementary Schools. It is to value the reality of students, so that they can feel included in this process.

Understanding Local History as a catalyst for identities and resignifications, causing relevant reflections in classrooms. In this sense, the research will show different plans of synchronous or asynchronous activities, demystifying several digital tools to improve their teaching practice, contemplating new and different knowledge.

The use of Lúdico and its different applicability better catalyzing activities in the locality, generating greater pleasure in learning. In this way, they can contribute to strengthen identities, which are often silenced or dormant. Adapting and personalizing games, scheduling external classes, creating videos with students, re-signifying local symbols, making use of digital resources, are some of the proposals for action. In this way, increase students' empathy and participation in the process of building historical knowledge.

Also inserted within the period of the Covid-19 Pandemic, the research observed the school reality experienced in the period of social isolation and its impacts on the school routine. The didactic product produced by the research seeks to contribute to the teaching practice regarding the understanding and use of playful actions, such as through proposals for practical activities that can involve students, teachers and the community.

KeyWords: History - Teaching of the History - Local History - Ludic - Governor's Island.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Mapa da Cidade do Rio de Janeiro com destaque à Ilha do Governador.....	30
Figura 2 – Mapa do Rio de Janeiro de 1586.....	37
Figura 3 – Mapa do Rio de Janeiro de 1666.....	37
Figura 4 – Ilustração do Galeão Padre Eterno.....	40
Figura 5 – Mapa da Cidade do Rio de Janeiro.....	41
Figura 6 – Brasão de Armas da Ilha do Governador.....	46
Figura 7 – Estudantes da Escola Municipal Rodrigo Otávio.....	53
Figura 8 – A estátua do cantor Renato Russo de 2014.....	55
Figura 9 – Busto de Manuel Bandeira.....	55
Figura 10 – Antiga estátua do Leão no bairro do Zumbi.....	56
Figura 11 – Quatro fotos que retratam o Canhão da Ponta do Tiro.....	56
Figura 12 – Monumento da Pedra da “Onça”.....	57
Figura 13 – Busto de Castro Alves.....	57
Figura 14 – Busto de Carmem Miranda.....	58
Figura 15 – Trecho da Praia da Guanabara.....	60
Figura 16 – Matéria do telejornal RJTV, da TV Globo.....	61
Figura 17 – Tartaruga morta na Praia da Guanabara.....	62
Figura 18 – Praça do Avião.....	63
Figura 19 – Capa do Grupo Ilha do Governador: o passado no presente.....	65
Figura 20 – Antigo Palacete Santa Cruz e do atual local.....	67
Figura 21 – Escudo Colégio Municipal Prefeito Mendes de Moraes	69
Figura 22 – Foto com detalhe de logotipo da camisa da Rede Municipal do Rio	70
Figura 23 – Praça do Papai Noel.....	87
Figura 24 – Refotografia da Ponte do Galeão.....	110
Figura 25 – Trecho da Avenida Paranapuã.....	110
Figura 26 – Processo de criação no aplicativo Kinemaster.....	111
Figura 27 – Imagem da tela inicial do aplicativo Padlet.....	112
Figura 28 – Breves vídeos produzidos no bairro do Cocotá	116
Figura 29 – Nuvem de palavras com localidades da Ilha	121
Figura 30 – Mapas da Ilha do Governador (político, mudo, limites).....	126
Figura 31 – Mapa Mental digital sobre a Ilha do Governador	134
Figura 32 – Mapa Mental manuscrito sobre a Ilha do Governador.....	134
Figura 33 – Brasão de Armas da Ilha do Governador	141
Figura 34 – Letra do Hino da Ilha do Governador.....	142
Figura 35 – Pesquisando a igreja Nossa Senhora da Ajuda com o Google Earth.....	150
Figura 36 – Pesquisando a igreja Nossa Senhora da Ajuda com o Google Maps	151

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

- AMIG – Associação de Moradores da Ilha do Governador
- CETEL – Companhia de Telefones do Rio de Janeiro
- CIEPS – Centros Integrados de Educação Pública
- COVID-19 – Coronavirus Disease - 2019
- CRE – Coordenadoria Regional de Educação
- DETRAN – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro
- EISA – Estaleiro Ilha S.A.
- EMAQ – Estaleiro Engenharia e Máquinas
- FAB – Força Aérea Brasileira
- FORMICIDA – Veneno para formigas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MULTIRIO – Empresa Municipal de Multimeios
- OLARIA – Local de fabricação de cerâmicas diversas
- PAGL – Prefeitura da Aeronáutica
- PDF – Portable Document Format
- QR-CODE – Quick Response, "resposta rápida" em português.
- RA – Região Administrativa
- RJ – Rio de Janeiro
- RPG – Role Playing Game, “jogo de interpretação de personagens”, em português
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A ILHA DO GOVERNADOR: O PASSADO NO PRESENTE	29
1.1 – A Ilha do “Gato” ao “Governador”	29
1.2 – A Ilha do Governador no contexto da História do Rio e do Brasil	38
1.3 – Desafios da Ilha do Governador no Tempo Presente.....	48
1.4 – A Educação na Ilha do Governador	68
2. A HISTÓRIA LOCAL: IMPORTÂNCIAS E POSSIBILIDADES DE AÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19	72
2.1 – A importância da História Local no ensino de História.....	72
2.2 – Percalços no Ensino de História Local.....	80
2.3 – A História Local e o Tempo Presente	83
2.4 – O ensino de História Local na Ilha do Governador.....	98
3. ATIVIDADES LÚDICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA DE FORMA REMOTA E/OU PRESENCIAL	101
3.1 – O Lúdico e seus Vetores de Ludicidade	102
3.2 – Propostas de Sequências Didáticas a partir da História Local e do Lúdico	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	159

INTRODUÇÃO

A presente dissertação consiste em um estudo sobre diferentes olhares que professores e estudantes podem ter sobre a Ilha do Governador, localizada na cidade do Rio de Janeiro, a partir de atividades propostas no período de 2020 e 2021. O presente estudo visa um esboço mais amplo e significativo no ensino de História ao tratar da localidade como fomento de identidade, conexão com processos históricos mais amplos sobre a cidade do Rio de Janeiro e seus bairros, o estado do Rio de Janeiro, o Brasil e suas possíveis relações internacionais.

Nesse período, o mundo enfrentou e ainda tem enfrentado muitos desafios por conta de uma Pandemia, que afeta cada país de maneira diferenciada e trouxe efeitos negativos em todas as esferas sociais, econômicas, políticas, culturais... A escola, assim, também foi diretamente impactada como todos à sua volta (professores, gestores, famílias e alunos). Mesmo com todos os problemas impactando diretamente a população, esse trabalho buscou ser como uma possibilidade de agregar a construção de conhecimentos históricos, despertando novas possibilidades de ação aos professores e possibilitar aos estudantes a atuação como protagonistas desse processo de ensino através da história Local sendo valorizado e onde toda a comunidade ser vista como parte fundamental desse aprendizado.

Assim, na Educação, os efeitos da Pandemia foram imediatos. Com os espaços escolares sendo ambientes de aglomerações seriam locais de fácil propagação e transmissão da Covid-19. Daí o isolamento social ter sido rapidamente proposto e colocado em vigor pelos países. Pensar também o Ensino de História desde 2020 foi algo muito complexo e desafiador por conta da Pandemia que atingiu a humanidade, pois trouxe e ainda traz graves reflexos para a sociedade brasileira e mundial. Trouxe a tona as mazelas e as amplas desigualdades existentes no Brasil.

Com a descoberta do vírus da Covid-19, no final do ano de 2019, a Educação brasileira sofreu grande impacto com a política de isolamento e de medidas restritivas em todo o mundo. No Brasil, a pandemia cresceu e, em março de 2020, as escolas públicas e particulares foram obrigadas a fechar as portas e as famílias tiveram que enfrentar o desafio do Ensino Remoto Emergencial. Infelizmente, inúmeros obstáculos tecnológicos, econômicos, sociais e emocionais geraram graves prejuízos em milhares de lares brasileiros. Segundo Ricarte (2020):

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que, na cidade de Wuhan, na província de Hubei, China, aproximadamente vinte pessoas estavam doentes de uma pneumonia cuja origem não era ainda conhecida. Era o último dia do ano e início oficial de uma doença que, no dia 30 de janeiro, levaria a

OMS a declarar a enfermidade como um caso de emergência de saúde pública internacional. Somente a 11 de fevereiro de 2020 é que seria nomeada de COVID-19 (doença do Coronavírus 19). (RICARTE, 2020, p.54)

No território brasileiro esse cenário foi visto com obstáculos diferenciados enfrentados por milhares de famílias, sejam nas áreas rurais e urbanas, regiões centrais e periféricas, nas grandes capitais ou cidades interioranas. Em reportagem de agosto de 2021 há um exemplo dessa constatação, como a falta de internet na casa dos alunos gerando dificuldades em acessar o ensino remoto:

Falta de internet na casa dos alunos dificultou ensino remoto em 8 de cada 10 escolas, aponta levantamento do Cetic

Pouca ajuda dos pais e responsáveis aos estudantes é outro problema comum identificado pela pesquisa, que ouviu representantes de 3,6 mil estabelecimentos de todo o país. A falta de computadores, celulares e acesso à internet em casa dificultou o ensino remoto para alunos de 86% das escolas do país, segundo levantamento divulgado nesta terça-feira (31) pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Os dados foram colhidos de setembro de 2020 a junho de 2021, por telefone, com 3,6 mil escolas públicas e privadas. Entre as públicas, o percentual das que relataram dificuldades por conta da falta de internet, celular e computador sobem para 93% nas municipais e 95% nas estaduais. Nas particulares, o número cai para 58% (Globo.com 31/08/2021)¹.

No estado do Rio de Janeiro a realidade também foi muito complexa, pois em cada município, observaram-se muitos problemas com estudantes também sem acesso a dispositivos eletrônicos como celulares ou tablets ou sem internet em casa ou na sua região, além de muitas escolas não conseguirem acessar esses estudantes por não possuírem uma estrutura que possibilitasse aulas remotas ou pudesse fornecer materiais a esses estudantes, considerando todas as possíveis dificuldades familiares, financeiras, de saúde física e emocional onde esses estudantes poderiam estar inseridos. Em reportagem de abril de 2021 esse problema pode ser analisado com mais detalhes:

O número de estudantes sem acesso à educação no RJ cresce de 2% para 17% na pandemia, aponta Unicef.

Estudo lançado nesta quinta (29) revela que mais de 458 mil alunos no estado não participavam de atividades escolares em novembro de 2020.

O número de estudantes sem acesso à educação no Estado do Rio cresceu 15 pontos percentuais durante a pandemia, segundo dados de uma pesquisa do Unicef lançada nesta quinta (29). O estudo apontou que a exclusão escolar, que atingia 2,1% dos estudantes entre 4 e 17 anos em 2019, passou a impactar 17,2% das crianças entre 6 e 17 anos em 2020. O levantamento mostrou ainda que mais de 458 mil alunos no estado não frequentavam a sala de aula não participavam de atividades escolares em novembro do ano passado. (...) O estudo mostrou também que a exclusão escolar afeta principalmente os alunos de baixa renda. Milhares de crianças e adolescentes deixaram de estudar durante a pandemia por problemas como dificuldade de acesso à internet. (...) A Pandemia compromete o ensino de

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/31/pesquisa-cetic-ensino-pandemia.ghtml>. Acesso 18 março de 2022.

crianças da educação infantil e também jovens que cursam o ensino médio (O Globo.com 29/04/2021)².

Muitas escolas públicas e particulares, por exemplo, buscaram parcerias com Plataformas Educacionais ou adaptaram sua realidade fazendo uso de aplicativos como Whatsapp ou Telegram, por exemplo, por serem aplicativos de fácil acesso e que possibilitam a criação de grupos, visando garantir o mínimo de contato com os pais e os estudantes. Esse recurso permitiu aos docentes e as escolas enviarem os trabalhos propostos pelos professores (links de vídeo-aulas, vídeos curtos de temas curriculares, resumos de sites, além de arquivos com listas de exercícios ou outras atividades...).

Desta forma, através de um aparelho celular conectado a internet, o sistema de ensino poderia ser estabelecido remotamente entre estudantes e professores mantendo “contato em meio ao período do isolamento”. Outro ponto visto nesse contexto foi a expansão da digitalização durante a pandemia de COVID-19, pois milhares de pessoas passaram a ficar restritas em suas casas e a demanda pelo uso da internet cresceu amplamente. O avanço tecnológico foi fator primordial na Covid-19.

Neste novo cenário, com o uso de Plataformas Digitais como o Google, que disponibiliza recursos das aulas online pelo (Google Meet) e apresentando recursos para a inserção de atividades com o (Google Classroom), através de diversas propostas (como a criação de documentos, slides, formulários, entre outros). Estes materiais estavam à disposição dos professores e estudantes na realização de trabalhos, pesquisas e avaliações, trazendo, assim, a interação do professor com as turmas no sistema online. Neste contexto, os recursos de pacotes de serviços para contas gratuitas e outro para contas pagas – fato que ajudou muito as escolas com o menor investimento, localizadas em regiões de periferia e áreas rurais que neste cenário não dispunham de condições de custear tais ferramentas digitais. Contudo, essa realidade não representa a grande parte da população e das escolas brasileiras. O acesso à internet no Brasil ainda é uma demanda urgente e ainda sem uma resposta definitiva das autoridades, segundo Henriques (2016):

Ao considerar os domicílios desconectados, os motivos alegados para não possuir acesso à Internet são variados. O custo elevado permanece sendo o principal deles, correspondendo à realidade de 49% dos domicílios, seguido pela ausência de computador (47%). Destacam-se, ainda, a falta de interesse (45%), necessidade (40%) e também a falta de habilidade para usar a Internet (30%). O custo elevado do serviço pode inclusive ser um dos motivos para a busca por formas alternativas de acesso. A pesquisa TIC Domicílios 2014 revela que 13% dos domicílios com acesso

² Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/29/numero-de-estudantes-sem-acesso-a-educacao-no-rj-cresceu-15percent-durante-a-pandemia-segundo-pesquisa-do-unicef.ghtml>. Acesso 18 março de 2022.

à Internet compartilham o acesso com domicílios vizinhos via Wi-Fi (HENRIQUES, 2016, p.2)³.

A lista de obstáculos e desafios que a população brasileira tem enfrentado nesse contexto, é muito maior do que o elevado valor gasto em aparelhos eletrônicos como celulares, notebooks, tablets ou os tradicionais computadores. Nem todas as pessoas que têm celulares possuem modelos que conseguem acessar a internet com todos os recursos; nem todos os usuários que conseguem adquirir celulares (smartphone) estão conseguindo comprar periodicamente “dados de acesso”, pois são mais gastos com pacotes pré-pagos ou pós-pagos. Há um grupo que desconhece a funcionalidade de grande parte dos aplicativos inseridos em seus aparelhos, logo não conseguem fazer uso de todos os recursos. Falta no Brasil, assim, um letramento digital.

As contradições do acesso tecnológico são latentes neste período. Há famílias que poucos ou apenas uma pessoa tem o celular e em outras que a tecnologia não chegou nestes lares. E neste cenário tão paradoxal, como gerir o trabalho dos pais e o estudo dos filhos em uma única máquina? Muitos núcleos familiares não dispõem ou quando possuem o aparelho, somente um membro da família tem o aparelho móvel, concentrando todos os membros para uso de da mesma ferramenta para estudar e trabalhar. E como termos um único par de sapatos para muitos ou todos os membros da família... Como poderemos exercer nossas diversas atividades se somente dispomos de um único recurso para vários integrantes?

A tecnologia ainda não é um recurso para todos os cidadãos no Brasil e não está acessível para todos. Há cidades, bairros e localidades em que a internet não existe ou não é estável. Há muitos locais no Rio de Janeiro em que o desafio tecnológico ainda é presente. Os moradores não dispõem de conexões e os planos de dados oferecidos pelas operadoras limitam os usuários a procurar o sinal para acesso ao mundo on-line.

Assim, como acompanhar tantas informações nesses grupos, armazenando tantos arquivos de atividades enviadas por professores ou pela escola e poder dar conta de todas as tarefas propostas? Como os responsáveis podiam dar conta de ajudá-los em todas as matérias curriculares em caso de dúvidas? Como os estudantes conseguiriam estudar com falta de materiais didáticos que sempre fizeram uso (livro didático) e o acesso direto aos professores ajudando em suas dificuldades? Ou ainda terem em suas casas um local apropriado para estudo e concentração?

³ HENRIQUES, Vanessa Roque. Panorama Setorial da internet. Revista Universalização do Acesso. Ano 8 – nº01, 2016, pág. 02. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/6/Panorama_Setorial_11.pdf. Acesso 15 fevereiro de 2022.

Outro obstáculo observado é a questão da disponibilidade do serviço para o acesso à internet no país, já que há um grande desequilíbrio regional com o Norte, Centro-Oeste e Nordeste dispondo de uma quantidade menor de serviços que o Sudeste e o Sul do Brasil. Podemos citar ainda a questão do desemprego gerando a queda na renda mensal das famílias e também a questão da insegurança alimentar, pois muitos pais contam com as refeições oferecidas nas escolas para ajudar na alimentação diária dos filhos.

Neste novo cenário, por exemplo, a rotina doméstica foi alterada abruptamente com a presença maior de pessoas dentro de casa na maior parte do dia, dificultando ter espaços que fossem adequados para trabalho e estudo remoto com itens de mesa, cadeira, pouco barulho. As condições de cuidados para que os vitimados pela doença pudessem se recuperar e há as sequelas que ocorreram após o restabelecimento, gerando diversas adversidades na vida das pessoas; isso sem falar do falecimento de familiares, amigos e conhecidos por conta da Covid-19 e todos os impactos que ocorreram na questão emocional e mental das famílias de professores, estudantes e em grande parte dos lares brasileiros. Algumas dessas questões citadas podemos constatar em ampla reportagem de maio de 2020:

Sem internet, merenda e lugar para estudar: veja os obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19.

O ensino presencial está suspenso por causa do Coronavírus. Professores e alunos mostram que desigualdade fica ainda mais evidente com projetos de educação remota.

Por causa da pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2), escolas suspenderam as aulas presenciais e passaram a buscar formas alternativas de manter o processo de ensinoaprendizagem durante a quarentena: usam principalmente aplicativos e plataformas online. A estratégia adotada, no entanto, escancara a **desigualdade e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e professores de colégios públicos** – acesso limitado à internet falta de computadores e de espaço em casa, problemas sociais, sobrecarga de trabalho docente e baixa escolaridade dos familiares. Nesta reportagem, conheça a história de alunos, pais e professores que relatam os **obstáculos da educação remota**. Eles serão apresentados em quatro eixos:

- . **Estrutura:** problemas de acesso a computadores e de conexão com internet, falta de espaço apropriado para o estudo em casa;
- . **Relação família-escola:** dificuldade de professores entrarem em contato com os pais dos alunos, baixa escolaridade dos familiares e esgotamento emocional dos docentes, que ficam disponíveis 24h para tentar ajudar;
- . **Problemas sociais:** a falta de merenda, evasão escolar e maior exposição à violência (sexual física ou psicológica);
- . **Conteúdo:** professores que não foram preparados para ministrar aulas online e dificuldade em adaptar conteúdos (Jornal O Globo.com, 2020)⁴.

Como professor atuando nas Redes Pública e Privada na Cidade do Rio de Janeiro, enfrentei e percebi que, a grande parte dos estudantes passa por muitas dessas angústias, pois a maioria dos estudantes não conseguiam acessar ou dar retorno das tarefas propostas pelos

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>. Acesso 18 março de 2022.

professores, nem todos conseguiram acessar os grupos nos aplicativos e outros não conseguiram assistir as aulas online. A grande maioria não conseguia acessar o recurso de abrir sua câmera e o microfone, reduzindo a sua participação nas aulas e com pouca interação ou quase nula... Sempre perguntava o motivo do silenciamento e, como resposta, eles sempre escreviam no chat: “tenho vergonha”; “há muito barulho aqui”; “estou sentado do lado de fora pegando Wi-Fi do vizinho”; “estou feio e de cabelo desarrumado”; “estou com microfone com defeito”; “estou sem câmera para economizar dados de internet”. Assim, notam-se alguns dos problemas enfrentados nessa dura realidade do ensino remoto emergencial.

Em outra experiência, como professor de uma grande rede particular carioca, consegui ter algumas formações digitais advinda das parcerias da escola com a Plataforma Google e consegui aprender a utilizar diversos recursos nos meus equipamentos e da Plataforma, os quais também foram empregados na elaboração de ações para as escolas públicas que leciono na Ilha do Governador. Também a Prefeitura do Rio de Janeiro, posteriormente, passou a realizar formações online pela plataforma de acesso da Escola de Formação Paulo Freire (<https://eadepf.rioeduca.rio.gov.br/>) e pela MultiRio (<http://www.multirio.rj.gov.br/>). Também criou dois aplicativos (Escola.Rio e Rioeduca em Casa), buscando minimizar esse distanciamento dos estudantes com a escola, oferecendo aulas ao vivo, gravadas e materiais didáticos ao alcance de todos sem custos para alunos e professores. Segundo a Prefeitura do RJ, esses aplicativos:

A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Educação, oferece novas possibilidades de ensino e aprendizagem com o lançamento do aplicativo Escola.Rio nesta quarta-feira, dia 5/8. Voltada para alunos, pais e responsáveis da Rede Municipal de Ensino, a plataforma tem atividades escolares para os estudantes, com novas tecnologias, ampliando as alternativas pedagógicas, incrementando a experiência educacional e potencializando a aprendizagem. O melhor de tudo é que a internet é gratuita para quem é da Rede, ou seja, não há consumo de dados do equipamento do usuário. Além das atividades remotas, pelo aplicativo é possível acessar boletim e frequência dos alunos, calendário escolar e cardápio de merenda⁵.

Aplicativo Rioeduca em Casa - É uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro para apoiar a aprendizagem dos alunos, com aulas ao vivo, gravadas e materiais didáticos ao alcance de todos por meio do aplicativo Rioeduca em Casa sem custos para alunos e professores. No aplicativo Rioeduca em Casa, os alunos e professores encontram aulas cuidadosamente elaboradas por professores especialistas da Secretaria Municipal de Educação, além de conteúdos cedidos por organizações parceiras. As aulas são transmitidas a partir de estúdios da Multirio e podem ser acompanhadas, ao vivo, pelo Rioeduca em Casa. Estas aulas permitem que os alunos e professores possam interagir. Tudo isso sem precisar usar os pacotes de internet dos alunos e professores da rede⁶.

⁵ Divulgação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro sobre a implementação do Aplicativo Escola.Rio, 2020. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-lanca-aplicativo-escola-rio-com-internet-gratuita-para-alunos-da-rede-municipal/>. Acesso 13 janeiro de 2022.

⁶ Portal do Rioeduca em Casa. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/rioeducaemcasa>. Acesso 13 janeiro de 2022.

Ambos os recursos foram imensamente úteis e extremamente positivos para atender as inúmeras escolas. Contudo, esses dispositivos também apresentaram muitas dificuldades em sua aplicabilidade por conta dos vários problemas que a cidade possui em relação aos acessos à internet e a aquisição de aparelhos com tal recurso, tanto por parte dos docentes quanto das famílias dos estudantes. Também foram confeccionadas apostilas (impressas e digitais) com resumos de conteúdos e resolução de atividades. As apostilas e demais materiais impressos foram entregues nas escolas para quem não possuía ou tinha dificuldades de acessar os aplicativos e demais recursos digitais. Já em 2021, iniciou-se o uso de vídeo-aulas em alguns canais de televisão aberta (TV Band) e fechada (TV Escola), onde alguns professores da Rede foram selecionados e criaram aulas pautadas na matriz curricular.

Essas ações também foram adotadas em outros estados e cidades e disponibilizaram o uso de aplicativos, aulas em canais de televisão, com materiais vindos do Ministério da Educação e de outros Institutos Privados através de parcerias.

O período do isolamento social por conta da pandemia da Covid-19 trouxe graves dificuldades para o processo educacional. A transmissão de aulas online foi outro grande desafio porque muitos professores tiveram que adentrar ao mundo virtual, custeado com recursos próprios, a compra de equipamentos novos e outros acessórios para possibilitar a criação de aulas e conseguir acessar os alunos, aumentando os seus custos com a conta de luz, o consumo de internet, além de adequar o espaço da casa para poder ter um mínimo de condições de exercer com qualidade no seu ofício.

Nas escolas municipais em que lecionei em 2020 e 2021 as direções buscaram acessar os alunos por meio de grupos de Whatsapp com a divisão em turmas e colocando professores nesses grupos para ajudar na mediação e também para o envio de materiais anexados (listas de exercícios, resumos de conteúdos, links de vídeos e sites...). Nesses grupos os estudantes também podiam se relacionar uns com os outros com mensagens diversas e foi uma forma de mitigar o momento de isolamento.

Em uma escola o contato foi dificultado com a falta de acesso dos estudantes a internet e por muitas famílias não terem número de celular atualizado no cadastro do aluno, o que dificultou a comunicação com os mesmos. Na Escola Municipal Belmiro Medeiros, além de serem criados grupos de Whatsapp, a coordenação organizou os professores na plataforma do Google Classroom e ali foi principal espaço de envio de materiais de aula, atividades e avaliações. Também era possível contabilizar quem realizava as atividades e respondia os trabalhos passados. A resposta foi muito positiva e, num segundo momento, quando foram

iniciadas as aulas síncronas, a plataforma ainda funcionou por um longo tempo com todos os materiais inseridos a disposição dos professores e estudantes. Evidentemente que nem todas as famílias tiveram acesso à internet e, além do uso dos recursos digitais, os pais podiam ir à escola e pegar as atividades impressas e devolvê-las depois de realizadas. Depois, a direção entregava as atividades ao professor ou fazia fotos das mesmas e as enviava aos docentes.

No segundo semestre de 2021, os professores e os alunos enfrentaram grandes desafios quando muitas escolas passaram a ter um progressivo ensino semipresencial foi necessário ter essas aulas de modo “híbrido”, ou seja, unindo o real e o virtual: o professor presencialmente na escola com parte dos alunos e outro grupo assistindo a aula no sistema remoto (assistindo a aula de suas casas por meio de uma câmera colocada na sala de aula) ou o professor de casa, de forma online dando sua aula também para esses dois grupos de estudantes (parte presencial e parte também no ensino remoto).

Por ter lecionado em ambas as realidades, entende-se que não há um modo de melhor aplicabilidade. O local onde está o professor faz toda diferença na forma que ele ensina e na recepção dos seus estudantes. Quando o professor está na sala de aula, os estudantes que também estão presenciais participam muito mais nas aulas, pois o professor está ali com eles, vai às mesas, vê no semblante de cada um se a informação foi entendida ou não, eles conseguem acompanhar o que é escrito no quadro, diferentemente do que ocorre com os estudantes online, pois nem sempre a visão do quadro é nítida pela câmera da sala ou a que fazem uso. Quando o professor está online, os estudantes presenciais, em grande parte, ficam mais apáticos e poucos interagem, pois o professor usa mais os recursos tecnológicos que são amplamente vistos pelos alunos que também estão online de suas casas. Normalmente nas salas de aula há um computador ou notebook e ali quando as telas são projetadas ou outros documentos e imagens, os estudantes apresentam dificuldades de acesso às informações, onde mal conseguem enxergar e o espaço de chat pouco é usado.

Na rede municipal as aulas online não eram gravadas e os professores estimulavam os alunos a estarem sempre participando, mas raramente as aulas contavam com a quase a totalidade dos estudantes. Na escola da rede particular que leciono, as aulas eram gravadas no Google Meet, com a parte do chat sendo usada como lista de chamada para a comprovação da frequência dos estudantes. Também foi empregada a plataforma do Google Classroom e lá foram disponibilizados materiais diversos, avaliações e espaço dos estudantes interagirem com o professor com suas possíveis dúvidas.

A ideia de um ensino híbrido não é ruim em sua essência, pois é evidente que agregar o uso de tecnologias diversas, metodologias ativas e outras ferramentas podem ampliar a construção do conhecimento junto com as aulas presenciais nas escolas, todavia, durante a Pandemia, o que se percebe é que essa proposta esbarra em desafios reais como os citados e traz perdas para uma parte considerável dos alunos. É inegável que houve um grande avanço no processo de digitalização em várias regiões do planeta, inclusive no Brasil, por conta da Pandemia da Covid-19. Sobre esse aspecto, analisa Ricarte (2020):

A crescente utilização da internet demonstra a força da digitalização enquanto vaga de mediatização. Ao todo, foram 720 272 313 906 976 de visitas (720 bilhões) via computador e dispositivos móveis (tablets e smartphones) em todo o mundo durante os meses de março a maio de 2020, um aumento de 1,18% comparado aos três meses anteriores (o trimestre anterior de dezembro, janeiro e fevereiro) (Plataforma SimilarWeb, junho 2020). Os valores são apresentados em percentagem em relação ao total de dados digitais registrados naquele período em todo país. Os valores estatísticos apresentados são referentes ao trimestre correspondente aos meses de maio, abril e março de 2020 e são comparados com o trimestre anterior, isto é, os valores a mais ou a menos expressos são em comparação 56 com o trimestre correspondente aos meses de dez. de 2019 e jan. e fev. de 2020 (RICARTE, 2020, pg. 55-56).

No processo de quarentena e isolamento social, o uso de dispositivos tecnológicos cresceu em relação ao consumo de diversos serviços diários (bancos, restaurantes, supermercados, farmácias, lojas em geral...), também com a busca por novas oportunidades de trabalho, crescimento do comércio online, e também na questão da comunicação das pessoas por ambiente das redes sociais e trocas de mensagens: o meio digital como ferramenta importante para viver nesse contexto pandêmico. Mas essa realidade não chegou a 100% da população em si.

A pandemia, sim, ampliou o déficit de aprendizagem de muitos estudantes brasileiros, alargou o abandono escolar e trouxe efeitos socioemocionais por causa da ausência da convivência também nas escolas. Desta forma, destacamos a importância de buscar ações concretas dentro e fora das escolas, visando melhorar a conexão com os estudantes e suas famílias.

Lembro ainda que os professores no Brasil já enfrentam, há décadas, problemas como: proletarização; precarização; sucateamento de instituições de ensino e seus respectivos materiais disponíveis; turmas cada vez mais cheias; poucos tempos de aula somados com currículos inchados e, muitas vezes, “engessado”; falta de materiais escolares de seus estudantes; atribuições que fogem de sua formação e que são cobrados por seus gestores; péssimos salários com poucos reajustes; falta de plano de carreira digno e incentivo a uma formação continuada e permanente; possuem jornadas de trabalho semanais cada vez maiores

e, muitas vezes, atuando em mais de uma escola distante umas das outras. Entende-se, assim, que a prática docente, já com tantos desafios, somou-se a Pandemia da Covid-19, sendo um furacão inesperado, onde foi necessário esse profissional de Educação aprender às pressas ações (com muitos erros e acertos) para reduzir os seus imensos impactos na comunidade escolar.

Dentro desse contexto pandêmico, buscou-se a reflexão de possibilidades de atividades associadas ao estudo da História Local, a partir dessa realidade de isolamento social, aulas online e híbridas (presenciais e online). Essa pesquisa visa trazer aos estudantes de turmas de 7º e 8º anos do Ensino Fundamental diferentes possibilidades de abordagens, com o uso de práticas lúdicas, correlacionando os conteúdos curriculares de História com a sua realidade local.

Ao pensar o ensino de História como uma construção cultural colaborativa em sala de aula, dialogando com os alunos e o local onde estudam ou vivem, buscar-se-á perceber que é importante propor iniciativas com novas práticas e métodos, deslocando padrões para visualizar inovações de interação com os estudantes através de assuntos que serão ensinados ou pesquisados em conjunto com o professor, com os estudantes ou outras turmas da escola. Entende-se que tais ações são de extrema importância para ampliar aspectos da plena cidadania que a escola visa contemplar, pois os estudantes são parte fundamental da sociedade brasileira e precisam estar inseridos, valorizados, contemplados nesse processo de ensino aprendizagem.

No primeiro capítulo enfatizamos como a região da Ilha do Governador é parte importante nas relações históricas com a Cidade do Rio de Janeiro, desde a sua fundação e no decorrer dos séculos, se articulando com outros aspectos da História do Brasil. A região traz relevantes elementos históricos, culturais, econômicos e foi palco de muitos fatos admiráveis não só para a cidade, mas com articulações maiores, desde o período colonial.

Ao refletir sobre tais destaques, entende-se que esse estudo da História Local pode provocar tanto nos professores quanto nos estudantes um momento de maior identificação com a disciplina, com o estudo da História em si, pois pode evidenciar o local da escola, a região onde os estudantes moram, o bairro em si e suas relações com outros espaços e pessoas. Ele também pode contribuir para resgatar grupos totalmente esquecidos, espaços até então ignorados, biografias apagadas ou silenciadas por questões políticas, espaços que no passado eram muito valorizados e hoje não são lembrados pela atual geração.

O estudo buscou agregar os aspectos de mudanças e continuidades ao visualizar realidades locais atuais, com exemplos da relação da população com a questão do Patrimônio insulano. Outro ponto de destaque é o fato desse estudo sobre a Ilha do Governador poder dar voz a personagens até então silenciados ou totalmente desconhecidos da comunidade, sejam com depoimentos de pessoas, fotos, recortes de notícias... Assim, é pensar essa história além de uma trajetória oficial, observar lugares e pessoas até então desvalorizados ou ignorados. Em cada turma que esse estudo for feito, dependendo da área onde residem os estudantes, novos atores podem surgir e, com eles, novas histórias desenterradas e outras narrativas sendo construídas.

A Ilha do Governador, sendo pensada como espaço de memórias e muitas vivências, trarão novas construções identitárias, o fortalecimento de pertencimento e cuidado de seus atuais moradores na valorização de antigos e novos espaços, elegendo pessoas diversas do passado e do presente como protagonistas dessa História, a partir do ensino escolar.

No segundo capítulo trataremos a questão da História Local e suas conexões com a educação histórica e cultural, suas articulações com os conteúdos curriculares em sala de aula, enfatizando diferentes diagnósticos e abordagens mais dinâmicas e significativas. É pensar essa História Local como proposta para o ensino de História no Ensino Fundamental. Assim, trazer perspectivas importantes para ir além da História tradicional. Também será visto como alguns autores analisam sua importância na formação cidadã e de consciência crítica; percebendo esse Local também além dos muros das escolas, refletindo as realidades locais que podem ser observadas pelos estudantes e o professor. Também Santos (2002, p.109) enfatiza em relação à importância do papel dos docentes nesse processo, pois devem “munir-se de conhecimentos preliminares sobre a História Local e a abordagem que adota de modo a aprofundá-los com a turma, participando com ela da produção desse tipo de conhecimento e da forma de construí-lo”.

Através de algumas possibilidades de atividades virtuais ou presenciais, esse estudo poderá instigar a formação de uma identidade social, sendo construídos diariamente pelos habitantes do passado e do presente e como eles podem ser associados ou não com a realidade dos estudantes. Como os locais de interesse, pontos turísticos, espaços de lazer, eventos cotidianos, atividades culturais, monumentos, sempre tentando dialogar esse passado com o presente, indo além do conhecimento do significado de nomes de logradouros, dos bairros.

Dessa forma, poder não só permitir uma melhor compreensão desse passado do lugar, mas possibilitar intervenções conscientes por parte dos sujeitos, podendo, assim, agregar

novos valores, novas construções do conhecimento e ações mais afetivas e efetivas. Assim, as turmas de 7º e 8º anos poderão pensar esse Local como retrata Neves (1997):

Nesse caso, a história local refere-se ao conhecimento histórico, sob a perspectiva local, e pode significar: o local como objeto do conhecimento e/o local como referência para o conhecimento. A Identidade Social, por sua vez, implica na consciência que se tem de si mesmo. Essa consciência supõe um reconhecimento do mundo (contexto) no qual se existe e atua. Portanto, por identidade social o reconhecimento de si próprio como sujeito da história (processo). E, na medida em que o sujeito da história é realizador de ações, ele também é objeto da História (ciência) (Neves, 1997, p.15).

Assim, esse sujeito que faz as ações contribui para desvendar aspectos desse passado e da sua realidade no tempo presente, pois é no presente que há esse direcionamento no estudo do passado: na escolha e eleição dos aspectos a serem estudados, nos locais evidenciados, nas pessoas que serão eleitas para os estudos biográficos. O professor, ao trabalhar esse estudo de História Local, estará erigindo com seus estudantes, conexões diversas, tijolo a tijolo, com análises tradicionais e, também, a partir de outras abordagens inovadoras. Não entendo esse passado como uma tábua rasa ou uma simples folha em branco.

Tanto os docentes quanto os alunos serão os protagonistas dessa construção histórica, na busca de fontes e nas suas análises, refletindo sobre espaços e pessoas, podendo abordar a cultura local de forma diversa a partir de diversos universos (religioso, esportivo, artístico, político, econômico, estudantil...). Dessa maneira, repensar e aprofundar esses olhares críticos sobre a Ilha do Governador, através de diversas abordagens, indo além da simples transmissão de conhecimentos já produzidos sobre ela.

No terceiro capítulo apresentaremos possíveis contribuições do lúdico no ensino de História, entendendo como ele pode ser utilizado pelo professor através de seus “vetores de ludicidade”. Entender esse lúdico como atividade humana significativa. Percebe-se que muitos professores ainda desconhecem os benefícios que ações dessa natureza podem agregar em suas aulas, trazendo um olhar inovador em seus métodos já realizados e também agregar novas abordagens no ensino dos conteúdos nas turmas. É pensar o lúdico para despertar mais a curiosidade, a motivação e o espaço de aprendizagem.

Perceber, por exemplo, o uso de objetos antigos ou plantas para dinamizar mais as aulas, instigar perguntas, iniciar um debate, levantar opções de análise dos processos históricos, somando com a leitura de livros didáticos ou apostilas. Serão vistas algumas sugestões de propostas e como elas podem gerar um fértil diálogo com a realidade dos estudantes, se relacionando também com a História Local. O uso, por exemplo, de jogos (analógico, mesa ou de tabuleiro e os digitais) adaptados personalizados com o conteúdo

escolar estudado, sendo ferramentas vivas nas mãos dos estudantes em sala de aula. Mas por que o jogo poderia ser uma estratégia interessante nesse processo? Como apontam Carvalho e Piccolo (2022):

O jogo não está na moeda. Nem na peça, ou nas regras, nem nos dados e nas cartas. O jogo está apenas entre os jogadores a jogar e talvez aqueles que os reconhecem como tal e que “interagem com aquela interação”. Talvez. Talvez aqueles que assistem estejam na verdade jogando outro jogo, o jogo de olhar o jogo. Essa reflexão interessa ao educador, pois ele só consegue utilizar jogos em educação se conseguir êxito em fazer as pessoas deslocarem sua energia para o ato de jogar. A energia do interesse (CARVALHO e PICCOLO, 2022, p.24).

É pensar o lúdico como um grande aliado para gerar maiores envolvimento nas turmas com os conhecimentos históricos que serão construídos e despertar maior interesse, empatia, apreço e significado ao que está sendo estudado. Assim, o professor pode criar com os alunos jogos atraentes e divertidos, atraindo mais a atenção das turmas e aproximando-os cada vez mais do conhecimento. Dessa maneira, atraindo novas experiências, possibilidades de aprendizagem, um ensino mais rico e fértil, buscando se afastar uma aprendizagem forçada, pouco atraente e desestimulante dos conhecimentos propostos nas aulas. Com a mecânica dos jogos, os estudantes podem participar ativamente, com sua fala, empoderamento, socialização, maior imersão e leitura. Depois, após o fim da atividade, os estudantes refletiram mais sobre a experiência realizada, com novos questionamentos, podendo gerar novas ideias e conceitos. Com certeza, a ludicidade na Educação ainda é uma ação muito desafiadora nas escolas em geral.

A partir dessa compreensão de novas formas de abordagem desse ensino de História, o capítulo também trará algumas possibilidades de abordagens lúdicas no ensino da História Local da Ilha do Governador, concluindo com propostas que poderão ser conjugadas, adaptadas e ressignificadas a outras localidades, onde tais sugestões de práticas poderão servir a outros docentes do país. Foram selecionadas possibilidades de sequências didáticas que envolvam amplamente a participação dos professores, estudantes e da comunidade escolar, tanto com o uso de recursos digitais e eletrônicos, como também utilizando materiais simples usados em sala de aula.

Como produto da pesquisa, será proposto um Manual Didático de História Local da Ilha do Governador, trazendo informações diversas, indicações de fontes de pesquisa e as sequências didáticas propostas na pesquisa com ênfase. Em cada atividade teremos a sua descrição, sugestões para a sua construção e aplicação com as turmas, possibilidades adequação com os conteúdos das aulas. Esse material será formatado em arquivo PDF (Portable Document Format), para fácil manuseio dos usuários.

Espera-se que esse estudo possa agregar mais valor e pertencimento dos estudantes e que eles possam difundir esse conhecimento, sendo multiplicadores em suas famílias, conhecidos e podendo chegar a toda comunidade insulana. Também possibilitar aos professores sugestões de trabalho do estudo da História Local e sua importância na sociedade. Contribuindo, assim, para agregar mais valor à História da Ilha do Governador dentro do cenário da História da Cidade do RJ, do Estado Rio de Janeiro e do Brasil.

CAPÍTULO 01

A ILHA DO GOVERNADOR: O PASSADO NO PRESENTE

Nesse capítulo trataremos a relevância histórica da região da Ilha do Governador em seus diversos contextos associados com a história da Cidade do Rio de Janeiro e suas correlações com o processo histórico brasileiro.

É evidente que a História do Brasil é feita por uma imensa soma de personagens que chegaram e passaram a compor as nossas terras, gerando descendentes, interagindo com outras populações que, posteriormente, chegaram à região. Estes indivíduos, que se deslocaram e se adaptaram aos poucos no território, chegaram às regiões litorâneas e outros se estabeleceram no interior, tanto em áreas de planalto quanto de planícies. Assim, novas culturas foram constituídas e passaram a interagir com outras populações nativas. Ao falar da cultura Sambaqui e dos Tupis-Guaranis, podemos citar alguns exemplos do universo de tradições que iniciaram a construção do povo que, no futuro, somado a outras culturas estrangeiras, que engendraram a população brasileira. Compreender, dessa forma, que não há simplesmente uma História única, mas diversa, ampla e complexa.

A nação brasileira é a soma de muitas histórias contadas e silenciadas, de importantes locais enaltecidos e outros diminuídos ou simplesmente apagados, logo são pontos imprescindíveis para compreender como o Brasil foi constituído, através de encontros e desencontros, avanços e retrocessos, desenvolvimentos e conflitos, logo não se pode reduzi-la por uma linearidade única e engessada. A partir de Abril de 1500, observamos o início do longo processo de posse e ocupação de novas terras no Novo Mundo por parte de Portugal. Os povos nativos tiveram suas rotinas mudadas para sempre, além do meio ambiente que passou a sofrer com inúmeras mudanças e transformações. Estudamos que, nas primeiras décadas da ocupação lusitana, houve ações pontuais na região costeira com as feitorias e, posteriormente, diversas ações foram realizadas visando um maior controle lusitano na busca de lucros e na contenção de invasões de outras nações.

1.1 – Da “Ilha do Gato” a “Ilha do Governador”

A Ilha do Governador é uma região administrativa da Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, localizada na parte ocidental da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, sendo a maior Ilha da região com pouco mais de 40 km². Pelo Censo 2010, a Ilha do Governador possui

212.574 habitantes, o que equivale a 3,37% da população da capital. Ela conta com quatorze bairros: Bancários, Cacua, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá e Zumbi. A Ilha também possui em seu interior diversas comunidades com realidades muito desafiadoras: 200, Águia Dourada, Aldeia, Araras, Barão, Boogie Woogie, Colônia Z-10, Comunidades, Dendê, Guarabu, INPS, Itacolomi, João Teles, Nossa Senhora das Graças, Parque Royal (Maruim), Pixunas, Praia da Rosa, Prefeitura, Querosene, Radio Sonda, Sapucaia, Serra Morena, Tubiacanga, Vila Joaniza e Zaquia Jorge. A Ilha do Governador possui muitas Favelas, sendo a mais conhecida delas, o Morro do Dendê, complexo de favelas localizado na parte central da nossa região e que se estende por cinco bairros: Moneró, Jardim Carioca, Cocotá, Cacua e Tauá. O Dendê, que segue em crescimento populacional, é considerado uma das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Até o ano de 1981, a Ilha do Governador era em si um único bairro tendo vários sub-bairros, contudo, em 23 de Julho de 1981, com o Decreto nº 3.157, do então prefeito da cidade Júlio Coutinho, no período da gestão do Governador Chagas Freitas, o bairro da Ilha do Governador foi oficialmente extinto, passando somente à condição de acidente geográfico e a região ficou dividida nos 14 bairros já citados, conforme o mapa abaixo:



Figura 1 – Mapa da Cidade do Rio de Janeiro com destaque à região da Ilha do Governador⁷.

⁷ Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/VIRGILIO_THIAGO_C_ET_AL.pdf
Acesso 07 outubro 2022.

A região foi habitada por inúmeros povos e conta com vestígios de populações Sambaquis com cerca de 3 a 5 mil anos em algumas localidades. Sobre esses povos no Brasil, explica Levy Figuti (1993):

Nas planícies litorâneas da região sul-sudeste do Brasil se erguem eloquentes testemunhos da presença humana em períodos que antecedem à Colonização. Tratam-se dos sambaquis, estruturas coliformes de dimensões variadas, cujo sedimento apresenta mais de 80 % de seu conteúdo composto por conchas de moluscos bivalves. Estes sítios foram formados entre 7.000 a 1.000 anos, por uma cultura pré-agrícola altamente adaptada ao meio ambiente costeiro, como indicam sua extensa longevidade e a grande quantidade de sítios que deixou (FIGUTI, 1993, p.67).

Foram realizadas muitas pesquisas e grandes achados arqueológicos encontrados e devidamente catalogados sobre esses agrupamentos humanos. Infelizmente, a maior parte dessas áreas foi devastada por conta da retirada de conchas e mariscos pelas muitas caieiras⁸, que existiam na Ilha no século XIX e início do XX (Praia do Cocotá, Praia do Zumbi, Praia da Rosa, por exemplo). Por mais de um século, a região forneceu o produto da cal para a cidade do Rio de Janeiro sendo importante ingrediente para a argamassa nas construções da época. Outro problema evidenciado foram os inúmeros processos de urbanização que ocorreram ao longo do tempo e sendo mais acelerado no início do século XX, com pavimentações e construções que reduziram drasticamente as possibilidades de estudos futuros desses povos originários.

Nos séculos XV e XVI diversas etnias Tupis-guaranis habitavam o litoral brasileiro e, na chamada Ilha do Gato, a etnia Temiminó (palavra oriunda do Tupi antigo temiminõ, que significa "descendente")⁹ viveu próximo às fontes de água da Ilha, como em regiões da atual Freguesia, Portuguesa, Cacuia, Zumbi e Ribeira. Eles eram conhecidos também como “Maracajá”¹⁰ – devido a um felino que era muito visto na Ilha e tinha um temperamento sempre hostil. Os Temiminós ou Maracajás são mencionados em algumas cartas de Jesuítas (Manuel da Nóbrega e José de Anchieta), além de cronistas portugueses, franceses e alemães. Era uma comunidade com uma alimentação rica em peixes, caça de pequenos animais e aves, além de diversos frutos e vegetais. Havia o plantio simples de alimentos como: milho, inhame e mandioca. A antropofagia também era vista em rituais posteriores a importantes conflitos.

⁸ As caieiras — fornalhas para produção artesanal de cal, com a queima de conchas que abundavam a orla. Era destinada para a construção civil sendo misturada a outros materiais visando obter uma boa argamassa.

⁹ NAVARRO, E. A. Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil. SP. Global. 2013. p. 100.

¹⁰ Felino da espécie (*Leopardus wiedii*) é nativo da América do Sul e Central. Animal de hábitos noturnos e solitário. Ocorre em todos os biomas do Brasil, mas está principalmente associado ao ambiente de floresta. Possui características que se assemelham a jaguatirica (*Leopardus pardalis*). Sua coloração varia entre amarelo-acinzentado e castanho-amarelado, com tonalidades intermediárias. Disponível em: <https://biologo.com.br/bio/o-gato-maracaja/>. Acesso 05 dezembro de 2021.

Sempre em atrito com os povos Tamoios que habitavam o entorno da Baía, os Temiminós acabaram sendo expulsos da região e se transferiram para a área de Trindade, no atual estado do Espírito Santo.

Os hábitos diários eram semelhantes aos demais povos que habitavam o litoral: eles realizavam a pesca, a caça, a coleta de frutos e raízes. Eram politeístas e tinham seus rituais, danças e festas em determinados momentos do ano. Também praticavam a agricultura de subsistência baseada em queimadas.

Com a chegada dos portugueses ao atual nordeste brasileiro, em abril de 1500, viu-se nos meses seguintes o sistema de cabotagem e criação de feitorias. Entre maio de 1501 e setembro de 1502, Portugal realizou a sua primeira exploração no litoral brasileiro, após a expedição de Pedro Álvares Cabral. Em janeiro de 1502, a expedição comandada por Gaspar de Lemos foi a primeira a adentrar na Baía, mas não há relatos que eles estiveram na referida Ilha do Gato.

Nesse contexto, surge o nome que até hoje a cidade mantém: Rio de Janeiro, pois pensaram que a Baía da Guanabara era a foz de um imenso rio. Assim, a ocupação europeia foi ocorrendo gradativamente em algumas áreas e ilhas, inclusive na Ilha do Governador. O contato dos nativos com os portugueses foi de estranhamento e amigável (fato também visto em outras áreas do litoral), com trocas de alimentos, cerâmicas, vestuário, dentre outros. Sobre esse início de ocupação lusitana, Virgílio, Dionísio, Menezes (2011) afirmam que:

Os portugueses conseguiram uma aproximação inicial com os indígenas Temiminós a ponto de utilizá-los com fornecedores dos embarques do pau-brasil nos navios. Essa presença indígena identificava-se de com um ambiente de tal sorte familiar aos portugueses, que o batizaram como uma ilha portuguesa, no nome português de Ilha do Gato (VIRGÍLIO, DIONÍSIO, MENEZES, 2011, p. 9).

Devido a pouca presença efetiva dos lusitanos na região, juntamente com o questionamento do Tratado de Tordesilhas (1494), as invasões estrangeiras passam a ser frequentes, pois outros países almejam novas riquezas e terras. Conforme Virgílio, Dionísio, Menezes (2011) ressaltam:

Ao entrarem na Baía de Guanabara, os portugueses encontraram uma extensa ilha próxima à porção noroeste do recôncavo, rica em fontes d'água, com extensas florestas e com abundância de pau-brasil. Tudo isso fez com que esta ilha passasse a ter uma importância na extração da matéria corante, tão requisitada na Europa. A ilha neste momento era conhecida de duas formas, uma usada pelos Temiminós, habitantes da ilha na época da chegada dos portugueses, que a chamavam de Paranapuã e suas diversas variações (Pernapuã, Parnapocu, Paranapecu, entre outras), que guardava o significado de “o que se ergue no seio da baía” ou então “furo do rio grande”, e a outra forma era chamá-la de Ilha dos Maracajás, onde Maracajá se refere ao gato do mato (*Felis Pardalis*) (VIRGÍLIO, DIONÍSIO, MENEZES, 2011, p. 5).

No início da segunda metade do século XVI, o grupo Temiminó e os demais povos da região da Baía da Guanabara enfrentaram a forte presença francesa no período da chamada França Antártica (1555-1567). Os franceses se fixaram na região, construíram o Forte Coligny e, aos poucos, conseguiram apoio e parceria de grupos Tamoios, extraindo Pau-Brasil, dentre outros. Nesse momento, observa-se um período conturbado na rotina dos Temiminós, pois serão atacados e expulsos da Ilha:

Em 1554, os tupinambás da famosa Confederação dos Tamoios (ou Tamuyas, isto é, literalmente, dos anciões, dos mais antigos), ajudados por franceses, atacaram os Temiminós na ilha de Paranapuã (ilha do Governador) e os expulsaram da Baía de Guanabara. Os Temiminós, liderados pelo chefe Maracajá-guaçu, foram ajudados pelos portugueses na viagem que fizeram até encontrarem a outra parte de sua nação, no atual estado do Espírito Santo. Nessa capitania, fundaram, com os jesuítas, uma aldeia que deu origem à atual cidade de Serra.¹¹

Chamavam a atual Ilha do Governador de *Isle Belle* ("ilha bela"). O governo português, mesmo com a criação das Capitânicas Hereditárias (1534) e do Governo Geral (1548) não trouxe grande expansão à região da atual cidade do Rio de Janeiro, pois ainda não contava com uma efetiva ação e presença portuguesa. Com a chegada do terceiro administrador colonial, Mem de Sá, por ordem do Rei D. João III, em dezembro de 1557, iniciou-se um plano que também previa a retomada do território invadido.

Em 15 de março de 1560, Mem de Sá ataca os franceses com 1500 homens e tomam o forte Coligny, na Ilha de Villegaignon. Muitos soldados franceses conseguiram fugir para o interior da Baía. As tropas portuguesas se retiram da região, após arrasarem as fortificações invasoras, porém a região ficou novamente desprotegida. Os franceses passaram a se estabelecer em algumas regiões, inclusive na Ilha de Paranapuã, expulsando o povo Temiminó com apoio dos Tamoios.

Em 1563, o Capitão-mor Estácio de Sá foi enviado para dar fim à ameaça estrangeira, chegando à região em 1564:

A permanência dos franceses levou o governo português a decidir-se pela reconquista e ocupação do território, tarefa que coube a Estácio de Sá, seu sobrinho. Em 1º de março de 1565, entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, foi fundada a cidade do Rio de Janeiro, transferida para o Morro do Castelo após a expulsão definitiva dos franceses. Novos embates ocorreram a partir de 1566, mas a expulsão final aconteceu somente em janeiro de 1567, tendo o governador-geral se deslocado ao lado de contingentes vindos de Ilhéus, Porto Seguro e São Vicente, para auxiliar a armada enviada por Portugal, que recebeu ainda reforço dos índios Temiminós. Estácio de Sá morreu em decorrência de ferimentos deste último combate.¹²

¹¹ PAGANO, LUIZ. Temiminós. In: <https://indigenasbrasileros.blogspot.com/2020/07/temiminos.html>. Acesso 09 dezembro de 2021.

¹² Artigo disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/445-mem-de-sa>. Acesso 08 dezembro de 2021.

Assim, em 1º de março de 1565, a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada pelo Estácio de Sá e levaram-se mais dois longos anos para que os portugueses conseguissem expulsar a ameaça francesa definitivamente da região. Vale ressaltar que as tropas de Estácio tiveram uma ajuda muito importante dos Temiminós, que se aliaram aos portugueses no Espírito Santo e retornaram ao Rio de Janeiro, após concretizar uma aliança com o cacique Araribóia. Assim, podemos imaginar as batalhas travadas pela Baía da Guanabara com nativos e europeus em ambos os lados: Tamoios e Franceses versus Temiminós e Portugueses. Comenta Lamego (1964):

Com a sua esquadilha de caravelas e naus, o sobrinho de MEM DE SÁ aporta ao Rio de Janeiro em 1564, mas vendo-se na impossibilidade de êxito pela escassez da gente que trazia, apela para São Vicente onde ANCHIETA incansável reúne colonos e Guaianás e com eles parte para a Guanabara. Do Espírito Santo com os seus Temiminós também chega o ARARIBÓIA, futuro fundador de Niterói. E o novo assalto começa. (...) Por isso é que, dois anos dura essa guerra, franceses e portugueses com seus respectivos aliados indígenas defrontam-se em escaramuças sobre o mar. Naus gaulesas são afundadas e terríveis encontros de flotilhas de canoas desabafam apenas hereditários ódios tribais (LAMEGO, 1964, 146-147).

Dessa forma, em 1567 chegava ao fim o domínio francês na região da Guanabara. Araribóia e seu povo tiveram imensa importância no apoio ao projeto colonizador português e foram cruciais nessa vitória contra os franceses, como resalta José Teixeira de Oliveira (2008, p. 111): “De Araribóia, comandante de duzentos Temiminós que o Espírito Santo mandou à luta contra os franceses de Villegagnon, não é necessário dizer mais que isto: ele e os frecheiros que tinha junto de si decidiram da sorte dos intrusos”.

Com a morte de Estácio, Mem de Sá deixou o seu sobrinho, Salvador Correa de Sá, designado como o Segundo Governador do Rio¹³ e entregou alguns terrenos em Sesmarias a ele e a outros nobres. Salvador de Sá solicitou e recebeu uma grande parte da Ilha do Gato, registrada pelo escrivão de sesmarias Rui Gonçalves, em 05 de setembro de 1567¹⁴. Tornou-se, assim, um rico e poderoso proprietário de terras e engenhos. Antes, a Ilha já fora denominada de Paranapuã, Paranapuem, Paranapocu, Paranapucuí, Paranápícu, Ilha dos Maracajás e Ilha do Gato. Sobre o final do conflito entre francos e lusitanos, conclui Lamego (1964):

É o próprio MEM DE SÁ quem se lança contra Paranapuã com o peso da frota, enquanto o sobrinho investe por terra contra Uruçu-Mirim. A seu lado e de cruz em punho ANCHIETA arrasta a soldadesca. O colapso franco-tamoio é total. Só na ilha de Paranapuã mais de 3.000 guerreiros são aprisionados em Uruçu-Mirim, porém, a

¹³ É importante ressaltar que o primeiro Governador Geral, Estácio de Sá, morre em decorrência de uma flechada no rosto. Fato que fica também exemplificado em uma das flechas que estão no atual brasão da cidade (as outras se referem à presença dos nativos e ao tipo de morte dada ao padroeiro da cidade, São Sebastião).

¹⁴ LEITE, Berta. Salvador Correia de Sá e Benevides. Anais do IV Congresso de História Nacional (1945). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, V. 12 (1951), p. 287.

tomada das fortificações custa à vida de ESTÁCIO DE SÁ que, ferido por uma flecha, um mês após vem falecer. Com o triunfo de 20 de janeiro de 1567, data escolhida para o combate por ser a do padroeiro da cidade, definitivamente se firma o domínio português no Rio de Janeiro. NÓBREGA E ANCHIETA mais que todos, salvaram então o Império Lusitano, como VIEIRA mais tarde o salvaria do holandês (LAMEGO, 1964, 147).

Araribóia foi batizado com o nome de Martim Afonso de Sousa e, como prêmio por seu auxílio nas batalhas, os portugueses lhe cedeu uma região na entrada da baía (também visando a proteção desse local de futuros ataques estrangeiros) e lá fundou a vila de São Lourenço dos Índios, que viria a dar origem à atual cidade de Niterói. Observa-se, dessa maneira, que o enobrecimento das lideranças indígenas na América portuguesa, viabilizado pelo requerimento de mercês régias, configurou-se como uma tática importante no processo de consolidação do domínio lusitano no Novo Mundo. Como ressalta Duarte (2020):

É nesse contexto que se situa a figura de Araribóia, que após ter ajudado os portugueses na expulsão dos franceses no Rio de Janeiro, ali permaneceu como capitão-mor, em atendimento à solicitação de Mem de Sá para garantir a segurança da região, sendo criada, então, a aldeia de São Lourenço, que se tornou baluarte de defesa da recém-fundada cidade. Os primeiros aldeamentos indígenas cristãos do Rio de Janeiro foram criados com objetivo de ter índios como força militar para a defesa do território contra a invasão, sobretudo dos franceses e o ataque de índios inimigos. A aldeia de São Lourenço, localizada em área da atual cidade de Niterói, atendia aos interesses militares da colônia, e, por isso, estava localizada em um ponto estratégico da Baía de Guanabara (DUARTE, 2020, p.100).

Tanto lá quanto nas demais regiões colonizadas, ao longo do tempo, ocorreu um intenso processo de transculturação, hibridização e mestiçagem entre indígenas e portugueses. Depois com a chegada dos escravizados africanos, esse processo se amplia.

Ao assumir essas terras, Correia de Sá iniciou amplamente a produção de Cana-de-Açúcar, que foi se espalhando por outras regiões da Ilha com outras sesmarias concedidas. Por conta dessa ampla atividade, a Ilha também ficou conhecida como a “Ilha dos Sete Engenhos”, contudo, não há documentos claros que tragam a localização de todos esses espaços de produção. Segundo a historiadora Cybelle de Ipanema (2014), o último engenho da Ilha parou de funcionar por volta de 1825¹⁵, fechando quase 260 anos de produção açucareira na região insular.

O Governador Salvador Correia de Sá e alguns de seus descendentes assumiram funções administrativas no Rio de Janeiro e, com o passar das décadas, observamos a mudança da nomeação para “Ilha do Governador”. Ele, que governou o Rio de Janeiro por duas vezes – 1567-1572 e 1578-1598 ampliou o povoamento, distribuiu novas Sesmarias,

¹⁵ IPANEMA, 2014, p.69.

incentivou o cultivo da Cana-de-Açúcar, construiu defesas para a cidade, auxiliou na instalação dos primeiros engenhos, dentre outras ações. Mesmo com sua partida para Portugal, em 1598, seu filho (Martim Correia de Sá) e seu neto (Salvador Correia de Sá e Benevides) assumiram também esse cargo. Assim, a Ilha ainda manteve o título de “Governador” em seu nome, que sobressai em grande parte dos mapas e documentos seguintes e mantém até os dias atuais.

Em 1570, o governo português sanciona a primeira lei contra o cativo indígena, que permitia apenas a escravização por guerra justa, por carta régia de 20/03, com exceção dos aimorés¹⁶. Aos poucos o povoamento do Rio de Janeiro foi feito por muitos nativos oriundos de muitas regiões, principalmente do Espírito Santo. “Não dispunha o Rio de Janeiro de elementos suficientes para povoar esse lugar e manter em respeito os goitacás sem desfalcá-los a própria população, e Constantino Menelau pedia que, para esse fim, lhe mandassem índios do Espírito Santo.” (COARACY, 1944:41). A chamada guerra justa trouxe muitos cativos indígenas para o trabalho e isso amplia a presença nativa nessas terras cariocas. Ao mesmo tempo, aos poucos, viu-se a chegada gradativa de escravizados africanos, os quais passaram a dividir o trabalho cotidiano nas regiões açucareiras e nas vilas. Contudo, nos séculos XVI e XVII o que se viu foi uma menor aquisição de africanos, por conta do seu alto valor (comparado ao valor pago pelos nativos) e pela região não ser a principal área de exportação açucareira da colônia.

A presença de africanos cresceu muito a partir do final do século XVII e início do XVIII e tal fato trouxe uma nova composição social tanto na Cidade do Rio de Janeiro quanto na Ilha do Governador, que passaram a contar com a presença mais maciça dos africanos. As atividades principais que eles desenvolviam estavam mais voltadas para a lavoura e de pesca.

Abaixo, podemos observar dois mapas: a Figura 2 apresenta uma cartografia do final do século XVI, que a então Ilha de Paranapuã se destaca no interior da Baía e também a ela é atribuído o nome “do Gato” com desenhos internos de simples construções, o que dá a entender que já havia um povoamento em andamento, sendo ou associado à ocupação indígena existente ou pelo início do processo de distribuição de sesmarias e início da produção de Cana-de-Açúcar. A Figura 3 traz um mapa do século XVII, que já apresenta a palavra “Governador” sendo atribuída à ilha de forma oficial:

¹⁶ <https://www.historia.uff.br/curias/modules/tinyd0/index.php?id=3>. Acesso 26 julho de 2022.

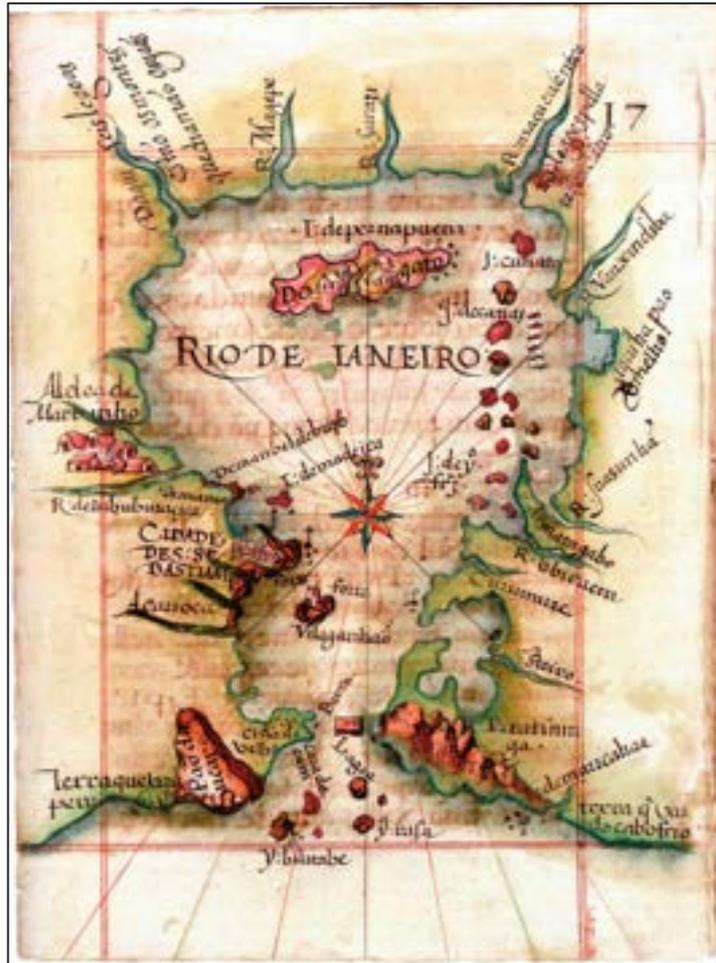


Figura 2 - Mapa do Rio de Janeiro de Luiz Teixeira de 1586 (Fonte: Arquivo Nacional).



Figura 3 – Mapa do Rio de Janeiro de João Teixeira Albernaz de 1666. (Fonte: Arquivo Nacional).

1.2 – A Ilha do Governador no contexto da História do Rio e do Brasil

Visivelmente, nós podemos observar que, nesse contexto da História do Brasil do período Pré-colonial e da Colonização da América Portuguesa, a Ilha do Governador foi, de fato, a parte mais importante desse processo inicial de ocupação e o fortalecimento da ação lusitana no Rio de Janeiro, sendo fundamental para o sucesso do seu projeto colonizador. Assim também assinala a historiadora Cybelle de Ipanema (2014, p.103): “A História da Ilha é História do Rio, é História do Brasil, de Portugal, do Planeta. Tudo influi e é influenciado”. Portugal iniciou a produção açucareira nas fazendas do Governador Salvador Correia de Sá e depois se espalhou para outras áreas da Ilha e, com os anos, pela orla da Baía da Guanabara.

O referido Governador continuou a distribuição de Sesmarias pelas áreas da cidade para fins de povoamento e colonização (Ipanema, 2014, p.68). Percebemos que a localização da Ilha é muito importante para o projeto de pleno domínio e das conquistas lusitanas na parte mais ao sul da colônia. Com o tempo, a região passou a servir também como grande centro de abastecimento do Rio de Janeiro com alimentos e diversas matérias-primas.

A Ilha do Governador, como já assinalado, apresentou inúmeros destaques na produção açucareira. Contudo, também chamou a atenção por conta da criação de estaleiros em algumas áreas: na construção de navios de carga e de guerra, como é o caso do Galeão Padre Eterno. Com seu nome dedicado a Deus (“Pai Eterno”) ele foi encomendado em 1659, pelo Governador e Capitão-geral da Capitania do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides (neto do 2º Governador, Salvador Correia de Sá). Ele era militar e um político português muito rico e influente, sendo dono de muitas terras e engenhos. A edificação do pujante Galeão visava a maior proteção do litoral e buscava suscitar mais lucros com o maior armazenamento de cargas que ele geraria em cada viagem.

A construção do navio em um estaleiro ocorreu na área próxima à atual entrada da Ilha, na região conhecida como “Ponta do Galeão”. A construção prolongou-se durante quatro longos anos e utilizou muitos nativos, africanos e europeus em sua construção. Todas essas mãos, juntas, tornam esse empreendimento possível. Assim, essa região foi palco de um grandioso estaleiro com inúmeros trabalhadores que atuaram amplamente no projeto durante alguns anos. Muitos desses trabalhadores possuíam famílias e essa questão aguça nossa curiosidade quanto ao povoamento da região, se haviam habitações coletivas como alojamentos ou galpões, ou ainda vilas próximas. Também a questão de como captaram a mão de obra local para o trabalho, já que não houve apenas escravizados nessa função. A madeira utilizada veio de áreas como Ilha Grande, por exemplo, além de áreas do interior da Baía. Em

dezembro de 1663, o Padre Eterno foi lançado ao mar para o orgulho de seus construtores e idealizadores.

Esse Galeão media aproximadamente 53 metros de comprimento, com a capacidade de transportar duas mil toneladas de carga e era dotado com cerca de 140 canhões - armamento que supera a artilharia de muitas fortalezas na época. Com quatro mastros, o localizado ao centro foi feito de um único tronco com 2,97 metros de circunferência na base. Ele era uma embarcação imponente, bela, vigorosa e muito resistente. Muitos consideraram o galeão Padre Eterno como o maior navio na época feito pelo Homem. Em 1666, foi fundada no mesmo local da Ilha do Governador uma fábrica de fragatas onde foram feitos outras embarcações de destaque. Portanto, a Ilha passava a fornecer barcos que, muitas vezes, foram cruciais para o melhor desenvolvimento da Cidade do RJ e regiões próximas.

Há uma importante referência iconográfica retratando o referido Galeão, junto com um texto elogioso sobre seu tamanho e força bélica: “E do Brasil virá também o galeão chamado Padre Eterno, que se faz no Rio de Janeiro, e é o mais famoso baixel [navio] de guerra que os mares jamais viram”¹⁷. A gazeta mensal portuguesa *Mercúrio Português* trouxe essa matéria na edição de março de 1665.

Sobre a vida diária dessa população insulana nesse período percebemos que a Ilha possuíam poucas casas e com pontes de atracação em determinados locais onde o povoamento era mais maciço ou próximo de vias principais. A alimentação vinha de frutos do mar, verduras, itens da agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte e da coleta de frutas da estação.

¹⁷ MARCOLIN, Neldson. Por mares sempre navegados. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/por-mares-sempre-navegados/>. Acesso 09 abril de 2021.

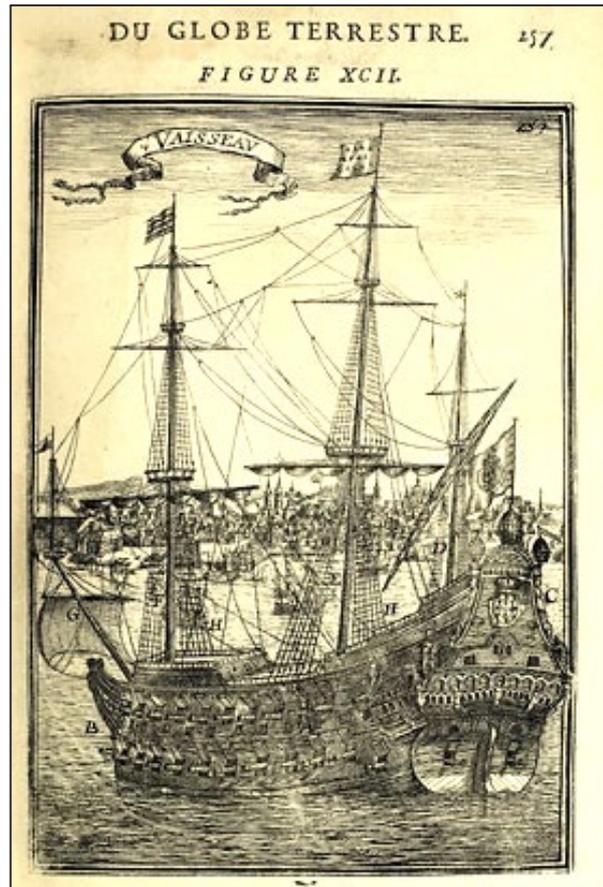


Figura 4 – Ilustração do Galeão Padre Eterno - Du Globe Terrestre (Tomo I, ilustração XCII, p. 257), de autoria do cartógrafo Alain Manesson-Mallet (1630-1706), publicada em Paris, em 1683 (Gravuras do livro Description de l'univers, de A. M. Mallet / Acervo IEB-USP; reprodução: Eduardo Cesar).

Também no século XVII houve a instalação do mosteiro de São Bento (1665) em uma grande área do atual bairro do Galeão, onde os religiosos impulsionaram ainda mais atividades agrícolas na Ilha.

Nos séculos XVII e XVIII, a Ilha continuou com produção de alimentos para abastecer a cidade (com criações de aves e porcos, o cultivo de verduras, frutas, milho, mandioca, inhame e além da pesca - atividade abundante na Baía). Também seguiu contribuindo fortemente com a produção de Cana-de-Açúcar e aguardente.

O povoamento foi se estendendo e mais igrejas foram sendo construídas (entre elas a igreja Nossa Senhora da Ajuda entre 1710-1743, por exemplo, na região da Freguesia); além de habitações simples e de sobrados, alguns comércios de secos e molhados. Assim, também comenta Paulo Roberto Russo (1997): “Em 1710, a Ilha do Governador tornou-se sede da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, tendo sido instaladas diversas igrejas basicamente ao longo das áreas próximas ao litoral das porções Leste e Central, pontos onde surgiram os núcleos iniciais das primeiras localidades” (RUSSO, 1997, p. 91).



Figura 5 – Mapa do Rio de Janeiro de João Teixeira Albernaz de 1626. (Fonte: Arquivo Nacional).

Dessa forma, podemos observar na legenda do mapa que, no século XVII, na região vivenciava essa abundância. Lê-se na legenda: “Rio de Janeiro: Este porto do Rio de Janeiro é o melhor de todo o Estado do Brasil, assim por ser mais defensável como por ser abundantíssimo em mantimentos e madeiras...”. Pelo menos foi assim que o cartógrafo João Teixeira Albernaz I descreveu a Cidade de São Sebastião no I Atlas sobre a Colônia Brasileira, intitulado "Livro que dá Razão do Estado do Brasil", publicado no ano de 1626. Com o transcorrer dos anos, a Ilha do Governador fora dividida em grandes fazendas, com povoamento para o desenvolvimento da lavoura e sendo um recanto atraente e bucólico (RUSSO, 1997, p. 91).

No século XVIII, no chamado Ciclo do Ouro, a cidade do Rio de Janeiro teve seu fluxo de comércio de produtos e o tráfico negreiro ampliado, com mais pessoas saindo e chegando via Baía de Guanabara provenientes de regiões do chamado Caminho Real (Paraty, Caxias, Nova Iguaçu, dentre outros). As pessoas migravam de outras partes da colônia, além dos imigrantes, como retrata Boris Fausto (2002):

Na Metrópole, a corrida do ouro provocou a primeira corrente imigratória para o Brasil. Durante os primeiros sessenta anos do século XVIII, chegou de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de seiscentas mil pessoas, em média anual de oito a dez mil, gente da mais variada condição, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, até prostitutas e aventureiros (FAUSTO, 2002, p. 98).

Houve, portanto, maior dinamismo urbano na Cidade do RJ que passou a ser a Capital da colônia em 1763. A Ilha também seguiu um pouco esse fluxo e observamos que mais matérias-primas são exigidas da região. A produção de cal já tinha destaque no nordeste desde

o século XVI, mas houve o avanço para outras regiões ao longo do tempo. Assim comenta Frei Vicente Salvador (1982):

Faz-se também muita cal, assim de pedra do mar como da terra, e de cascas de ostras que o gentio antigamente comia e se acham hoje montes delas cobertos de arvoredos, donde se tira e se coze engradada entre madeira com muita facilidade (VICENTE DO SALVADOR, 1982, p.75).

A produção caieira se expande no Rio de Janeiro, em especial na Ilha do Governador, ao longo do século XIX. Muitas produções ficavam na parte leste da Ilha, onde as embarcações tinham mais facilidade para carga e descarga. A cal era usada tanto na construção como no revestimento das casas e prédios. A principal mão de obra era escrava. Podemos observar esse relato do naturalista e botânico Auguste de Saint-Hilaire (1982) sobre essa atividade na cidade:

Próximo de algumas ilhas, vimos negros que, metidos na água até a cintura, juntavam mariscos. Como não há rochas calcárias nas proximidades do Rio de Janeiro, substituem-lhes a cal pela obtida das conchas. Para prepará-la elevam-se grandes cones colocando alternativamente, umas sobre as outras, camadas espessas de conchas e lenha, e põe-se fogo. O trabalho de colher mariscos na água é dos mais desfavoráveis à saúde dos negros, e frequentemente lhes causa perigosas moléstias (VICENTE DO SALVADOR, 1982, p.75).

Segundo a historiadora Judite Souto (2015), em seu estudo sobre as caieiras na Ilha do Governador, a cal também possuía outras finalidades interessantes:

A cal também podia ser aplicada na agricultura para fertilização das terras e controle da acidez do solo. Desde 1833 O Auxiliador da Indústria Nacional já abordava o tema. O artigo traduzido do *Journal Des Connaissances Usuelles* (nota de rodapé e ano) ensinava a misturar ervas parasitas à cal viva em pó de modo a obter estrume de boa qualidade (SOUTO, 2015, p.55).

É importante frisar novamente que essa atividade caieira trouxe efeitos negativos quanto aos Sítios Arqueológicos que existiam em várias regiões insulanas sobre populações Sambaquis: os morros foram mexidos, retirados e deixaram de existir com a exaustiva exploração das conchas e mariscos. Também no início do século XIX, com a chegada da Família Real e da Corte na capital, o Príncipe-Regente D. João, em 1808, um grande espaço da Ilha do Governador foi utilizado para a prática da Coutada Real (atividade de caça em um vasto terreno) na parte ocidental insulana, hoje no atual bairro do Galeão, nas áreas pertencentes aos frades Beneditinos (sendo incumbidos de conseguirem os animais para a tal prática). Sobre a Ilha nesse período, Ipanema (2014) ressalta:

Joaquim José de Azevedo, conselheiro de estado de D. João, nobre abastado, mais tarde agraciado por d. Pedro com o título de marquês de Jundiá foi comissionado por d. João para os arranjos da sua vinda para o Brasil e aqui continuou, após a partida do rei. No que respeita à Coutada Real, estabelecida na Ilha do Governador, foi encarregado de sua inspeção e direção, por decreto em 12.08.1811 (IPANEMA, 2014, p.106).

O regulamento da coutada acaba afetando a rotina de todos os moradores insulanos. Os documentos dessa época ajudam a retratar o cotidiano dos residentes, a atuação dos funcionários da coutada, dos habitantes das áreas no entorno das terras dos beneditinos, proprietários de terras e escravos, a atracação de embarcações, dentre outros (IPANEMA, 2014, p.107-109). A igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada na Praia da Bica, sempre recebia membros da Família Real para passeios e orações. Desta forma, seu nome foi alterado para Capela Imperial Nossa Senhora da Conceição.

O fim da chamada Coutada foi dado por D. Pedro I em 1823. As terras passariam também a serem dedicadas à produção agrícola. “As matas, ainda abundantes na Ilha, encerravam essências de primeira qualidade para a construção civil e naval, além das plantas medicinais” (Idem, 2014, p.122). Também a região se destacou pela produção de formicidas, com fórmula desenvolvida pelo então Barão de Capanema, Guilherme Schüch (1824-1908), visando combater a formiga Saúva (1873)¹⁸, que atingia os cafezais fluminenses e que perduraria a praga até meados do século XX.

A sua fábrica de formicida (Formicida Capanema) foi instalada na região do atual bairro do Cocotá (saco de Olaria) e até hoje, a orla tem o nome popular de Praia do Barão. A segunda fábrica de formicida estabeleceu-se ao lado da Ponta do Tiro (no atual bairro da Praia da Bandeira), em junho de 1883, administrada pela empresa Cunha e Sá & Cia. Alguns anos mais tarde esta empresa se mudaria para a Praia da Guanabara, no bairro da Freguesia, quando passou a produzir naquele local o “Formicida Guanabara”, posteriormente a ser administrada pela empresa Alves de Magalhães & Cia utilizando os mesmos equipamentos, com cerca de 10 empregados, produzia o chamado “Sulfureto de Carbono”, que era comercializado com o nome de Formicida Zumby.

O desenvolvimento da Ilha do Governador, entretanto, só ocorreu a partir da ligação regular da Ilha com o continente, efetuada por barcas a vapor com atracadouro na Freguesia desde 1838. Posteriormente, outras pontes de atracação foram erguidas nas áreas do Galeão e Ribeira, integrando o local à economia do café e à atividade industrial (produção de cerâmica) em áreas como a praia de Olaria (Cocotá), Freguesia e Jardim Guanabara. Outra atividade de extrema importância na Ilha era a fabricação de peças de porcelana, a partir da argila pura, extraída do Morro da Cruz. A pesca foi fortemente vista e praticada, abastecendo também a cidade para alimentação.

¹⁸ Decreto Nº 5.357 – de 23 de julho de 1873 – “Concede ao Dr. Guilherme Schüch de Capanema, o privilégio por dez anos, para usar no Império, de um processo de sua invenção, destinado a extinguir a formiga saúva”. In: Santos NP. O Formicida Capanema e os Privilégios Industriais no Império Brasileiro. Soc. Bras. Quí. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://sec.s bq.org.br/cd29ra/resumos/T0158-1.pdf>. Acesso 17 agosto de 2020.

No território de São Bento (atual bairro do Galeão) existiam duas fábricas, uma de vinagre e outra de vinho (Idem, 2014, p.121). Os engenhos de farinha com as plantações de mandioca também existiam na Ilha. Em 1870, estima-se que a população insulana seria em torno de 3.111 pessoas (Idem, 2014, p.123). Algumas olarias importantes surgiram e permaneceram em funcionamento por muito tempo. Na fabricação de tijolos e telhas, destacou-se, por exemplo, a Fábrica de Produtos Cerâmicos Santa Cruz, localizada na Praia da Bica, no bairro do Jardim Guanabara, que passou a abastecer a cidade do Rio de Janeiro em várias ocasiões.

No final do século XIX, as áreas então fortemente destinadas à produção agrícola foram perdendo espaço para venda de grandes loteamentos e isso trouxe novos núcleos para o povoamento e a urbanização. Enfatiza Ipanema: “O início do século XX marca o declínio da condição de Ilha como fonte de produção e a transição para Ilha local de veraneio” (Idem, 2014, p.131). Assim, áreas de matas nativas, de pastoreio ou de produção agrícola foram dando espaço para a construção de ruas, praças e mais construções e modificações ao longo do tempo.

No final do século XIX e início do XX, na atual área do bairro do Galeão abrigaram-se colônias para alguns grupos excluídos. Sobre esse tema, explica Andréa Gralha (2015):

Em 1888, o Conselheiro Antônio Ferreira Viana fundou as Colônias de São Bento e Conde Mesquita, para a recuperação de mendigos e indivíduos ociosos recolhidos na Cidade. Dom Abade Manuel da Santa Catarina Furtado doou a casa e as terras da Fazenda de São Bento, e o Barão de Itacuruçá, casa e terras da Ponta do Galeão, com essa destinação expressa.

O Governo Provisório imediatamente baixou o decreto nº 893, de 18 de outubro de 1889, declarando “de utilidade pública a desapropriação dos terrenos da parte ocidental da Ilha do Governador até os limites da Fazenda de São Bento com a de Santa Cruz”, ampliando a área antes doada (IPANEMA, 1991). E, em 11 de janeiro de 1890, através do decreto nº 142, o Hospício de Pedro II foi desanexado da Santa Casa de Misericórdia, passando a denominar-se Hospício Nacional de Alienados e, com esta nova denominação, procurava-se marcar uma ruptura com o modelo anterior. Desta forma, a nova instituição, passando para a administração médica, poderia finalmente adotar os preceitos que representavam a aplicação de práticas e teorias verdadeiramente científicas no tratamento dos alienados.

Segundo os arquivos do Centro Cultural do Ministério da Saúde, no mês seguinte, pelo decreto 206, de 15 de fevereiro de 1890, foi criada a Assistência Médico-Legal aos Alienados, composta pelo Hospício Nacional de Alienados e pelas colônias de Alienados. Teixeira Brandão passou a dirigir a Assistência, enquanto as colônias ficaram a cargo de Domingos Lopes da Silva Araújo. As antigas Colônias de mendigos foram, então, aproveitadas para a implantação das colônias de alienados, destinadas agora aos pacientes do sexo masculino, tranquilos e incuráveis: a Colônia de Conde de Mesquita, na Ponta do Galeão, e a Colônia de São Bento, no antigo Convento de São Bento, esta última localizada na área também chamada de Sítio do Carico (GRALHA, 2015, p.42-43).

No início do século XX, de acordo com Ipanema (2014), baseando-se em recenseamento feito no Rio de Janeiro (Distrito Federal), a população da Ilha do Governador

atingiu a marca de 5.616 habitantes. Em 1903, a Ilha do Governador forneceu tijolos com a empresa de cerâmica Santa Cruz, os quais foram usados em diversas obras do prefeito Pereira Passos (1902-1906) no chamado “Bota Abaixo”. Nesse mesmo ano foi inaugurada a ponte de atracção na Freguesia construída pela prefeitura, localizada próxima à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda e abriu-se uma linha de acesso para a área do Galeão.

O adensamento populacional foi a partir dos anos de 1930. “Muda a Ilha de feição, passando de estritamente abastecedora, para acolhedora de uma população flutuante” (IPANEMA, 2014, p.159). Em 1904 foi inaugurado o novo cemitério da Ilha na região da Cacuia – o antigo cemitério localizado na Freguesia foi fechado por questões políticas decorrentes do processo da Proclamação da República (1889) da nova Constituição (1891) que separou a Igreja do Estado.

Ao longo das décadas ocorreram importantes transformações, com destaque para a construção de um novo cemitério (1904); novas igrejas - Sagrada Família (1913) e São Sebastião (1919); são instalados os primeiros de Bondes (1922), construção das Pontes de Atracção na Ribeira (1922) e no Jardim Guanabara (1928), a Companhia CETEL (1933), o Hospital Municipal Paulino Werneck (1938), a indústria de Água Mineral Fontana (1947), a Ponte de ligação da Ilha ao continente (1949). Segundo Souza (2018):

Em 1970, já com dados do IBGE, a população local ultrapassa a marca de cem mil habitantes; e em 1991, decorrido apenas um período de vinte e um anos, alcança aproximadamente duzentos mil habitantes. Com isso surge a indagação: quais são os fatores que proporcionam, em um período de cem anos, um crescimento para aproximadamente duzentas mil pessoas residentes na Ilha do Governador? O primeiro fator é o interesse do mercado imobiliário em fazer o loteamento das terras, mas isso não daria certo sem contrapartida em infraestruturas, principalmente, por não ter uma comunicação com o continente. Nesse sentido, destaca-se um segundo fator com a construção em 1949 da ponte do Galeão, que marca não só a comunicação rodoviária com o continente, mas também a chegada facilitada de algo muito importante para qualquer processo urbano de ocupação, o transporte da água, em que os tubos necessários à empreitada eram sustentados junto à referida ponte (SOUZA, 2018, p.70).

A ligação do continente com a nova ponte e a maior presença do transporte rodoviário, aos poucos, gerou menos investimentos no setor marítimo e, com o passar dos anos, as pontes de atracção que deixaram de serem referências na Ilha e, aos poucos, tornando-se ruínas onde suas estruturas praticamente desapareceram com a ação do tempo. Desta forma, enfatiza Russo (1997):

Como comprovação da importância em termos imobiliários da inauguração da primeira ponte que ligou a ilha ao continente, basta mencionar que o advento desta obra representou para as companhias de loteamento interessados em investir na Ilha do Governador um verdadeiro marco entre uma época de estagnação, correspondente ao período da Segunda Guerra Mundial, quando o racionamento de combustível limitou o número de barcas, então o único transporte para o continente,

e o surto de progresso que se evidenciou pelo número de obras que foram executadas na ilha (RUSSO, 1997, p.97).

Assim, o desenvolvimento também foi consolidado com a inauguração do quartel do Corpo dos Bombeiros (1951), a construção do Aeroporto Internacional do Galeão (1952), o início das empresas de ônibus: Viação Ideal (1955) e os Transportes Paranapan (1961) onde o uso de ônibus era realizado através de fichas coloridas para o controle das passagens; Biblioteca pública (1965); o estaleiro EMAQ (1966) – depois EISA (1995); a presença militar na Ilha: Marinha do Brasil (1914)¹⁹ e a Força Aérea Brasileira (1951)²⁰ que cresceram amplamente ao longo das décadas formando as vilas militares. Aos poucos a região insulana teve modificada a sua antiga paisagem assumindo uma nova concepção de urbanização. Em 1961, o governo estadual criou as chamadas Regiões Administrativas (R.A.) sendo confeccionados também seus respectivos Brasões de Armas. A Ilha do Governador ficou sendo parte da XX R.A.

Apesar de incomum nas cidades brasileiras, algumas divisões da cidade do Rio de Janeiro possuem brasões de armas, bandeiras e hinos, adquiridos à época em que seu território era compreendido no antigo estado da Guanabara. O brasão da Ilha foi desenhado em 1961, pelo heraldista Alberto Lima (1898-1971) e traz elementos relacionados a fatos históricos locais e em consonância com a Cidade do RJ, porém pouco elege traz aspectos mais significativos à população local, conforme podemos observar no infográfico abaixo:



Figura 6 - Brasão de Armas da Ilha do Governador criado em 1961 com explicações de seus significados. (Acervo Pessoal, 2021)

¹⁹ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ermrj/?q=historico>. Acesso 20 maio de 2020.

²⁰ Disponível em: <file:///C:/Users/a/Downloads/21765-69880-1-SM.pdf>. Acesso 20 julho de 2020.

Sobre esse crescente fluxo populacional, aponta Souza (2018):

Sendo assim, da década de 1950 em diante temos o início de uma ocupação mais consistente do recorte em tela. Haverá um aumento populacional muito significativo, algo que acarretará em uma intensa ocupação do solo. Dada à posição geográfica da Ilha do Governador e à sua dependência quase exclusiva do transporte automotivo – veículos particulares ou ônibus – será observada uma nova configuração espacial insular. (SOUZA, 2018, p.70)

Revitalizando a região foram construídos cinemas, clubes, escolas públicas e particulares, colégios secundaristas, parques, novos comércios, praças e até um grande aterramento na área do Cocotá (1978). Todas essas transformações trouxeram maior mobilidade à população e o novo fluxo de visitantes que, conseqüentemente, aumentam o loteamento, a urbanização e o povoamento de toda a Ilha do Governador. Nesse momento, com grande desenvolvimento do comércio e dos serviços, a região deixou de ser simplesmente de domicílios veraneios e passou a desenvolver na área comercial uma economia ampla e fortalecida.

Nas décadas de 1980 e 1990 a população cresceu tanto na área central, quanto nas periferias e foram surgindo inúmeras comunidades em regiões de zonas de praias ou de colinas, e morros que ainda estavam desocupados (Comunidades da Praia da Rosa, Parque Royal, Dendê, Boogie Woogie, Querosene, Guarabu, entre outros). Assim, as áreas das antigas lavouras foram esvaecendo, dando lugar a ruas, vielas, praças, lojas e avenidas. Nasceram também projetos de Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) na Colônia Z-10 (1993), visando resgatar e manter preservada a área de manguezal e a economia caiçara. Sobre o crescente movimento imobiliário, ressalta Souza (2018):

A progressiva melhoria das redes de água, esgoto, eletrificação, entre outros serviços, impulsiona a construção nos lotes remanescentes nas áreas mais centrais da ilha, como os bairros dos jardins Cariocas e Guanabara. A virada dos anos 1970 para 1980 também marcará uma modificação importante no uso do solo urbano: o processo de verticalização. Mesmo que a lei de zoneamento de uso do solo, datada de 1979 – algo que será tratado em pormenores ao fim deste capítulo –, restrinja a verticalização em três pavimentos máximos dados a proximidade com os aeroportos do Galeão e Santos Dumont, não se pode desconsiderar o processo, também identificado em outras porções dos subúrbios cariocas, na questão do adensamento populacional. Em paralelo à verticalização, estoques de terras ociosos em algumas áreas planas da porção central da ilha, notadamente no bairro da Portuguesa, leva à edificação de conjuntos residenciais populares, entre eles, os principais: Aerobitas (Rubem Berta), Village da Ilha, Santa Cruz e Santos Dumont. A construção desses conjuntos habitacionais, a maior parte verticalizada, apesar da existência concomitante de construções horizontais atendia demandas do mercado imobiliário aliadas aos interesses representados pela ampliação do Aeroporto do Galeão. Há concomitância entre as obras e funcionamento do novo terminal aeroportuário, a partir de então denominado Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, a construção desses condomínios, fundamentalmente ao longo da década de 1970, início da década de 1980. (SOUZA, 2018, P.95)

Já no século XXI, as modernizações surgiram ano após ano, as quais tentam gerar mais comodidade, conforto e segurança a seus atuais residentes, com novos avanços nas áreas da Saúde, Educação, Cultura, transporte, dentre outros: nova delegacia 37ª DP (2001), Posto de Vistoria do DETRAN (2002), a implantação da nova estação das barcas no Cocotá (2006), Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga (2006), Lona Cultural Renato Russo (2007) – depois Areninha Renato Russo (2016), a implantação e instalação de novas paróquias - Nossa Senhora Aparecida (2007) e Santo Antônio (2012), início da Auto Viação Reginas na Ilha (2011) - que faz o trajeto Ilha-Cocotá para Vilar dos Teles; a construção do complexo hospitalar CER (Coordenação Emergencial Regional) ILHA e Hospital Municipal Evandro Freire (2013); a Ponte Estaiada Prefeito Pereira Passos (2014) e a implantação do BRT viabilizando o acesso com mais conforto e segurança aos moradores da Ilha a outros bairros na cidade do Rio de Janeiro; Upa Pediátrica no Aterro do Cocotá (2016); linha de ônibus, LECD32, da Viação Ideal entre Ilha do Governador e Copacabana (2019), dentre outras ações em prol da população insulana.

Lembramos ainda que não há uma homogeneidade quanto à população local, pois há áreas mais desenvolvidas e outras ainda carentes de vários serviços públicos: “A presença de comunidades carentes na Ilha, constituindo uma parcela significativa da população local, "desmistificando" a visão que se tem de uma Ilha do Governador ocupada predominantemente pela classe média” (RUSSO, 1997, p.95).

Em 1991, por lei municipal do Rio de Janeiro - Lei 1833/91 | Lei nº 1833 de 02 de dezembro de 1991, sancionada pelo prefeito Marcelo Alencar, foi instituído o Dia da Ilha do Governador, sendo 05 de setembro – fato muito comemorado na época e sempre lembrado até os dias atuais por muitos insulanos, porém ainda desconhecido da grande maioria.

1.3 – Desafios da Ilha do Governador no Tempo Presente

Já na década de 1970 e 1980, observou-se um maior crescimento urbano desordenado por vários bairros da cidade do Rio de Janeiro, um inchaço populacional que se mostrou constante nas décadas seguintes e surgiram mais favelas e comunidades. Na Ilha do Governador, aos poucos, algumas áreas foram ficando mais valorizadas como os bairros do Jardim Guanabara, Moneró, Freguesia, por exemplo. Assim, nas últimas décadas, alguns bairros tiveram menos investimentos e intervenções na resolução de problemas diários como pavimentação de ruas e praças, iluminação, áreas de lazer, prestação de serviços (Galeão, Bancários, Jardim Carioca, Zumbi, Pitangueiras, Cacuia, entre outros).

Outro problema observado é com relação à segurança. Com a ausência de uma efetiva presença das autoridades governamentais, organizações criminosas foram se instalando pouco a pouco em regiões na Ilha do Governador. Essa presença traz consigo o sentimento de insegurança e medo, que influenciam a rotina da população dessas áreas. Inúmeras escolas municipais e creches públicas estão localizadas nessas regiões com os docentes, os estudantes e suas famílias precisando conviver com essas angústias diárias.

Por inúmeras vezes observam-se os impactos dessa situação nas escolas quando há uma grande falta de estudantes por conta de problemas de conflitos entre facções ou alguma ação policial na região, condicionando aos estudantes a permanecer em suas casas ou ainda aos responsáveis em realizar o contato com as unidades de ensino para buscar seus filhos mais cedo, por exemplo. Infelizmente, é uma realidade atual que não é exclusiva à região da Ilha.

Com uma população de 215 mil habitantes, a Ilha do Governador (zona norte) é uma das regiões do Rio que apresentam contrastes sociais mais evidentes. Bairro tradicional de classe média, a Ilha do Governador sofreu com a proliferação de favelas, principalmente na década de 1970. Possui 27 favelas e é dividido em 14 bairros, fica o Jardim Guanabara, cuja renda média dos chefes de família (R\$ 2.719,93) é a maior da zona norte e o dobro da média da capital fluminense (R\$ 1.354,31), de acordo com o Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)²¹.

Atualmente, observamos organizações disputando áreas na região insulana e diversas ações policiais e alguns programas do Governo do Estado do Rio de Janeiro visando reverter o cenário. A presença do poder paralelo organizado interfere na vida do povo insulano, na educação dos estudantes, na qualidade do trabalho de professores e gestores que atuam nesses territórios. Este cenário de insegurança coíbe a livre circulação das pessoas pela Ilha do Governador, fragmentando acessos e até gerando rivalidades regionais.

A partir desse complexo cenário, como falar de uma História Local ampla, da importância de criar laços de identidade e pertencimento na Ilha, com pessoas sendo cerceadas do seu direito de ir e vir, sem ter a chance de estar em outros espaços culturais e de lazer na Ilha? Em matéria do Jornal O Globo, podemos observar tal questão:

Os traficantes seguem aumentando seu território na Ilha do Governador, mesmo com conhecimento do poder público e com moradores sendo obrigados a assistir tudo em silêncio. A expansão de territórios não está acontecendo apenas na Ilha do Governador (...). Eles estão ocupando áreas onde o poder público não está presente (Globo.com, 27/07/2020)²².

²¹ Contraste social marca Ilha do Governador. Site Folha de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u58810.shtml>. Acesso 03 outubro de 2020.

²² LEITÃO, Leslie; MARTINS, Marco Antônio; DUARTE, Helder. Traficantes da Ilha do Governador bloqueiam e 'patrulham' ruas do bairro em comboios com fuzis. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/27/traficantes-da-ilha-do-governador-bloqueiam-e-patrulham-ruas-do-bairro-em-comboios-com-fuzis.ghtml>. Acesso 12 outubro de 2020.

Com o passar dos anos, formou-se a presença de milícias - fato que também é visto em outras regiões da cidade do Rio de Janeiro. Todos esses aspectos corroboram a sensação de insegurança e medo em alguns bairros da Ilha. Essa triste realidade é vivida por nossos estudantes em muitas comunidades. Podemos compreender que não é apenas o material escolar que esses estudantes carregam em suas mochilas, mas um “peso” muito maior advindo dessas angústias, inquietações e sentimentos de medo e incertezas afloradas, com o lado emocional muitas vezes abalado, somados ainda com os impactos nocivos da Pandemia da Covid-19 em suas vidas.

Por conta do aumento da especulação imobiliária, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, notou-se a demolição de inúmeras casas e pequenas vilas para a construção de prédios, muitos condomínios ou áreas comerciais. Através de relatos de alguns moradores esse problema vem sendo agravado também por questões de ordem familiar: no passado, as famílias que adquiriram casas ou terrenos na Ilha possuíam filhos que, após crescerem, deixam a casa dos pais e se mudam para outros espaços.

Com a chegada da velhice, as casas ficavam grandes demais para a administração e cuidado dos mesmos, logo muitos desses idosos acabam se mudando para viverem com um dos filhos e a família se desfaz do imóvel; ou ainda com o falecimento dos genitores, os filhos vendem o imóvel por não terem mais pertencimento ao local; além de também venderem por questões de ordem financeiras. Através desses exemplos observamos o cenário de instabilidade imobiliária com a venda de casas antigas, espaços importantes e a posterior construção de prédios pelos bairros insulanos. Este processo tem impactado a arquitetura da Ilha com a desconstrução de suas características históricas.

Em decorrência desse fato, é nítido o aumento do fluxo de automóveis e motos, por exemplo, agravando mais o gargalo cada vez maior no transporte rodoviário na Ilha, pois o trânsito ficou intenso e os engarrafamentos diários são constantes, principalmente nos horários de grande movimentação de entrada e saída de veículos pela Estrada do Galeão. As empresas de ônibus que atuam na Ilha não têm dado conta da quantidade de passageiros e a estação das barcas se mostra ineficaz para atender bem ao fluxo de movimentação da população. A movimentação de pessoas também cresce nos meios de transporte público. A reclamação e a insatisfação nos trajetos dos insulanos são constantes.

Algumas pesquisas recentes questionam o quantitativo de pessoas que residem realmente na Ilha. Devido a tantas mudanças e pelos problemas diários descritos, o pesquisador Paulo Roberto Russo (1997), assinala:

No entanto, há uma forte evidência de que estes dados fornecidos por tais órgãos na realidade não retratam de forma fidedigna o quadro demográfico da Ilha do Governador. Segundo informações colhidas na XX R. A. e na imprensa escrita, a população insulana estaria oscilando entre 450 e 500 mil habitantes, podendo isso ser comprovado com a utilização da situação ambiental da orla decorrente de determinados aspectos da infraestrutura sanitária, como um indicador ambiental. A principal evidência de que os valores fornecidos por tais órgãos apresentam-se de forma equivocada é o fato de que a Ilha do Governador vem sofrendo nessas duas últimas décadas com falta de infraestrutura urbana adequada que suporte as necessidades da população insulana, sendo que o reflexo mais evidente disto é, como mencionado no item anterior, o sistema de esgotamento sanitário operante na Ilha do Governador, que se constitui em um excelente exemplo no que se refere à comprovação de que a sua população não é de 200 mil habitantes, pois a rede de captação e a Estação de Tratamento de Esgoto da Ilha do Governador tem capacidade para tratar o esgoto doméstico de aproximadamente 200 mil habitantes. Portanto, se os dados fornecidos pelos governos federal e estadual fossem precisos, não se verificaria na ilha uma quantidade tão grande de lançamentos de esgotos domésticos in natura e semi-tratados na orla insulana, como efeitado do despejo de efluentes contaminantes nas galerias de águas pluviais (RUSSO, 1997, pp. 97-98).

Por conta da Pandemia da Covid-19, desde março de 2020, a circulação de pessoas às ruas e a presença nas praias da região foram impedidas, por conta dos cuidados e do isolamento social decretado pelas autoridades municipais e estaduais. Isso acarretou em uma melhora na limpeza urbana e na qualidade da água das praias, sendo noticiado em jornais insulanos e observado também em outras regiões da cidade. A História da Ilha do Governador, seja no passado ou no presente, é diversa e profundamente marcada por ações internas e externas, ou por meio de políticas governamentais, por ação de empresários locais ou ainda, por conta da própria população que foi transformando e ainda modificando os espaços e paisagens. Segundo Russo (1997):

A principal consideração que se obteve é que a Ilha do Governador constitui não apenas uma paisagem, mas sim um conjunto dessas, onde cada uma possui características derivadas do momento histórico em que foi ocupada. Deve-se fazer a ressalva de que não se está dizendo que ilha é composta por porções "estanques", o que seria um absurdo, pois todas estão integradas por uma malha urbana que cada vez mais, através de diversas formas de intervenção no meio, tende a criar um cenário espacialmente mais homogêneo. Isto é somente uma especulação, que precisa ser mais bem trabalhada. Porém, determinados aspectos são fatos, como a questão Ilha do Governador ser um complexo mosaico de paisagens, cujos respectivos meios foram sendo alterados para atender necessidades econômicas que eram determinantes em cada momento; e que essas diversas formas de intervenção resultaram numa drástica mudança ambiental na Ilha, local onde predominam ecossistemas como manguezais e a Mata Atlântica e que agora sofre com problemas derivados de uma infraestrutura deficitária, como o despejo constante de diversos efluentes contaminantes em sua orla. (RUSSO, 1997, pp. 99)

Dessa forma, pensando no entendimento desse local e o seu significado por parte da população, nos tempos atuais ainda é um desafio cada vez mais difícil por conta de fatores econômicos, muitas modificações que não são pensadas e executadas pensando no cuidado, na acessibilidade, na preservação de espaços públicos e na memória da Ilha com suas (praças,

monumentos, ruas, dentre outros). Os efeitos negativos também podem ser observados no meio ambiente como a maior degradação de parques, o manguezal, a orla insulana com esgoto sem tratamento, a retirada constante de árvores centenárias por moradores e autoridades visando um melhor embelezamento e mobilidade tem sido uma questão constante, depreciando a importância com o cuidado do meio ambiente para as gerações atuais e futuras.

Para os insulanos há um forte sentimento de nostalgia da Ilha como estes espaços eram no passado, suas riquezas através de praças, praias, bondes e vegetação, únicos, e, assim, os moradores que percebem a perda da riqueza da Ilha, mobilizam-se com pequenos grupos mantendo viva a história local com caminhadas ecológicas, passeios nos pontos turísticos, eventos ciclísticos, de barco pela orla e pequenas ilhas do entorno, aulas públicas em praças, bibliotecas ou eventos de rua, dentre outras ações.

Entende-se, assim, que moradores de diferentes formações: agentes de turismo, aposentados, fotógrafos, pescadores, comerciantes, religiosos, desportistas, naturalistas, unidos, num único objetivo de se empenhar em preservar a memória e mitigar os efeitos negativos do desenvolvimento desordenado da região insulana.

Na década de 1990 foram concretizadas atividades na Ilha por professores da rede municipal de ensino em decorrência do evento internacional a Conferência do Clima Eco-92 (Conferência das Nações Unidas) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada entre os dias 3 e 14 de Junho de 1992, sediada na cidade do Rio de Janeiro. Neste período, teve destaque a ação local realizada com o tema “Preserve a Baía” da saudosa professora de Geografia, Vera dos Santos Veloso (*In Memoriam*), que lecionava na Escola Municipal Rodrigo Otávio, no bairro do Moneró. A ideia foi buscar patrocínios para criar uma logomarca, estampar camisas e produzir panfletos informativos e sacos descartáveis para limpeza de praias da Ilha. A professora marcou com os estudantes um encontro no sábado pela manhã e a ação percorreu toda a orla da Praia da Guanabara, no bairro da Freguesia. A atividade despertou nos estudantes o cuidado com o meio ambiente e resultou no recolhimento de grande quantidade de materiais e depois de uma aula prática com os estudantes os itens foram depositados nas lixeiras do local.

Esta atividade trouxe frutos de reflexão e conscientização dos alunos daquela época que hoje são pais de família e atualmente são moradores e protetores da região. Além de possibilitar uma ação de impacto no território local como uma prática educacional de cuidado com o meio ambiente. Observamos como ações pontuais podem contribuir com a formação e práticas de vida das pessoas em suas localidades. Foi uma ação educativa que refletiu ao

longo do tempo em outras ações como essa que foram observadas e retratam bem essa busca pela valorização da Ilha por antigos docentes que residiam ou trabalhavam na Ilha numa conscientização de conservação e cuidado com o meio ambiente.

Na imagem observamos a atuação da professora e da turma na ação realizada no bairro da Freguesia situado na Ilha do Governador:



Figura 7 - Estudantes da Escola Municipal Rodrigo Otávio e a professora Vera (de boné vermelho), no final da Praia da Guanabara, no bairro da Freguesia no ano de 1995. Destaque para a logomarca do projeto na primeira foto e o monumento da Pedra da Onça que pode ser vista ao fundo. (Arquivo Pessoal, ano 1995).

Atualmente, existem poucos pesquisadores voltados para a educação da História Local da Ilha atuando em escolas da região para contribuir na vivência e resgate da memória e dos valores históricos para a população atual. Há a necessidade de assumirmos o desafio diário de levar a História da Ilha do Governador para o ambiente escolar, buscando propiciar aos estudantes uma consciência histórica, com o pertencimento e o cuidado numa maior identificação dos alunos com o local onde residem. Essas inquietações fazem parte também das minhas vivências nesta jornada diária como docente e morador na Ilha há anos.

Em 2015, por exemplo, muitas ações foram vistas na Ilha: na esfera cultural, problemas econômicos graves, quanto na luta contra medidas do governo que buscava promover mudanças urbanas na região:

No âmbito da cultura, a Ilha tem de fato algo que comemorar, embora também tenha o que lamentar. As boas recordações são atribuídas unicamente à sociedade civil organizada, que, sem apoio do poder público, fez acontecer manifestações populares na região, como a **Primeira Feira Literária** e as edições da **Maratona Cultural “Eu Quero um Teatro na Ilha”**. Ambos os eventos reuniram grande público e manteve acesa a chama da cultura popular insulana.

No bojo da crise econômica e política que acomete o Brasil, a Ilha do Governador também experimentou seus desdobramentos. O **Estaleiro EISA**, um dos principais do Estado do Rio de Janeiro, demitiu no fim do ano milhares de trabalhadores, que foram às ruas da região em forma de protesto. Da mesma forma vimos grandes concessionárias de automóveis fecharem e o mercado imobiliário enfraquecer drasticamente, resultando em desemprego.

Se há um tema que tomou grande proporção na Ilha em 2015 foi o fatídico **PEU (Plano de Estruturação Urbana)**, projeto de lei complementar 107/2015, que tramita na Câmara de Vereadores. Apesar de o assunto ter surgido pela primeira vez em 2013, foi neste ano que a pauta tomou grandes proporções, mobilizando políticos locais favoráveis (ou não?) e moradores amplamente mobilizados contra a aprovação do pacote de mudanças urbanísticas²³.

Com a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas de Verão (2016), a cidade do Rio de Janeiro sofreu inúmeras transformações e modernizações, com maior fluxo de comércio e serviços, investimentos com muitas obras públicas, culminando em mudanças de ordem urbana, mobilidade e, com eles, inúmeros efeitos positivos e negativos que mudaram a realidade do povo carioca e que também trouxeram reflexos à Ilha do Governador: modificações na malha rodoviária com construções e grandes avanços, dentre eles a proposta de ampliação do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, além de aguçar ainda mais a especulação imobiliária, causando impactos diversos no comércio e habitações locais.

No âmbito econômico observamos a crescente ampliação de áreas comerciais em alguns bairros nos últimos anos, principalmente em vias principais: Avenida Paranapuã, Estradas do Galeão, do Dendê e da Cacuia, por exemplo, com maior destaque em serviços como farmácias, pet shops, escolas, barbearias, venda de roupas e lanches. Com isso há maior presença de pessoas circulando nas ruas e geração de mais empregos. As comunidades também seguem crescendo em áreas periféricas (Vila Joaniza, Parque Royal, dentre outras) e nos morros insulanos (Dendê, Barbante, etc.), por exemplo.

Outro fato que desperta a nossa atenção é o descaso das autoridades e de muitos indivíduos na conservação de espaços públicos como as praças, os parques, a preservação de monumentos e de várias áreas ambientais na Ilha. A conscientização do cuidado e do pertencimento local torna-se de grande relevância para que a Ilha do Governador possa continuar sendo preservada.

Nos últimos anos, observamos depredações e ações de vandalismo com a destruição de bancos de praças; cabines em pontos de ônibus; quebra do famoso Relógio da Cacuia; pichações em áreas públicas compostas de: pedras, pontes, fachada de prédios e residências, bustos e estátuas de personalidades (Carmem Miranda, Renato Russo, Manuel Bandeira, Lima Barreto, quebra de ícones religiosos) e até em troncos de árvores. Tal questão é exemplificada nas fotos a seguir:

²³ MARCHIONE, Allan. Retrospectiva: a Ilha do Governador em 2015 e as projeções para 2016. Site Diário do Rio.com, 2015. Disponível em: <https://diariodorio.com/retrospectiva-ilha-do-governador-em-2015-e-as-projecoes-para-2016/>. Acesso 10 outubro de 2020.



Figura 8 – A estátua do cantor Renato Russo, na Ilha do Governador, na Zona Norte do Rio de Janeiro, foi pichada por vândalos na madrugada da última quinta-feira. O caso foi registrado na delegacia do bairro²⁴.
(Jornal Extra, ano 2014)



Figura 9 - Busto de Manuel Bandeira em gesso localizado na praça de mesmo nome no Aterro do Cocotá, Ilha do Governador. Inaugurado em 11 de Setembro de 2011, o busto foi feito em 1950, pelo artista Celso Antônio de Menezes. Infelizmente o monumento encontra-se pichado. (Registro feito em 5/6/2019)²⁵.

²⁴ Estátua de Renato Russo, na Ilha do Governador, é pichada. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/estatua-de-renato-russo-na-ilha-do-governador-pichada-autor-lamenta-vandalismo-me-sinto-agredido-13715783.html>. Acesso 12 outubro de 2020.



Figura 10 - Antiga estátua do Leão que estava localizada no bairro do Zumbi. Em junho de 2013 o monumento foi destruído por conta de um acidente com o Utilitário Van, a serviço da prefeitura, bateu na estátua e a derrubou durante a madrugada²⁶ (Jornal Ilha Notícias, ano 2013).



Figura 11 – As duas fotos retratam o Canhão da Ponta do Tiro, localizado no Bairro da Praia da Bandeira. Ainda nos anos 80 o local possuía um mastro para hastear a bandeira do Brasil e bancos de alvenaria para uso da população. Observa-se o descaso com o local há anos²⁷ (Fotos da internet)

²⁵ Busto Manuel Bandeira, Site Gramho, 2019. Disponível em: <https://gramho.com/explore-hashtag/monumentosRJ>, Acesso 12 outubro de 2020.

²⁶ Matéria: Moradores lamentam descaso com Zumbi, Jornal Ilha Notícias, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://ilhanoticias.com.br/noticia/noticias-ed1682>. Acesso 12 outubro de 2021.

²⁷ Imagens disponíveis nos links: <https://www.facebook.com/Jubertoo/posts/3505049662892267>, <https://ilhanoticias.com.br/noticia/noticias-ed1740> <https://www.facebook.com/ecoturilha/posts/1771719182975396>. // Acesso 15 outubro de 2021. <https://www.facebook.com/photo?fbid=2533140580083185&set=gm.393451304697121>. Acesso 12 outubro de 2020.



Figura 12 – Pichação na Pedra da Onça e na estátua, monumento muito conhecido e representativo da população insulana²⁸ (Jornal Ilha Notícias, ano 2016).

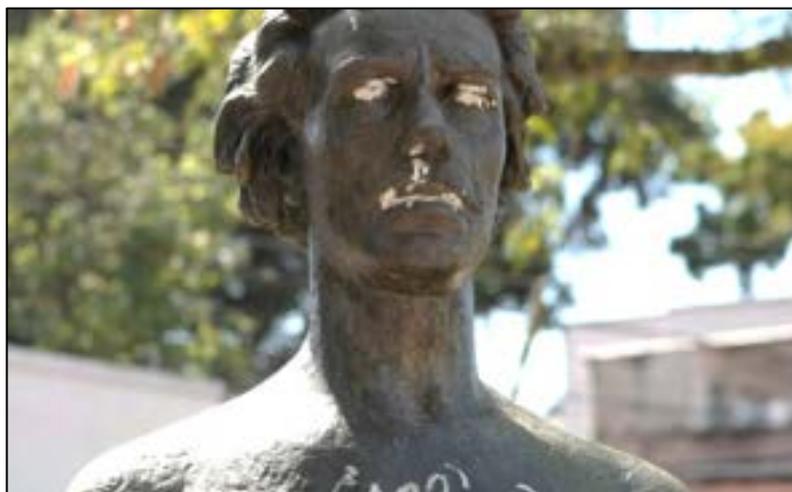


Figura 12 - O busto de Castro Alves (1847-1871), o poeta brasileiro, está localizado numa praça que já teve seu nome e que agora se chama Manoel Madrugá, no bairro do Tauá. Pichações e falta de placas informativas, além de maus tratos constantes estampam a situação de vários bustos na Ilha²⁹ (O Globo, ano 2012).

²⁸ Coluna Boca no Trombone. Ilha Notícias, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://ilhanoticias.com.br/noticia/boca-no-trombone-ed1792>. Acesso 12 outubro de 2020.

²⁹ Homenageados com monumentos no bairro deixam moradores em dúvida sobre sua ligação com o lugar. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/homenageados-com-monumentos-no-bairro-deixam-moradores-em-duvida-sobre-sua-ligacao-com-lugar-6447838>. Acesso 14 outubro de 2020.



Figura 14 - O Busto da cantora, atriz e dançarina luso-brasileira Carmem Miranda (1909-1955) está localizado em uma rua no bairro do Jardim Guanabara que leva seu nome. Ele foi transferido do Largo da Carioca para esse novo local em 1979 por conta de obras do metrô. Muitos moradores pensam que a cantora nasceu ou morou na Ilha, porém o motivo do busto ser instalado nessa rua foi outro. (Foto: José Roberto Pereira, março de 2022).

O descaso com esses espaços traduzem um pouco a ausência de pertencimento e cuidado que essas pessoas realizam ao depredar, sujar ou ignorar essas referências históricas. Essas fotos acima foram apenas para ilustrar algo que é rotineiro: os monumentos são pichados e depois a prefeitura ou até os próprios moradores fazem a limpeza ou restauro dos mesmos. Esse descaso é uma infeliz rotina até a presente data para a população insulana.

A partir dessas observações na realidade presente da região, podemos realizar alguns questionamentos: Quais os fatores que contribuem para essa depredação constante? Todos os monumentos da Ilha sofrem esses atos de vandalismo com a mesma intensidade? Quais os espaços menos agredidos? Quais os mais danificados? Por que há essa diferenciação? O que move tais atitudes? Por que não há por parte das autoridades um maior empenho em buscar esclarecer mais a população e mobilizar ações de criação de entendimento, pertencimento e identificação da população, ao invés de simplesmente providenciar a simples limpeza e reparo desses espaços?

Alguns passam por eles diariamente, observam essas precariedades e poucos são os que agem para reverter ou alertar para esse problema. Na Ilha do Governador, nos últimos anos, cresceu assustadoramente o problema das pichações de fachadas de casas e prédios, de

monumentos e até das pontes na entrada da Ilha. Muitos moradores já reclamaram com autoridades e com a vizinhança; alguns habitantes deixam espaços em seus muros para uso dos pichadores tentando evitar novas ações, contudo, sem êxito. Essa problemática sobre a identidade demonstra uma aresta solta que ainda necessitam de mais pesquisa e estudo sobre o Tempo Presente da Ilha do Governador.

Ao caminharmos pela Ilha notamos casas que estão com os muros pichados há anos e que não houve a renovação com novas pinturas. Identificamos a desmotivação das pessoas neste cuidado permanente e da relação de pertencimento, onde a casa em que moro também faz parte da história da Ilha do Governador. Há um grupo que buscou a criação de painéis de grafites na tentativa de inibir novas pichações – fato que tem contribuído com melhor resultado, porém não traz garantias de novas pichações. Os jornais locais sempre abordam notícias sobre tais depredações em praças e monumentos, além de prédios e residências, como informa o Jornal Ilha Notícias, na edição de nº1893 de 2018:

“Cresce a cada dia o número de pichações que deterioram o patrimônio público e privado. Moradores e comerciantes travam uma briga desigual contra esses vândalos que agem às escondidas durante a noite e pedem ajuda das autoridades policiais. Prédios, casas, lojas e monumentos públicos são alvos dos pichadores de diversas idades. Pelo que apurou a reportagem, a pichação também é uma guerra de egos entre vândalos, que disputam duas competições: deixar a marca em maior número de locais ou colocar o rabisco em lugares de difícil acesso. Na maioria das vezes as ações desses criminosos acontecem durante a madrugada, dificultando serem flagrados em ação pela polícia. Para combater o ego dos pichadores e deixar de ser um alvo desses vândalos, alguns moradores colocam avisos em muros e fachadas: “Área reservada para pichador amador”. Com isso os muros ficam limpos, pois nenhum pichador quer ser chamado de amador e ter a sua marca exibida em um desses locais.”³⁰ (Jornal Ilha Notícias, 2018)

A poluição é outra questão grave que a Ilha do Governador é frequentemente atingida. O despejo diário de esgoto *in natura* e lixo doméstico em áreas inapropriadas na Ilha e no entorno da Baía da Guanabara geram uma forte e constante com os despejos nas praias insulanas por conta da Baía que segue poluída.

Todos os dias faz-se necessário a coleta de lixo nas areias das praias e tal fato, infelizmente, não consegue ser feito de forma constante nas áreas atingidas. Essa poluição cresceu nas últimas décadas do século XX e início do XXI e tem gerado reflexos negativos não somente na área ambiental, mas tem contribuído negativamente na vida diária dos habitantes na Ilha em relação a mau cheiro, frequente mortandade de peixes, tartarugas, botos, dentre outras espécies.

³⁰ Matéria: Ação de pichadores revolta moradores. Jornal Ilha Notícias, Edição 1893, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ilhanoticias.com.br/noticia/noticias-ed1893-1>. Acesso 06 dezembro de 2021.

Outra questão que é notada na região insulana são as árvores centenárias sendo removidas visando embelezamento de vias, modificações de calçadas para novas construções. Algumas são retiradas alegando que estão comprometidas, com risco de queda, ou comprometendo os fios de energia elétrica, contudo, sua remoção poderia ser evitada caso fizessem podas pontuais regulares, realizando assim, o seu cuidado periódico e o combate de possíveis enfermidades.



Figura 15 - Foto de 2015 de um trecho da Praia da Guanabara, no bairro da Freguesia, onde se vê a poda excessiva de árvores muito antigas. Tal fato tem ocorrido cada vez mais em outras regiões insulanas nos últimos anos³¹ (Jornal Ilha Notícias, ano 2015).

Recentemente a Ilha sofreu com a força da natureza com fortes vendavais (em 2018, 2019 e 2021), que arrancaram inúmeras árvores em diversas ruas e na orla da praia. A importância da preservação tornou-se mais importante não somente pela questão de estética, mas por possibilitar com a presença das árvores pelo território da Ilha, a temperatura amena que é característica do clima insulano. Neste sentido, Sodré (2017) pontua a importância das árvores na vida da Ilha do Governador:

Às vésperas do verão, quando os benefícios proporcionados pelas árvores ficam mais evidentes, graças às sombras que ajudam a amenizar o calor, a Rua Silveira Sampaio, na Freguesia, perde alguns dos seus exemplares mais antigos. Segundo moradores, uma série de podas danosas afetou o equilíbrio dos vegetais e provocou o corte de três árvores. O resultado mudou o cenário, a sombra diminuiu e a rua está muito mais quente. — Como as árvores estavam em conflito com a fiação, foram podadas muitas vezes. Só que a poda não tinha critério e as árvores ficam desequilibradas, ameaçando cair — afirma a moradora Débora Brito.

³¹ Matéria: Comlurb exagera e acaba com árvores. Jornal Ilha Notícias, Edição 1754, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://ilhanoticias.com.br/noticia/noticias-ed1754>. Acesso 10 fevereiro de 2022.

O aposentado Carlos Sampaio lamenta que os cortes tenham sido realizados sem o replantio imediato. — Deveriam ter providenciado logo. Foi um patrimônio que perdemos — considera. (SODRÉ, 2017)³².

A cada ano vê-se a diminuição dos banhistas que fazem uso das praias da Ilha. Com essa redução há impactos também no aspecto econômico, pois reduz a presença dos moradores e turistas. Assim, bares, hotéis, restaurantes, lanchonetes, por exemplo, fecharam suas portas e geram desaquecimento no comércio, elevam desemprego e tornam essas áreas mais vazias e sem maiores investimentos dos setores públicos. Tal fenômeno cresce anualmente nos últimos 30 anos em vários bairros insulanos.

Através da reportagem abaixo notamos a crescente preocupação com as praias na Ilha do Governador:



Figura 16 – Matéria do telejornal RJTV, da TV Globo, denunciando a poluição da Praia da Guanabara, no bairro da Freguesia, abordando a carência na limpeza e os motivos da poluição constante³³. (março de 2022)

Quando as notícias de todos os problemas citados aparecem em perfis nas redes sociais e em jornais que atendem a Ilha do Governador tornam-se mais visíveis os problemas apresentados que trazem ou emergem o conhecimento e a reflexão dos membros da sociedade gerando impactos com reações, mobilizações, com ações de mutirões de limpeza por parte de alguns moradores e instituições insulanas ou ainda os grupos ambientais.

³² SODRÉ, Leonardo. Corte de árvores muda a paisagem de bairro na Ilha do Governador. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/corte-de-arvores-muda-paisagem-de-bairro-na-ilha-do-governador-22112181>. Acesso 10 fevereiro de 2022.

³³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/bom-dia-rio/video/praias-da-ilha-do-governador-e-invadida-por-lixo-10215386.ghtml>. Acesso 06 março de 2022.

Por conta dessa grande poluição da Baía da Guanabara há uma constante mortandade de peixes, que tornam a orla como um grandioso cemitério a céu aberto. Outras espécies de animais também são vítimas como pássaros e tartarugas.



Figura 17 – Tartaruga morta na Praia da Guanabara (Arquivo Pessoal, abril de 2022).

Essas fotos circularam por diversas redes sociais, os perfis da prefeitura do RJ e Subprefeitura das Ilhas. Neste sentido, há centenas de comentários lembrando o descaso, a ineficiência nos projetos de despoluição da Baía e a ausência de fiscalização dos principais agentes poluidores. Viu-se ampla resposta negativa dessa contaminação do espaço insulano. Recentemente, a comunidade insulana vivenciou uma questão bem interessante com um dos seus locais de referência: a Praça do Avião, localizada no bairro do Galeão.

Em 2019, a Prefeitura da Aeronáutica (PAGL) retirou o avião para manutenção, porque as asas estavam se soltando e ofereciam riscos às pessoas que transitam pelo local. Essa praça existe desde a década de 1960, em homenagem aos militares insulanos que participaram da II Guerra Mundial. Este espaço é um ponto histórico da Ilha e já contou com réplicas de aeronaves como o Gloster Meteor e do Jato Caça-bombardeiro AMX-A1.

Com a ausência da réplica do transporte aéreo houve grande insatisfação de parte da população e visitantes que, ao entrarem na Ilha notavam que a base de sustentação estava sem o avião. Nos veículos de informação do bairro ou em páginas de perfis pelas mídias sociais, os insulanos questionavam sobre a ausência da aeronave e que o avião deveria ser recolocado por fazer parte da cultura, do patrimônio e da história da Ilha do Governador. A seguir observamos os registros do progresso das aeronaves neste lugar histórico:



Figura 18 - Fotos retratando as fases da Praça do Avião.³⁴

Em 17 de abril de 2020, o novo avião foi instalado no local e trouxe grande euforia à população, que faziam seus registros fotográficos ao lado da nova aeronave. Mesmo com seu retorno houve ainda algumas reclamações, pois o antigo suporte tão característico que suspendia o avião foi retirado, e que o avião colocado era muito mais pesado por ser uma aeronave original e o suporte não conseguiria aguentar pelo excesso de peso. Muitos insulanos queriam que a praça mantivesse seu aspecto anterior. Outros, porém, gostaram e valorizaram mais a nova aeronave ou apenas o retorno do ícone histórico à Praça.

Notamos que na descrição desse fato que várias questões que emergiram reflexões, interesses e posições dos moradores em relação à identidade, dentre elas, a memória afetiva, a consciência histórica e o maior pertencimento da população insulana quanto a um monumento na Ilha: diferentes e importantes olhares sobre mudanças e permanências no Patrimônio Histórico. Sobre o desfecho dessa ausência e o retorno do avião observamos um fragmento da matéria disponibilizada na rede social:

A Aeronáutica iniciou a reposição da réplica do caça AMX-A1 fabricado pela Embraer, um dos símbolos mais conhecidos da Ilha do Governador, na Zona Norte. A aeronave fica na Praça do Avião e estava em manutenção há um ano. Moradores reclamavam da demora a recolocar o caça no ponto que virou um dos mais visitados do bairro. Militares trabalham desde as primeiras horas da manhã, desta terça-feira (14), com maquinário pesado. A réplica está no local e será colocada com um guindaste. Em 1999 devido à necessidade de urbanização da região, o caça original

³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/ecoturilha/posts/1461430997337551/>, https://www.ilhanoticias.com.br/noticia/Praca_do_Aviao_continua_sem_o_AMX, <http://suburbiosdorio.blogspot.com/2011/12/praca-do-aviao.html>, https://ilhanoticias.com.br/noticia/Aeronautica_revitaliza_Praca_do_Aviao. Acesso 14 outubro de 2020.

foi levado ao Museu Aeroespacial e em seu lugar foi colocado uma réplica menor do jato AMX-A1³⁵.

Neste contexto, após a solicitação dos moradores houve o retorno do ícone como uma réplica, contudo, é uma aeronave verdadeira já aposentada, um A-1M 5530, fabricado em 1996, recebido pela FAB em Fevereiro de 1997 e que contabilizou mais de 1500 horas de voo no 3º/10º GAv - Esquadrão Centauro³⁶. Além de ser uma referência para a História da Ilha, a aeronave contribui para a memória militar presente no bairro.

Nas últimas décadas, o professor Jaime G. de Moraes Jr. tem se dedicado muito à pesquisa sobre a Ilha do Governador, com fotos, documentos diversos, objetos, mapas, depoimentos, dentre outros excelentes materiais, sendo não só agindo como um memorialista, mas atuando com um olhar de historiador de extrema relevância sobre a região, realizando ações concretas, divulgando fontes iconográficas e breves resenhas históricas em sites e redes sociais, divulgando mais a história insulana, em especial, numa comunidade no Facebook (**Ilha do Governador – o passado no presente**³⁷), cujo título do capítulo traz também uma singela homenagem.

O grupo virtual conta com mais de 23 mil membros, onde periodicamente recebe publicações de imagens e descrições históricas, de parte da Ilha em alguma época, de forma bem simples e didática com uma detalhada descrição histórica e geográfica. A cada postagem, diversos membros comentam e trazem suas memórias e dúvidas. O estimado professor Jaime pesquisa a Ilha do Governador há mais de 50 anos e busca manter vivo esse conhecimento histórico, recordando o passado que hoje se faz presente na vida da população, mostrando também alertas sobre todas as mudanças na região e os seus impactos.

³⁵ SADOK, Marcus. Réplica do caça AMX-A1 volta para a Praça do Avião. Site Band News. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/replica-do-caca-amx-a1-volta-para-a-praca-do>. Acesso 14 outubro de 2020.

³⁶ Aeronáutica revitaliza Praça do Avião. Jornal Ilha Notícias, Edição 1985, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://ilhanoticias.com.br/noticia/Aeronautica_revitaliza_Praca_do_Aviao. Acesso 14 outubro de 2020.

³⁷ Grupo Ilha do Governador: o passado no Presente - <https://www.facebook.com/groups/411449505677056> Acesso 05 setembro de 2021.



Figura 19 – Capa do Grupo Ilha do Governador: o passado no presente no Facebook³⁸ (maio de 2022).

O processo de urbanização na Ilha do Governador trouxe o surgimento de muitas comunidades que foram se construindo em morros, regiões de praias, áreas de matas, áreas militares, ou seja, semelhante ao que ocorreu em outros bairros da cidade do Rio de Janeiro. A grande parte dessas comunidades ainda carece de bons serviços públicos, sofrendo com problemas no abastecimento de água e luz; onde muitos não possuem boas áreas de lazer ou iluminação de ruas e praças; somados ainda por questões de higiene e falta de segurança.

Algumas comunidades como Parque Royal, Tubiacanga, Itacolomi, Rádio Sonda, Maracajás, dentre outras ainda padecem com medo constante de ameaçadas de despejo por parte das autoridades, algumas por estarem em áreas militares e outras devido ao processo de expansão das pistas do Aeroporto Internacional, atual RIOgaleão – Aeroporto Internacional Tom Jobim:

O presidente da Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga (Apelt), Alex Sandro, disse que sua comunidade, Tubiacanga, é a mais ameaçada de ser removida em função das obras de ampliação do Galeão. Segundo ele, existe um projeto alternativo de construção da terceira pista sem a necessidade de remoção de comunidades nem de aterros na Baía de Guanabara. Além de Tubiacanga, estão ameaçadas as comunidades de Parque Royal, Vila Joaniza e Portuguesa, na Ilha do Governador. (AGÊNCIA BRASIL, 2013)³⁹

³⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/411449505677056>. Acesso 05 abril de 2022.

³⁹ AKEMI, Nitahara. Moradores de comunidade da Ilha do Governador fazem manifestação contra leilão de aeroportos. Site Agência Brasil, 2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-18/moradores-de-comunidade-da-ilha-do-governador-fazem-manifestacao-contraleilao-de-aeroportos>. Acesso 11 dezembro de 2021.

Também é importante ressaltar que essa urbanização trouxe outra mudança na região com grande número de casas sendo colocadas abaixo e surgindo cada vez mais prédios e condomínios. A especulação financeira ajuda a explicar tal fenômeno que vem há décadas ocorrendo na Ilha e, nos últimos 10 anos, teve um aumento significativo na região. São diversos exemplos de casas históricas sendo vendidas, derrubadas e, do terreno limpo, iniciando construções de habitações coletivas. Até um imponente Palacete do século XIX foi demolido há algumas décadas por conta desse fato da especulação imobiliária na região:

Imagine existir na Ilha do Governador uma construção diferenciada, com uma arquitetura imponente, uma fachada bela e esplendorosa, com muitos janelões bem decorados, que lembram os típicos prédios europeus? Sim, nós já tivemos um prédio dessa grandeza. Trata-se do Palacete Santa Cruz, que ficava localizado ao lado da Capela Imperial Nossa Senhora da Conceição e da Praça Dr. Eduardo Cotching – atual Jerusalém –, no Jardim Guanabara. Ele ocupava grande parte do quarteirão entre as atuais ruas Uçá, Cambaúba e Engenheiro Rozauro Zambrano. O Bosque dos Eucaliptos, onde hoje está o parque Marcello de Ipanema, é outro espaço que completava a paisagem. (...) Atualmente, por muitos motivos sociais, financeiros e até familiares, vemos cada vez mais as casas tradicionais de inúmeras ruas da Ilha sendo colocadas no chão e surgindo prédios e mais prédios. Você, caro leitor, com certeza, deve ter outros exemplos em sua memória. Foi assim que também ocorreu com o Palacete que, após sua rápida demolição, foi construído um prédio de apartamentos. Uma perda para a história insulana⁴⁰.

A História é construída pela soma de rupturas e continuidades da ação humana ao longo do tempo. Não é um mero saudosismo sobre essas demolições, porém, em muitas dessas construções não eram apenas as questões da sua existência, mas todo um arcabouço de memórias e identidades que elas podiam ter e foram perdidas. Em vários casos nem temos uma foto desses locais, ficando apenas suas imagens na memória de seus moradores, mas que, com o passar dos anos e a falta de uma captação dessas memórias, essa importante parte da História se perde com o falecimento desses protagonistas.

⁴⁰ SANTOS, Juberto de Oliveira. A história do saudoso Palacete Santa Cruz. Jornal Ilha Notícias, Edição 2083, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.ilhanoticias.com.br/noticia/A_historia_do_saudoso_Palacete_Santa_Cruz. Acesso 05 março de 2022.



Figura 20 - Antigo Palacete Santa Cruz (1946)⁴¹ e uma foto atual do local (Arquivo Pessoal, 2022).

Ao longo dos séculos, como podemos ressaltar, percebe-se que a Ilha do Governador foi palco de inúmeros processos de desenvolvimento e contribuiu muito para a história do povo carioca, contudo, traz consigo muitas contradições, de demandas sociais e econômicas que precisam ser observadas e acompanhadas pela sociedade para que esse amplo desenvolvimento chegue ao povo insulano em geral.

Com essa breve síntese, buscou-se mostrar a grande importância e relevância da construção histórica da região da Ilha do Governador que compõem a história carioca, fluminense e brasileira. Observam-se muitos problemas e desafios que a atual população insulana tem enfrentado em seu cotidiano, e nas complicadas relações com o Patrimônio Histórico Material e Imaterial.

Infelizmente, uma grande parcela do nosso povo ainda desconhece suas riquezas e também dos importantes fatos históricos. A partir disso, buscamos conhecer como a difusão desse conhecimento ao maior número de pessoas para que possam contribuir para reverter algumas dessas situações, cooperar para a comunidade insulana se apropriando de fato dessa história, trazendo novas reflexões, novos personagens e locais ainda silenciados ou esquecidos.

Desta forma, buscamos potencializar e fortalecer mais esses laços com o local onde as pessoas vivem, estudam e trabalham, construindo, juntos, uma memória e identidade, partindo do chão da sala de aula em ações com os estudantes, contribuindo para que eles sejam protagonistas e multiplicadores dessa História Local da Ilha do Governador, ou seja, como um grande farol para esta sociedade e para as próximas gerações.

⁴¹ Idem.

1.4 – A Educação na Ilha do Governador

Na Ilha do Governador, no século XIX, viu-se um maior crescimento demográfico e de diversas atividades comerciais devido a seu relacionamento com a Cidade do Rio de Janeiro, logo se exigiu a construção de escolas nesta região. Segundo Ipanema (2014, p.133): “o ensino era por sexos separados. A primeira escola surgida é na Regência, em 20 de junho de 1834, pelo decreto nº5 que fixou também o ordenado do professor, em 350\$000 anuais. Em 1838, contávamos com 2.391 habitantes”.

Em 1860, havia duas escolas masculinas nas áreas da Freguesia e no Juquiá. A primeira escola feminina surge somente em 1865 no Juquiá e era fiscalizada pelo Ministério do Império, diferente de hoje que a Educação está subordinada ao Ministério da Educação e, na esfera estadual e municipal, às Secretarias deste mesmo título. Ao longo do tempo, a população da Ilha crescia e houve também maior urbanização regional, a partir das primeiras décadas do século XX, necessitando ter mais escolas, contudo, não havia uma grande oferta e nem todos os moradores conseguiam acessar, principalmente por questão da mobilidade e proximidade.

Na década de 1940, a Cidade do Rio de Janeiro ainda era o Distrito Federal e, entre 1947 e 1951, era governado pelo prefeito Ângelo Mendes de Moraes, general nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Nesse período, o sistema educacional em vigor advinha da reforma promovida pelo ministro Gustavo Capanema (1900-1985), ainda na Era Vargas, que divide o ensino em primário, ginásio e colegial, sendo esse último subdividido em científico e clássico.

Em 1948, houve o lançamento da pedra fundamental para a construção de um colégio ginásial, na região do atual bairro da Freguesia. A Ilha ainda não possuía escolas desse segmento. Com a inauguração da ponte (1949), que ligava a Ilha ao continente, a população insulana obteve muitos ganhos, inclusive com maior crescimento e desenvolvimento econômico. Em oito de junho de 1949, o Ginásio Municipal Prefeito Mendes de Moraes foi inaugurado tendo 09 salas de aula, 01 laboratório de Ciências, oficinas de encadernação e marcenaria, 01 refeitório e 01 consultório médico e dentário.

O colégio foi extremamente importante para a população, como assinala Vital (2022):

A construção do Ginásio Mendes de Moraes foi de grande valia para a população insulana, visto que a Ilha do Governador não possuía, até então, estabelecimento de curso ginásial. Assim, antes da inauguração do colégio, as crianças que concluíssem o antigo curso primário tinha que estudar fora da Ilha. E numa época em que não existia a ponte. Evidentemente, a apreensão dos pais era grande. Por esse motivo, a AMIG (Associação de Moradores da Ilha do Governador), que existia desde 1946,

fez um fortíssimo lobby para a construção do colégio e chegou até a contribuir, cedendo material para a construção. Algo que atualmente chamaríamos de parceria público-privada. Com a pressão e auxílio da AMIG, a obra ficou pronta em apenas um ano, surgindo assim o primeiro ginásio da Ilha do Governador (VITAL, 2022, p.18).

O ingresso no Ginásio era por meio de uma prova, fato que durou até o ano de 1996. Na década de 1950, surgem novos colégios como o Olavo Bilac (1958), Ginásio Brigadeiro Newton Braga (1960), Colégio Governador (1963), Colégio Capitão Lemos Cunha (1963), Colégio Barão de Capanema (1964), e depois mais estabelecimentos de ensino público e privado são inaugurados na Ilha. Também começa a existir o Curso de Formação de Professores de Ensino Fundamental (Curso Normal), como a Faculdade de Educação Osório Campos (1977), que oferecia o Curso de Pedagogia em nível superior.

Cada escola trazia um uniforme diferenciado e algum tipo de insígnia como um broche ou bolso na camisa, onde era possível a identificação dos estudantes e trazia maior identificação com a instituição.



Figura 21 - Escudo adotado a partir de 1956, ainda com a identificação de “Colégio Municipal” e SGE (Secretaria Geral de Educação). Foto: Grupo Facebook Professor Jaime Moraes⁴².

Ainda na década de 1970 chegam com mais força o ensino profissionalizante, com Cursos de Petroquímica, depois Técnico de Química, Processamento em Dados, Análises Clínicas, Cursos de Administração e Contabilidade, sendo o Colégio Mendes de Moraes a principal referência. Aos poucos outras escolas também passaram a oferecer cursos dessa natureza visando à preparação de novos trabalhadores. Em algumas escolas foram oferecidas aulas noturnas, fato que facilitou o ingresso de muitos alunos que trabalhavam durante o dia.

⁴² Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=ilha%20do%20governador%20-%20o%20passado%20no%20presente>. Acesso: 20 junho de 2022.

Nas décadas de 1980 e 1990, a população insulana cresceu amplamente e isso se refletiu na construção de mais estabelecimentos de ensino pela maioria dos bairros. Os uniformes também foram sofrendo alterações e, muitas escolas, passaram a apenas a adotar uma camisa específica para os estudantes, juntamente com o uso de bermudas ou calças jeans, tênis ou sapatos de cor preta ou azul.

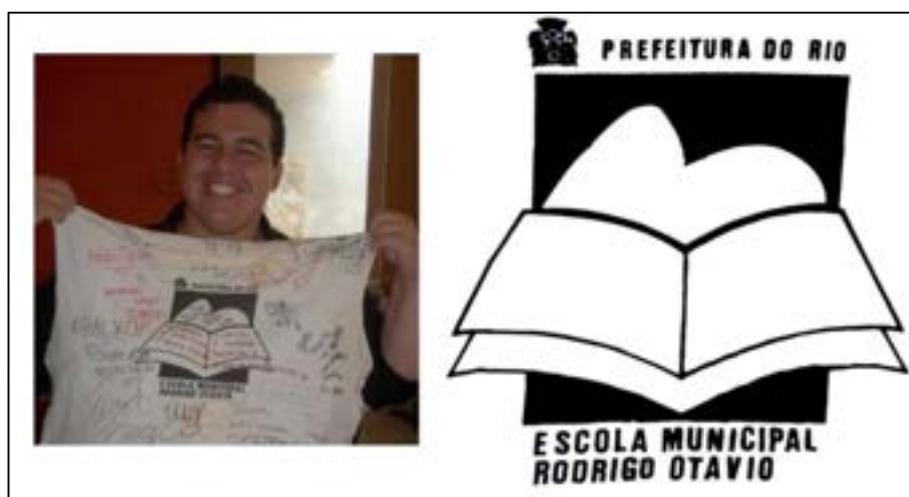


Figura 22 - Foto com detalhe do logotipo da camisa da Rede Municipal do Rio de Janeiro em meados da década de 1990. (Arquivo Pessoal)

De 1983 a 1987 e entre 1991 e 1994, na gestão do Governador Leonel de Moura Brizola, foram construídos 515 Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) em todo o Estado do Rio de Janeiro. Destes, 101 unidades foram na Cidade do Rio, sob a administração da prefeitura e, destes, 03 foram construídos na Ilha do Governador: CIEP Olga Benário Prestes (Cocotá), CIEP João Mangabeira (Bancários) e CIEP Dr. João Ramos (Portuguesa).

No século XXI, nota-se, por exemplo, que essa identidade nas escolas públicas vem diminuindo muito e é possível perceber isso até nos próprios uniformes, pois as camisas deixaram de ter o nome das escolas e passou a ter um logotipo único, tanto na Rede Municipal quanto na Rede Estadual de Ensino. Também, aos poucos, tivemos novas divisões de políticas educacionais onde o Ensino Fundamental passou de oito para nove anos letivos⁴³ e o Ensino Médio assumiu um único currículo para três anos letivos.

Até o ano de 2013, às escolas municipais da Ilha do Governador estavam vinculadas a 4ªCRE, que abrange muitos bairros cariocas (Benfica; Brás de Pina; Bonsucesso; Bonsucesso – Maré; Cordovil; Jardim América Manguinhos; Maré; Olaria; Pavuna; Parada de Lucas; Penha; Penha Circular; Ramos; Vigário Geral; Vila da Penha; Penha). Em janeiro de 2013, foi

⁴³ Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 – amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010.

criada a 11ªCRE, atendendo apenas as Unidades da Ilha do Governador e Ilha do Fundão. Em 2022, estão matriculados 17.782 alunos nas escolas da Ilha. Ao todo são 43 Unidades de Ensino e um Clube Escolar que existem na Ilha do Governador, onde há 06 creches municipais, 04 Espaços de Desenvolvimento Infantil e 01 Escola Especial. Novas propostas foram sendo desenvolvidas pela prefeitura do RJ e foi inaugurado o Ginásio Experimental Olímpico Nelson Prudêncio (2016) no bairro das Pitangueiras e funcionando no mesmo espaço a Vila Olímpica Nilton Santos.

Em relação a essas 43 unidades de ensino, podemos observar que nem todos os bairros da Ilha foram contemplados com pelo menos uma escola (Cocotá e Ribeira), há bairros que só possuem uma única escola (Freguesia, Pitangueiras e Praia da Bandeira), outros que possuem somente duas unidades (Cacuaia, Moneró e Zumbi), o bairro do Jardim Carioca possui três unidades, o bairro do Tauá foi contemplado com quatro Unidades. Com seis escolas temos Jardim Guanabara e Portuguesa e, com sete escolas, estão os bairros do Galeão e Bancários.

Nos últimos anos iniciou-se um processo de reestruturação com algumas escolas passando para turno único, trazendo efeitos positivos e negativos na rotina escolar e de adaptação das famílias e dos estudantes⁴⁴.

Leciono na Escola Municipal Belmiro Medeiros, localizada no bairro do Moneró. Ela atende mais de 480 estudantes de diversos bairros da Ilha e Comunidades: Dendê, Moneró, Praia da Rosa, Parque Royal, Praia da Rosa, Bancários, Cacuaia, Portuguesa e Tauá. Em 2022, a escola passou a funcionar em regime de horário integral e deixou de atender os anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo mais uma unidade que passou pelo sistema de reestruturação.

Em termos atuais de desafios podemos destacar o constante problema com os ônibus da Ilha que passam direto pelos pontos de ônibus quando estão com muitos estudantes. Como alguns bairros têm poucas escolas ou nenhuma, os estudantes precisam fazer uso do transporte público. Assim, tentando forçar a parada dos carros, alguns tentam ir ao meio da pista, porém sem êxito e ainda correndo o risco de atropelamento. Com isso, o atraso é cada vez mais frequente nas escolas gerando diversos problemas pedagógicos e até alimentar, pois muitos perdem o lanche da entrada por conta do atraso. Os que moram mais longe até desistem e retornam às suas casas. Há muitos relatos e até filmagens retratando essa questão nas redes sociais de moradores ou de jornal locais, porém não se vê uma ação efetiva das autoridades para reverter essa situação que perdura por décadas.

⁴⁴ COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RJ. Informações disponíveis em: <http://webapp.sme.rio.rj.gov.br/jcartela/publico/pesquisa.do?cmd=listarEscolasDaCre&idSetor=1616>. Acesso: 20 junho de 2022.

CAPÍTULO 02

A HISTÓRIA LOCAL: IMPORTÂNCIAS E POSSIBILIDADES DE AÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Se pensarmos que o Conhecimento deixou de ser algo lento, insuficiente e imutável, logo, encontra-se em contínua e progressiva expansão e renovação, devemos compreender que as aulas podem também trazer renovações diversas com novas abordagens, práticas e articulações dos professores com seus estudantes e ampliar a relação de todos com a escola. Vivemos diariamente uma revolução tecnológica trazendo impactos e contribuindo com novas concepções da população para uma sociedade da informação.

A própria escola, nos últimos anos, tem propiciado novos espaços e tempos formativos, implicando neles novos recursos e meios. Evidente que a rede particular, em geral, conseguiu se adaptar melhor a essa nova realidade, contudo, as chamadas tecnologias tradicionais de ensinamento-aprendizagem (quadro-negro/quadro branco, projetor, textos impressos, audiovisuais, anotações em cadernos, etc.) estão se integrando cada vez mais a essas novas tecnologias e metodologias digitais. Por conta da pandemia da Covid-19 esse cenário foi acelerado em muitos locais e trouxe maiores abismos e desafios em outros.

2.1 – A importância da História Local no ensino de História

A valorização de espaços e pessoas ocorre pelo conhecimento e pertencimento que existem pelos seus referenciais. O apreço que temos por algo ou alguém ocorre pelas conexões que temos e realizamos ao longo da nossa vida. Ao entender esse “local” como a realidade de uma comunidade e a sua relação com a escola, buscamos entendê-lo como um catalisador que podemos associar à educação com o dia-a-dia dos nossos estudantes. A partir da análise de José Barros, a História Local é vista como o estudo da História do “pequeno espaço”, do território menor, inserido em um contexto maior conforme Barros (2005):

Esta nova tendência, que se fortaleceu nos anos 1950, ficou conhecida na França como ‘História Local’. Também aqui a contribuição da Geografia derivada de Vidal de La Blache destaca-se com particular nitidez, ajudando a configurar um conceito de Região que logo passaria a ser utilizado pelos Historiadores para o estudo de micro-espacos ou espacos localizados, em muitos sentidos dotados de uma homogeneidade bem maior do que os macro-espacos que haviam sido examinados por Braudel. Do macro-espaco que abriga civilizações, a historiografia moderna apresentava agora a possibilidade de examinar os micro-espacos que abrigavam populações localizadas, fragmentos de uma comunidade nacional mais ampla. A História Local nascia, aliás, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. A História

Local – ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico – surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das nações ocidentais. (BARROS, 2005, pg.107-108).

Para Goubert (1988, p. 70): “denominaremos História Local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum”. Assim, os estudantes podem se identificar nesses espaços, trazendo a História da localidade e também para as suas histórias pessoais (lembranças, esquecimentos e afetividades), fazendo conexões com outras histórias, personagens e paisagens que estão a sua volta ou que fazem parte de sua memória afetiva ou de pessoas de sua convivência. Esta compreensão parte da compreensão de “local” e sua importância histórica como afirma Joaquim Santos (2002):

A reconstrução da história de um lugar ou de uma localidade implica partir do princípio de que a história está presente em todos os lugares, em todos os momentos. De que o lugar seja quando, qual e onde for, integra-se historicamente a espaços e contextos mais amplos, a partir dos papéis e condições econômicas, políticas, sociais e culturais vividas no dia-a-dia por seus habitantes e por ele próprio, no município, no país e no mundo. Operar com essa abordagem da história, portanto, importa compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isoladamente do mundo, e sim como partes desiguais, mas vivas, ativas e inseparáveis dele (Novack, 1973) (SANTOS, 2002, p.110-111).

Pensando novamente a citação da historiadora Cybelle de Ipanema (2014), mostrando que a História da Ilha do Governador, é parte da História do Rio de Janeiro, do Brasil, de Portugal e do mundo, buscando compreender como esse “processo histórico da localidade” perpassa os aspectos geográficos e cartográficos, fugindo de concepções meramente homogêneas de reflexões políticas, econômicas ou culturais, por exemplo. É descortinar o local da teia global, como aborda Melo (2015):

A construção local de uma história tem significado analítico em referência ao sistema do qual foi recortado, porém, em uma nova perspectiva, que contemple a revisão das grandes sínteses históricas que, em geral, não comportavam estudos de temas locais. Através do recurso à história local podem-se formular perguntas, suscitar questões, estabelecer a relação entre prática e teoria. Mesmo se considerarmos a história do Brasil com o foco centrado na história do Rio de Janeiro ou de São Paulo, devemos nos ater ao fato de que, antes de serem tomadas como história nacional, elas são precisamente, histórias locais, deram-se temporal e espacialmente na esfera local, mesmo sendo de repercussão nacional ou mundial (...). Mesmo se considerarmos a história do Brasil com o foco centrado na história do Rio de Janeiro ou de São Paulo, devemos nos ater ao fato de que, antes de serem tomadas como história nacional, elas são precisamente, histórias locais, deram-se temporal e espacialmente na esfera local, mesmo sendo de repercussão nacional ou mundial. (MELO, 2015, pg.32-33).

Ao levantar questões e discussões de problemas do passado ou do presente, tanto professor como os estudantes podem trabalhar com mais amplitude o estudo da História do Brasil a partir de referenciais observados de sua localidade, como eles interagem com a história nas esferas municipais, estaduais, federal e até global. Essa História Local não é apenas uma cópia menor e parcial de uma explicação geral, de uma pequena para uma grande escala. Um quarteirão, bairro, a história de um município, aldeia ou grupo de comunidades indígenas têm características próprias e questões específicas que podem oferecer saídas distintas se analisarmos juntamente com problemas similares de regiões próximas.

Dessa maneira, se faz necessário pensar e problematizar esse “local” no ensino de História nas escolas. Ele passa a ser, assim, o espaço crível da atuação humana, daí sua grande importância no processo histórico. É refletir o local de vivência desses estudantes. Isso traz luz à concepção equivocada de que todo o estudo de História Local traz as mesmas análises e realidades. É preciso entender as especificidades de cada região, sua comunidade e suas relações com o meio e com os outros. Nessa questão, aborda Ferreira e Silveira (2020):

Assim, para que sejam atendidas as competências e habilidades colocadas pela BNCC, e para que se possamos trabalhar a história local, reafirmamos que isto se faz possível a partir da mediação didática realizada pelo professor de história. Uma vez que este ofício demanda um alinhamento entre as concepções do saber historiográfico e as proposições político-educacionais. (FERREIRA, SILVEIRA, 2020, p.5)

O professor de História pode trazer novas abordagens, temáticas transversais e agregar maior participação de seus estudantes ao estimular que eles pesquisem fontes, busquem depoimentos, reflitam sobre eles próprios.

Tais ações de História Local podem proporcionar aulas de História mais prazerosas, significativas e dinâmicas, ajudando na compreensão desses estudantes como sujeitos e agentes históricos, além da ampliação do reconhecimento e posteriormente, a valorização dos locais existentes na região em que vivem e estudam. Dessa maneira, podem agregar até mesmo ações concretas de preservação e de divulgação dos mesmos, pois esse maior estímulo identitário proveniente de propostas levantadas pelo professor, também podem aguçar a curiosidade desses estudantes sobre a história das suas próprias famílias, das ruas onde residem ou de praças que mais frequentam, por exemplo. No ensino fundamental vê-se a grande importância de trabalhar com mais sedimentação a importância do lugar e como ele pode se relacionar com nossa vida.

Em dezembro de 2017 foi feita a homologação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), um documento normativo produzido pelo Ministério da Educação (MEC), ou seja, um currículo comum/mínimo proposto para o país a partir de um conjunto de conceitos,

habilidades e procedimentos, organizados em sete competências para todo o ensino fundamental, destacando as Unidades Temáticas, os Objetos de Conhecimento e as Habilidades a serem desenvolvidas em cada série (BNCC, 2018). Muitos pesquisadores e professores criticaram a BNCC, pois pensam que esse conteúdo não pode ser simplesmente fechado em ensinar determinados conteúdos, mas olhar para a pluralidade cultural que o Brasil possui e perceber que esse ensino também necessita ser diverso e o professor precisa de autonomia para ensinar e, junto com seus estudantes, gerar novas potencialidades na aprendizagem e buscar construir uma consciência histórica.

Como retrata a própria BNCC: “Reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável vai muito além do acúmulo de informação” (BNCC, 2018, p. 14). Esse reconhecimento, a busca por uma identidade, professores e estudantes estão inseridos. O professor de História, a partir desses aspectos, pode pensar possibilidades metodológicas para desenvolver processos de aprendizagem da História Local com suas turmas, com os próprios estudantes podendo ser protagonistas nessas atividades. Infelizmente, não há uma formação específica sobre a História Local na formação de professores e isso, muitas vezes, traz inúmeros problemas e desafios aos docentes que se lançam em projetos dessa natureza.

Observando a BNCC, o estudo de História Local fica muito restrito aos Anos Iniciais como podemos observar:

- **HISTÓRIA – 3º ANO**⁴⁵

1. **Unidades Temáticas:** As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município; O lugar em que vive; A noção de espaço público e privado.
2. **Habilidades:** apresenta 12 Habilidades (EF03HI01 à EF03HI12) abordando a questão do local, patrimônio, identidade...

- **HISTÓRIA – 5º ANO**⁴⁶

3. **Unidades Temáticas:** Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social; Registros da história: linguagens e culturas.

⁴⁵ BNCC, 2018, p.410-411.

⁴⁶ BNCC, 2018, p.414-415.

4. **Habilidades:** apresenta 10 Habilidades (EF05HI01 à EF05HI10) abordando sobre as primeiras civilizações, formação do Estado, as religiões...

Podemos perceber que esse estudo do local pode ser trabalhado indo além desses momentos curriculares informados na BNCC. Entende-se que o professor de História pode buscar relacionar os conteúdos exigidos no currículo, tanto nos Anos Iniciais quanto nos Anos Finais do Ensino Fundamental, pois essa História Local não deixa de existir em outros momentos históricos, não perde a sua importância. Assim, o estudo da História Local meramente como um método ou mais um conteúdo a ser estudado na grade curricular. É um conhecimento amplo, vasto e complexo que tange as localidades, onde historiadores, memorialistas, antigos moradores, com seus acervos possam contribuir na formação de novos conhecimentos escolares a partir de suas vivências e diversas fontes de pesquisas.

Desse modo, uma determinada rua, praça, construção ou monumento, por ter a sua historicidade, pode ser o estopim de todo o processo, ser algo tão marcante para uma pessoa ou grupo, quanto um monumento histórico muito conhecido no bairro, por exemplo. Equitativamente, a biografia de algum membro da comunidade que teve algum destaque naquela localidade sendo memória afetiva de um grupo ou diversos grupos nessa localidade. Assim analisa Joaquim dos Santos (2002):

“A importância de se estudar a ‘história do lugar’ tem se revelado ainda mais visível, nas últimas décadas, nas escolas, nas ruas, nas famílias, nas comunidades de que fazem parte, nos lugares onde se situam com suas particularidades. No que se refere ao subúrbio carioca, por exemplo, basta ir até ele para constatar que conhecer sua história é uma necessidade de seus habitantes e não só dos que o estudam, por mais reduzido que seja o número daqueles que demonstram interesse em fazê-lo, mesmo quando cientes de tal necessidade. As gerações que compartilharam toda a riqueza cultural embutida na música, nas festas, nos hábitos e costumes populares, caracterizadores do dia-a-dia e do modo de ser típico das populações suburbanas cariocas até pelo menos as décadas de 1950 e 1960, veem hoje essas práticas particulares postas como ultrapassadas e/ou de importância menor” (SANTOS, 2002, pg. 107-108).

No campo empírico, observamos que em cada sala de aula, cada turno escolar, unidade escolar as dinâmicas são únicas e possuem um mundo diverso e complexo de possibilidades de aprendizados. Ao professor é esperado que ele pudesse agregar os saberes necessários a cada turma na elaboração de aulas, abordando o currículo de uma determinada disciplina e que seus estudantes aprendam e possam construir com novos conhecimentos. Assim, o professor faz o convite para que os estudantes se desloquem ao passado para uma determinada reflexão vemos também nas salas de aulas que os professores também possam se deslocar para a realidade dos estudantes. Segundo Sonia Wanderley (2009):

O sentido democrático do termo cidadania perpassa a capacidade dos indivíduos de refletirem criticamente e construir significados de pertencimento, sejam eles étnicos, culturais ou nacionais. A escola, em especial o ensino de História, tem um papel fundamental nesse processo. Como bem sabemos a escola e o processo de ensino-aprendizagem não se encontram a parte das disputas e conflitos pela hegemonia na construção de significados sociais, culturais e políticos (sem entrar no mérito das inter-relações entre esses níveis). O processo de socialização realizado pela escola, especificamente a capacidade de construção de pertenças socioculturais através do ensino de história, nada tem de neutro, refletindo a luta de classes (THOMPSON, 1981) e as concepções de mundo que os sujeitos históricos carregam para a relação (WANDERLEY, 2009, p. 6-7).

Essa Cidadania plena precisa ser participativa e significativa aos estudantes nas escolas. Mas por que apenas o currículo puro e simples, de forma engessada, deve ser trabalhado? Essa é uma pergunta crucial, já que nas redes de ensino públicas e particulares, fazendo uso de currículos, inchados, densos, complexos e, somado com a crescente perda de carga horária do professor nas turmas, infelizmente, há muitas resistências em relação à inserção de outras abordagens e temas curriculares podendo agregar ao ensino de História. Segundo Revel (1988):

Não existe, portanto, hiato, muito menos oposição, entre a história local e a história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço que permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o ponto de vista micro histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial ou mutilada de realidades macrosociais: (...) é uma versão diferente. (REVEL, 1988, p.28)

É urgente pensar um currículo expandido e mais flexível. Entende-se, portanto, o conceito de “Local” associando o micro ao macro e também de forma múltipla, pois "ele pode ser associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição: escolas, universidade, hospitais, e, como escolha, por vezes recorrente. A um espaço político-administrativo, com distritos, freguesias, paróquias, municipalidades (...) como sociedades em rede.” (GONÇALVES, 2007, p.177). Lembra ainda sobre essa questão Barros (2009):

O historiador que elabora o seu trabalho de História Local deve estar sempre atento às impropriedades de orientá-lo através de recortes que coincidam com as delimitações administrativas de âmbito provincial ou municipal. De igual maneira, as regiões definidas a partir de critérios da geografia física tradicional podem se mostrar igualmente não-operacionais. Tal como já foi dito anteriormente, a região é em todos os casos uma construção do próprio historiador, que pode ou não coincidir com um recorte administrativo ou com uma região geográfica preconizada por uma Cartografia oficial (BARROS, 2009, p.7).

Pensando nessa maior potencialidade, a professora Aryana Costa alerta que a História Local é "um grande ponto de partida para atividades que desenvolvem inúmeras outras competências para a construção do conhecimento histórico" (COSTA, 2019, p.132). Portanto, esse ensino vai além do ensino sequencial dos conteúdos, sendo imprescindível a sua correlação com a realidade e o contexto vivenciado pelos estudantes. Esse estudo contribui

para romper as fronteiras das salas de aula e dos muros da escola. Nesse sentido, “os estudos sobre a História Local e o patrimônio material e imaterial têm se avolumado nos últimos anos, se fazendo presente também em escolas da educação básica, em práticas docentes de professores de História” (FILHO e SALLES, 2021, p.1).

Autores, como a professora Aryana, assinala a ampla dificuldade de se achar materiais didáticos que abordam a temática da História Local para uso de estudantes e professores nas escolas. Em muitos municípios ou bairros esse obstáculo, muitas vezes, inibe ou acaba desanimando indivíduos a buscarem aprender mais sobre a história de sua região. São problemas reais que chegam e impactam a realidade local. Desta forma, é preciso buscar alianças, afastando o isolamento pedagógico e se agregando com o coletivo, mobilizando a busca do conhecimento, se articulando com outros professores e pessoas da comunidade.

Observando os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, a História Local está indicada tanto como eixo para seleção de conteúdos quanto método de ensino-aprendizagem. Compreendemos essas diretrizes através do documento visto em Brasil (1947):

Ao ingressarem na escola, as crianças passam a diversificar os seus convívios, ultrapassando as relações de âmbito familiar e interagindo, também, com outro grupo social – estudantes, educadores e outros profissionais –, caracterizado pela diversidade, e, ao mesmo tempo, por relações entre iguais. A própria classe possui um histórico no qual o aluno terá participação ativa. Sendo um ambiente que abarca uma dada complexidade, os estudos históricos aprofundam, inicialmente, temas que dão conta de distinguir as relações sociais e econômicas submersas nessas relações escolares, ampliando-as para dimensões coletivas, que abarcam as relações estabelecidas na sua localidade. Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. (BRASIL, 1997, p. 40).

Entretanto, é possível ver nesse obstáculo uma “ótima oportunidade para a atuação dos próprios professores e alunos como sujeitos produtores do conhecimento eleito como objeto de estudo” (COSTA, 2019, p. 134). Dialogar com pessoas que por ventura já pesquisam a história local de sua região como historiadores, guias turísticos e memorialistas.

Essa construção do conhecimento também é realizada visitando as instituições públicas como bibliotecas ou arquivos, utilizando os recursos que a internet hoje dispõe sobre buscas e pesquisas online com materiais já digitalizados, artigos de jornais e acadêmicos, construindo pontes com outras escolas da região, a fim de possibilitar a troca de experiências, informações e materiais diversos. Estes recursos permitem possibilidades para reduzir essa carência de materiais e produtos didáticos. Neste contexto, percebemos que essa identidade não está pronta e acabada, mas sempre permanece em constante processo formativo, como analisa Melo (2015):

Em princípio, temos que, se o sujeito adquire ou tem o conhecimento histórico, isso propiciará a consciência da sua identidade social, levando-o a ação. Seria a interação entre o conhecimento e a ação – conhecimento para a ação. O local é, pois, o espaço de atuação dos sujeitos históricos. Na realidade, o que significa o fazer da própria História. Assim, o conhecimento do local de pertença oportuniza a consolidação da identidade social, e isso, por sua vez, pode possibilitar a capacidade de atuação dos sujeitos (...). (MELO, 2015, p.41)

Ao pensar esse estudo de História Local nas escolas lembramos que é necessário trabalhar não somente os grandes símbolos (hino, brasão, bandeira, grandes personalidades...) – caso existam, ou apenas os grandes monumentos públicos (estátuas ou construções históricas de destaque na localidade), ou seja, de espaços já patrimonializados, mas despertando a importância de outros espaços e as pessoas que estão inseridas neste convívio diário desses estudantes. Analisam Filho e Salles (2021):

Em outras palavras, o trabalho com a história local nem sempre se dá acompanhado de novas abordagens, já que muitos educadores encaram a temática apenas como um acumulado de datas e fatos, contribuindo para engessar ainda mais o modelo de ensino “tradicional”. Para Marcelo Abreu, a perspectiva de uma história linear, baseada na velha história política, poderia apresentar o “risco de reforçar identidades regionais e locais conservadoras” (ABREU, 2016, p. 64). Para o referido autor, a inclusão do estudo da história local na educação básica deve contemplar o questionamento e a problematização da identidade local e não apenas o seu “festejo”. Em outras palavras, “trata-se de decodificar a memória local para dela fazer história” (FILHO e SALLES, 2021, p.2).

Considerando esse aspecto, notamos que toda a História é a História do Tempo Presente, pois são as demandas do presente que mobilizam os estudos históricos. O passado, em si, não é a História, mas sim as narrativas que os historiadores fazem sobre esse passado, constroem-no o encadeando com o nosso presente. É olhar para a realidade como um todo e, a partir dela, trazer esse cuidado e valor do Patrimônio Cultural Material e Imaterial. Os temas a serem investigados nessa realidade local podem ser escolhidos a partir do interesse e das experiências dos próprios estudantes.

Normalmente, os professores tendem a propor uma abordagem de fatos históricos a partir do estudo da análise da História Política, seguindo a linha do tempo das principais realizações dos governos, por exemplo, seguindo a forma apresentada nos livros didáticos e demais sistemas de apostilado, com as personalidades mais conhecidas e dos grandes acontecimentos datados. Nesses manuais vemos pouco destaque nos fatos relacionados à localidade, logo, há referenciais bem escassos para uso dos professores e estudantes. É mais um obstáculo nesse estudo.

Entende-se que há vários pontos de partida que a aula ou a atividade pode ser iniciada. A didática, a escolha de elementos de abordagem, o tipo de retórica, ou seja, o docente precisa compreender que o público alvo (estudantes) é o principal diferenciador entre ele e o

historiador. A fala em sala de aula precisa ser diferente daquela vista em congressos ou seminários acadêmicos. Segundo Gomes (2019):

Primeiro, o estudo do passado ou o retorno ao passado que os historiadores fazem, parte de uma inquietação presente. Se você parar para pergunta-se nesse exato momento a respeito de qualquer questão existencial, estará formulando uma indagação no presente, logo buscará resposta para ela no passado. Irá procurar saber se seus ancestrais vivenciaram a mesma situação, e em que circunstância ela ocorreu e como eles a enfrentaram. Esse é o exercício de compreender a História Presente revisitando o passado. Pois bem, a outra questão é que nesse momento todos nós estamos fazendo História somos testemunhas vivas e partícipes desse processo, se formos interrogados a cerca do que estamos fazendo agora, nosso relato produzirá uma fonte histórica viva acerca do tempo presente. Iremos produzir com nossa fala um documento sobre o fazer da humanidade no tempo de agora, podemos criar meios para analisar e resguardar essa fonte. Essa abordagem nos permite afastar de nossa mente e da mente de nossos alunos a ideia de que a História é uma ciência que trata de feitos do passado. E de seres humanos que viveram no passado. Por pensar assim é que alguns acham que a História não tem nenhuma aplicabilidade no nosso cotidiano. Através da História somos convidados a assumir um papel de responsabilidade social sobre os nossos fazeres (GOMES, 2019, p.04).

2.2 – Percalços no Ensino de História Local

O ensino de História, com certeza, é importante em nossa sociedade na construção de uma Cidadania mais crítica e reflexiva. O local onde habitamos também precisa ser valorizado por todos da comunidade e a busca de compreendê-lo em suas dimensões é um desafio constante para os professores que trilham essas veredas. Todavia, não se deve observar essa História Local de forma romantizada ou frisar apenas seus aspectos positivos. É preciso ir além para evitar que esse estudo seja moldado segundo poucos parâmetros e gerar silenciamentos, camadas de esquecimentos, ou simplesmente falar das grandes personalidades e somente dos grandes acontecimentos.

Com o alvorecer da Nova História nas últimas décadas do século XX, observou-se o surgimento de um maior volume de documentos e fontes os quais o historiador pode fazer uso e, por conta desse maior alargamento, as pesquisas cresceram muito no que diz respeito aos aspectos culturais e a novos sujeitos históricos, sendo frutos das escolhas e das intenções do historiador. Essa maior variedade de fontes tem gerado discussões entre historiadores na questão, por exemplo, das entrevistas. A partir disso, comenta Buano (2017, p.1019): “A fecundidade da História Oral para a História está no modo como o pesquisador trata a fonte usando o rigor metodológico necessário a qualquer fonte, amplo conhecimento da literatura sobre o tema e sistemática coleta da fonte atrelada ao objeto histórico de pesquisa”. Nesse sentido, é preciso ter muito cuidado quanto ao método escolhido, o objetivo da pesquisa e

perceber que não se busca uma história única, mas perceber que há “histórias dentro da História”.

Para Nora (1993), também se observa uma grande demanda por realizar a busca mais sedimentada de memórias e isso pode também trazer certos problemas:

À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe em que tribunal da história. (NORA, 1993, p. 15)

Essa preocupação que tange às pesquisas historiográficas e o papel do historiador podem também ser observados com Buano (2017):

Os vestígios da memória e as percepções das realidades são diferentes das factuais subjacentes a tais percepções. Em história oral o problema é saber como interpretar o material para a memória ser tomada como História. Há três critérios levantados por Michael Pollak (1992, p. 200-12) que são constitutivos da memória individual ou coletiva, essenciais à observação do historiador: os acontecimentos, as pessoas e os lugares. Direta ou indiretamente eles seriam “empiricamente fundados em fatos concretos”. No entanto, pode ser também uma projeção de memórias já consagradas, herdadas ou construídas politicamente, ambas consciente ou inconscientemente. (BUANO, 2017, p. 1015)

Da mesma forma, o professor de História precisa ficar atento para não trazer para o âmbito local aquela antiga formação da historiografia tradicional focada nos grandes acontecimentos políticos, realizando uma história única e excludente, meramente linear e não dando voz a outros atores históricos. Por isso é importante trazer os estudantes e a própria comunidade para essa reflexão, os quais ajudarão a perceber um cenário mais complexo, repleto de diversidade e outras possibilidades de eleição daquilo que será estudado em sala de aula e suas abordagens. O pesquisador e os sujeitos se completam mutuamente em uma relação mais dinâmica nessa compreensão dos espaços e dos grupos sociais.

Em relação à Ilha do Governador, podemos perceber como foi relevante a criação de leis que favorecessem o ensino da cultura indígena e africana no Brasil.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena como conteúdo obrigatório na educação foi estabelecido por duas leis, uma de 2003 (Lei 10.639/03) e outra de 2008 (Lei 11.645/08). A Lei 10.639/03 determina a inserção do ensino de História da África e da cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino, alterando a LDB: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e cultura afro-brasileira” Em 2008, a Lei 11.645/08 determina que o mesmo seja feito com a História e a cultura dos povos indígenas do Brasil. Tornam-se conteúdos obrigatórios para todas as disciplinas. Na educação, a implementação dessas duas leis exigiu uma reformulação nas práticas pedagógicas, pois significou a busca pelo reconhecimento das contribuições e da relevância dos africanos, afro-brasileiros e indígenas na constituição do povo brasileiro.⁴⁷

⁴⁷ In: <https://portal.unisepe.com.br/fasupi/blog-unisepe/o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-indigena/>. Acesso: 21 agosto de 2022.

Na Ilha observamos, sim, diferentes camadas de esquecimentos e possíveis silenciamentos históricos. Inicialmente a região da Ilha foi habitada por povos originários sambaquis e depois por Tupis, como os Temiminós.

Quando observamos o mapa e os logradouros há muitas referências aos indígenas, mas como eles viviam? E os africanos que aqui chegaram? Ao longo do período colonial e imperial, a Ilha do Governador vivenciou maior crescimento populacional e contou também com o suor e sangue de outros indígenas e africanos, contudo, onde achamos informações sobre eles? Onde residiam? Em que trabalhavam? Onde foram enterrados? Quais Há pesquisas sendo desenvolvidas a respeito da atuação desses grupos na região insulana? Se apenas olharmos para os grandes acontecimentos em que há acervos documentais institucionais mais robustos sobre eles, deixaremos nos retrovisores da História esses outros sujeitos.

Ao pensar nas comunidades e favelas existentes na Ilha essa questão vem à superfície. Quando surgiram? O porquê de terem esses nomes? Como se deu seu processo de crescimento ao longo do tempo? Que contribuições elas trouxeram e trazem para a cultura insulana? Quais desafios diários enfrentam? Essas e outras perguntas são feitas e as respostas ainda são desconhecidas da maioria da população, inclusive nas próprias comunidades.

Quando há brasões, bandeiras e hinos também é preciso entender quais aspectos foi favorecido em sua composição e quais outros não foram contemplados. Compreender, por exemplo, a época em que foram criados e por quem foram feitos.

Assim como o ensino de História do Brasil tem sido mais amplo, a partir de uma “História vista por baixo”, também no âmbito do local, esse olhar necessitaria ser mais extenso e conseguir agregar outros atores sociais, problematizações, fontes e fatos históricos. É preciso ter essas preocupações, pois a História Local pode ser em menor escala a reprodução de estereótipos, aspectos homogêneos, beirando apenas a exaltação da região e suas figuras célebres.

Podemos, sim, qualificá-la e justifica-se muito seu estudo, porém se faz necessário refletir quais são os limites, rever as lentes do olhar do historiador, perceber melhor essas escalas, a dimensão das abordagens, seus impactos na sociedade e nos sujeitos, pois essa História Local pode gerar uma “chave inversa”, ou seja, ao invés de trazer novos atores e fatos, ela pode reforçar exclusões, homogeneizações, criando dimensões menores e outras maiores, silenciar setores e grupos, dentre outros.

2.3 – A História Local e o Tempo Presente

O Tempo Presente, sendo esse catalisador na busca por essa valorização pelas curiosidades ou provocações levantadas pelo professor ou em debate com os outros estudantes. Nesse sentido, é importante trazer para a discussão os elementos que esses estudantes observam em sua região como destaque, personalidades marcantes, espaços que se destacam como valorizados e, junto com isso, fomentar neles o porquê deles elegerem esses espaços e pessoas. Dessa roda de conversas, por exemplo, podem surgir sugestões, propostas, recomendações de ações em prol da preservação do patrimônio, confecção de jogos ou encartes que abordam o espaço da escola ou o bairro, a cidade, entrevistas ou uma escuta ativa em prol de realizar registros de imagens, áudios ou iconográficos dessas pessoas com suas memórias.

Também cabe lembrar a questão do debate sobre a memória, pois ela é forjada por meio de um campo de muitas disputas. Há uma luta por mudanças e há uma luta por permanências, numa forte tensão constante, com a disputa de narrativas e significados. Como retrata a pesquisadora Sonia Wanderley (2009):

Em um processo de disputa pela hegemonia na produção de significados sociais, as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público utilizando variados subterfúgios e provocando esfacelamentos, que dinamicamente fazem funcionar os enquadramentos de memória e suas táticas, para tentar parar o tempo e bloquear o esquecimento. (WANDERLEY, 2009, p.04)

Segundo Pollak (1989): “Opondo-se a mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política” (POLLAK, 1989, p.8). Seguindo uma perspectiva mais ampla, entende-se que é necessária uma pesquisa que não se limite apenas aos documentos oficiais e a narrativas tidas como “oficiais”. Ao professor de História é esperado o compromisso de informar como essa narrativa foi construída, por exemplo. Ao olhar o diferente, a partir do contraditório, do periférico e até o inverso, com a inserção de novos lugares, saberes e sujeitos históricos que estejam conectados com um determinado grupo ou realidade, mas que ainda estão silenciados ou esquecidos procuramos investigar os fatos juntos com os estudantes, dialogando com autores que trazem mais informações sobre o foco do estudo, sem se esquecer da exposição didática desse conteúdo, como se fará compreender perante o seu interlocutor. É preciso sempre pensar nas “pontes, em conexões”, visando melhorar essa conexão dos professores e estudantes no ambiente em sala de aula.

Segundo Paulo Freire (1996):

Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (FREIRE, 1996, p. 32).

O professor pode ampliar sua abordagem, inserindo novos métodos e estratégia de ação, propor atividades e sequências didáticas diferenciadas. Essa interação no campo empírico educacional precisa ser construída com a formação de possíveis memórias coletivas, de aspectos de perpetuação e de quebra do paradigma da dominação, com o professor reconstruindo junto aos estudantes, ressignificando “as relações de força que compunham a conjuntura histórica à qual esses lugares de memória pertencem” (WANDERLEY, 2009, p.09). As abordagens asseguram uma análise mais ampla e concreta, além de acarretar em maior engajamento da turma, a partir dos debates, explicações de diferentes vertentes, aguçando até a curiosidade de algo marcante para eles e com a formação para a vida.

É preciso ainda perceber que esse local não se explica por si só. A pesquisadora Maria Auxiliadora Schmidt (2007), sobre essa preocupação, enfatiza:

Ao se propor o ensino de História Local como indicativo da construção da consciência histórica, não se pode esquecer de que, no processo de globalização que se vive, é absolutamente indispensável que a formação da consciência histórica tenha marcos de referências relacionais e identitários, os quais devem ser conhecidos e situados em relação às identidades locais, nacionais, latino-americanas e mundiais (SCHMIDT, 2007, p. 190).

Vale salientar que o estudo não seria apenas com o foco somente nesse único espaço, mas entendê-lo como “rede de conexões e relações”, ou seja, pensar a História da Ilha do Governador é entender que ela está unida à Cidade do Rio de Janeiro, ao Estado do Rio de Janeiro, a região sudeste, ao Brasil e ao mundo. Também é preciso ter o cuidado ao analisar o patrimônio, pois ele precisa ser entendido e não simplesmente defendido, ou seja, a pesquisa precisa levar em conta que as construções do prédio, do monumento, da praça, na rua, na festa, dentre outros, são frutos de uma determinada época, com sujeitos com propostas e memórias diferentes que estão em disputa. Sobre esse papel do historiador nesse recorte e como essa análise precisa ser entendida, ressalta Barros (2005):

Já de princípio, no ato de elaborar a História (enquanto campo de conhecimento) o historiador deve impor recortes à História que um dia foi vivida e que lhe chega de forma complexa e fragmentada através das fontes. Para realizar o seu trabalho, o historiador deverá operar necessariamente com três recortes, que envolvem respectivamente o “tempo”, o “espaço”, e o “problema” a ser examinado. Cada um dos vértices deste triângulo que pode representar a operação historiográfica é já de si mesmo uma oportunidade de exercer um poder. Os recortes de tempo e espaço que o historiador deve operar no seu objeto historiográfico são ou deveriam ser em última

instância decorrentes do problema histórico que se tem em vista, bem como do enfoque definido no ato da operação historiográfica. Neste momento, poderemos falar no espaço-tempo a ser constituído pelo historiador como uma abstração necessária, considerando, em primeiro lugar, que a escolha de um recorte qualquer de tempo historiográfico não deve, por outro lado, ser gratuita. É inútil escolher, por exemplo, “os dez últimos anos do Brasil Império”, ou “os cem primeiros anos do Egito Antigo”. A escolha de um recorte temporal historiográfico não deve corresponder a um número propositadamente redondo (dez, cem, ou mil), mas sim a um problema a ser examinado ou a uma temática que será estudada. É o problema que define o recorte, e não qualquer coisa como uma dezena de anos escolhida a partir de critérios comemorativos. (BARROS, 2005, pg.115-116)

Prontamente, esse estudo não seria somente “mais um componente curricular” ou “ferramenta que está à disposição do professor quando ele necessita”, identificando a historicidade do Local como um catalisador dentro de um grande motor, que une sempre os contextos, ajuda a desenvolver nos estudantes a valorização da História como um todo e poderá gerar possíveis mobilizações de preservação com a criação de novos acervos textuais, iconográficos e digitais. Assim como os barcos não foram feitos para ficarem restritos aos portos ou águas rasas, mas sim avançam para as águas mais profundas, neste sentido, é preciso superar a superfície! É necessário mudar esse cenário, superando os obstáculos que impedem a vivência de novas experiências pedagógicas.

O Homem sempre está em processo de mudança, pois ele é movido de historicidade com os valores e pensamentos de uma determinada época. O conhecimento histórico estabelece agir com a localização no tempo e com as relações entre presente, passado e futuro, relações estas que, conforme proposto por François Hartog (2013), através do conceito de "regime de historicidade", são fundamentais para o entendimento dos processos históricos, a partir da explicação histórica. É preciso provocar nos indivíduos o protagonismo que é tão urgente dentro do processo educacional na área em que estão inseridos. Logo, deixam de ser meros espectadores e se tornam cidadãos mais críticos e ativos em sua comunidade, localidade e na sociedade brasileira. Sobre tal questão, enfatiza Barbosa (2006):

O ensino de história local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir e de prenunciar a formação de um raciocínio histórico que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apreendendo as relações sociais que ali se estabelecem, na realidade mais próxima. (BARBOSA, 2006, p. 66).

Nesse sentido também lembra Barros (2005) ao citar Michel de Certeau sobre esse trabalho de construção das fontes a serem analisadas:

Constituir fontes é operar uma redistribuição do espaço. Tal como assinala Michel de Certeau no conhecido texto em que descreve minuciosamente todas as implicações da operação historiográfica, em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos antes distribuídos de outra maneira. O historiador produz os seus documentos “mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto”. Uma disposição de terrenos que em determinada

época atendia a uma determinada produção agrícola, deslocada de seu lugar funcional e em seu estatuto, doravante estará convertida em espaço sobre o qual o historiador se movimenta. Uma coleção de cantos que no passado serviam para entreter será tratada agora como conjunto de sintomas para perceber a sociedade que os produziu. As imagens que possuíam mera função ornamental nas paredes de um prédio público terão seu estatuto modificado em discursos visuais que têm muito mais a dizer. As certidões e registros de nascimento e morte, que um dia atenderam a propósitos de controle sobre os homens, se converterão em fontes para a história demográfica e em oportunidade para o exercício de novos poderes – os poderes do historiador. (BARROS, 2005, p.126).

Sabe-se que a escola traz consigo inúmeras pessoas e realidades familiares, onde pessoas nascidas na região ou que se mudou para o local, além de famílias que residem há muitas gerações na localidade. Essa diversidade é que dá o “tempero desse grande caldo cultural” que consiste no convívio diário entre professores, estudantes, direção e demais profissionais que atuam no espaço escolar. Contudo, observa-se um fenômeno cada vez maior nas últimas gerações: as identidades criadas por “padrões únicos”, advindos do modelo econômico de consumo, associado com a elevação da tecnologia. Estes fatos se tornaram mais acentuados por conta da pandemia da Covid-19, principalmente, no período de Quarentena. Assim, analisa Joaquim Santos (2002):

Desconhecendo-as em grande parte, às novas gerações locais, formadas no bojo da cultura consumista e de massas propagada no período, vivem as condições introduzidas nos lugares onde moram como se sempre tivessem existido, e da mesma forma. Sem elementos para ligá-las a quaisquer impulsos econômicos, políticos, sociais e culturais, que lhes deem sentido histórico, inclusive o de que vivem e exercem papéis na sociedade, chega à quase perfeição do consumismo: a fantasia. Introduzida em suas casas, sobretudo pela televisão, a fantasia alimenta a envolvente economia de consumo gerada nas últimas décadas (Faria, 1991), com uma eficácia hoje ampliada pela chamada globalização econômica, tão presente em suas vidas, mas distante por não explicar os efeitos negativos e imprevisíveis que em sua visita diária, sem bater à porta, pode exercer sobre elas. Com uma identidade criada por padrões culturais únicos, que não refletem o seu dia-a-dia e em grande parte nem o de seu país, a começar pela língua, as pessoas são transportadas a uma realidade que em geral não se refere ao seu cotidiano doméstico, local e profissional. (SANTOS, 2002, p.107).

As ruas e calçadas, antigos espaços típicos do lazer, das trocas de experiências e ideias entre os moradores após o trabalho e nos fins de semana, e onde se promoviam festas, brincadeiras e outras formas de distração e cultura próprias, perderam em boa parte a função de gerar e manter a identidade da vizinhança, atraída para dentro de casa pelos aparelhos de televisão. (SANTOS, 2002, p.110).

Hoje, não são apenas os aparelhos de televisão que mudaram a realidade, mas inúmeros recursos tecnológicos, o remodelamento urbano, a insegurança no território trazendo cada vez mais as crianças e jovens para dentro de suas casas ou condomínios fechados, gerando também um esvaziamento amplo de espaços públicos de convivência que antes eram utilizados. Ao andar pelas praças da Ilha do Governador, ressaltamos que, aos finais de semana, a grande parte desses espaços permanece com ocupações reduzidas. As

praças mais conhecidas conseguem ainda ter um maior fluxo, também associado aos eventos como à presença de feiras livres ou acontecimentos culturais (rodas de samba, artesanato, ginástica...) ou atividades de gastronomia, que mobilizam maior número de pessoas naquele dia em atividades pontuais num determinado local. Há inúmeras praças e até parques que necessitam de atenção das autoridades e população, mas seguem sem o devido cuidado e presença ativa.

No entorno das Escolas Municipais Belmiro Medeiros e Rodrigo Otávio, localizadas no bairro do Moneró, por exemplo, há uma importante praça chamada Papai Noel, que era o grande local de convivência na entrada e na saída dos turnos, sendo também muito apreciada aos finais de semana com moradores e estudantes contemplando as atividades esportivas como Vôlei e Futebol. Esse espaço dispunha de bancos de alvenaria para jogos como dama, roda de conversa, troca de figurinhas e uma grande área do parquinho. Neste local observamos com frequência a presença dos familiares dos alunos em muitos momentos antes, após o horário das aulas e nos finais de semana. Além de ser um espaço da educação, também estava voltado para momentos de lazer. Essa era a realidade nas décadas de 1980 e 1990, contudo, hoje, é pouco frequentado pelos estudantes das duas escolas e grupos reduzidos de moradores que utilizavam com assiduidade esses espaços.

Atualmente, não observamos mais a utilização maciça desses locais, onde as pessoas não apresentam mais o interesse. O campo de futebol permanece por vários períodos com mato alto por falta de uso. Neste cenário, por conta de alguns fatores, observa-se uma mudança social em relação a esse local, deixando de ser um local de convivência e de importância na vida das pessoas que habitam ou estudam em seu entorno.



Figura 23: A Praça Do Papai Noel passa a maior parte do tempo esvaziada, sem a antiga coletividade na prática de lazer e cultura e, hoje, conta com poucos frequentadores. (Arquivo Pessoal, ano 2022)

Diante do exposto, como podemos não explorar essa potencialidade de saberes? Como não buscarmos entender essas questões citadas e tentar ressignificar esses espaços na vida dessas pessoas? E sobre a história local, qual o motivo da praça possuir tal nome? Em qual contexto histórico ela foi pensada e construída? Como podemos proporcionar a busca pelos sentidos e significados reais e concretos? Como buscamos o envolvimento, pertencimento e o protagonismo procurando alcançar não somente um determinado grupo de estudantes nas aulas de História? Para Melo (2015), essa relação do indivíduo com a localidade não é algo engessado, mas flexível:

Examinando a construção e reconstrução da história local, outro elemento a observar, e que colabora na configuração das identidades sociais, é a questão espacial, no sentido da relação entre o sujeito, o seu ambiente de pertença e outros lugares. Apesar do fato de estar na pauta de variados estudos, ela passa, na maioria das vezes, por uma simplificação ou reducionismo inconcebível, que se procura superar, buscando-se, entre alternativas, a percepção da questão espacial não como determinante, mas como dimensão do processo social da comunidade em estudo. Pois a mesma, na construção do seu cotidiano, tem a possibilidade de proceder também à compreensão da formação do espaço em que vive. Sobressai, nessa abordagem da história local, o desenvolvimento de uma visão do homem situado como agente social, econômico, cultural e político da história, bem como a percepção da estrutura social encarada como a totalidade dos agentes humanos e não uma parcela destes, percebendo-se, assim, as suas diferenciações, interesses e visões. (MELO, 2015, p.43)

Sabe-se que a prática do professor de História fundamentalmente é discursiva, com seu discurso sendo seu grande instrumento didático (NIKITIUK, 2001, p. 51), contudo, essa é uma das grandes dificuldades dos nossos estudantes: compreender essas narrativas ou eles mesmos dizerem ou articularem de forma oral o processo histórico a ser estudado. Por isso, buscamos propor a ideia de se construir um “letramento histórico” juntamente com as aulas ministradas. De forma paulatina, podemos construir e explicar os conceitos históricos e inserir esses estudantes dentro do olhar do historiador.

Dessa maneira, poderão conseguir mais facilmente compreender as narrativas antes abstratas, mas que se tornaram mais concretas e de melhor compreensão. Esse estudante sendo estimulado sempre a construir seu objeto de conhecimento, sendo o sujeito da investigação e não um mero coadjuvante na atividade proposta. É enxergar a sala de aula também como um espaço de pesquisa histórica e não como mero ambiente de transmissão de conteúdos sistematizados e vendo nos estudantes como “tábuas rasas”, “depósitos de conteúdos”, como ressalta Freire criticando a chamada educação bancária, onde ela “é puro treino, é pura transferência de conteúdo, é quase adestramento, é puro exercício de adaptação ao mundo” (FREIRE, 2000, p. 101) sobre as quais o conhecimento se sobrepõe. O conhecimento histórico é ativamente construído pelos sujeitos como resultado de suas

interações com o mundo a sua volta e de suas reflexões sobre essas experiências realizadas e tudo o que delas pode extrair.

O docente de História pode recomendar junto com os estudantes ações visando trazer à superfície esses conhecimentos submersos, silenciados ou até apagados, a partir de proposições nas aulas de História ou junto com outras disciplinas, a partir de recordações, identidades então fragmentadas, sugerindo esse resgate da História Local a ser construída, lapidada, por essas memórias então esquecidas ou silenciadas – através de fotos, filmagens, reportagens, gravações de áudios, vídeos ou depoimentos escritos de moradores ou pessoas que vivenciaram parte dessa história da localidade. “A história local tem, em si, a força popular, pois as pessoas estão continuamente colocando para si mesmas questões relacionadas ao local onde moram e mantêm relações sociais e de trabalho e, sobre como viveram seus antepassados” (MELO, 2015, p.46).

Outro ponto interessante é levantado por Alain Bourdin (2001) ao pensar sobre o chamado “local herdado”. Ele percebe que são análises que pensam a História como elo central e o que une a identidade é a herança do passado existente na vivência naquela região (BOURDIN, 2001, p.41-42). O local e a localidade também precisam ser bem entendidos para evitar equívocos e reduções. É importante trabalhar com os estudantes a partir de diferentes direções referenciais (sociais, religiosos, políticos, econômicos...). Portanto, explica Bruno Coelho (2021):

O local é uma categoria que se aplica a objetos diversos e em constante mudança, não uma realidade dada, imutável e estagnada no tempo e a localidade é uma construção social contínua. Já que o local (organizado de forma política nas suas subdivisões, bairros, municípios etc.) se torna um meio onde é possível tratar problemas de natureza política, social e econômica ao mesmo tempo, os recortes territoriais que estabelecem os objetos locais, funcionam como uma possibilidade de determinada sociedade se definir e expor sua visão de mundo. (COELHO, 2021, p.27).

Lembrando sempre que os estudantes precisam compreender o seu protagonismo neste processo de aprendizagem, onde a partir das informações coletadas nesses locais, através de reportagens antigas da região a ser pesquisada ou entrevistando professores e funcionários da escola que atuavam nesse período onde a vivência nessa praça era maior e fazer uma apreciação a partir dessas memórias com suas respectivas fontes históricas.

Assim, o docente, do mesmo modo, pode nortear o caminho a ser trilhado pelos estudantes, mas o despertar do conhecimento proporcionará aos integrantes os sentimentos de pertencimento pelo conhecimento das suas raízes históricas, podendo mudar a trajetória e que nem sempre culminando onde o professor inicialmente realizou o planejamento. Neste

sentido, ocorrerá uma ampliação da ideia de educação e uma prática pedagógica engajadora e dinamizada, mais significativa e concreta na sala de aula, pois os estudantes poderão também intervir e propor ideias ou sugestões. Se entendermos que o currículo escolar não é neutro e não deve ser estático e engessado, assim a ação pedagógica do professor de História também não precisa ser limitada pelo conteúdo didático ou os ditos recursos tradicionais.

Mas como isso seria realizado? Podemos expressar a preocupação de como este plano de trabalho pode ser desenvolvido. Um professor de Geografia, por exemplo, poderia iniciar a abordagem da aula querendo trabalhar com seus estudantes o assunto sobre o clima e o relevo da região da escola, bairro ou cidade. A partir dessa proposta inicial, o docente ou seus estudantes podem sugerir avançar para além desses dois temas e buscarem ampliar o entendimento da história local pesquisando sobre nomes de ruas e praças, por exemplo. “Abordar a reconstrução das memórias e suas significações possibilita o registro das relações que se constituem no cotidiano urbano e rural com suas peculiaridades e especificidades” (MELO, 2015, p.45).

Portanto, o professor de História pode integrar a construção do conhecimento ingressando também na atividade e na abordagem do local, onde passou a ser com uma óptica interdisciplinar. Nessa perspectiva, mais professores podem aderir à mesma concepção, pois a questão da História Local abraça diferentes aspectos, onde as disciplinas como Artes, Matemática, Ciências, Português, Educação Física, entre outros, podem estar inseridos e contribuir também com as pesquisas. Esse olhar interdisciplinar na História Local também é percebido por Joaquim dos Santos (2002):

O estudo da história do lugar, pela própria abordagem que o envolve, orienta-se para a construção de um conhecimento interdisciplinar, e, portanto, para o conhecimento de como a realidade estudada se dá de fato. Seja pelo estudo elaborado em uma mesma classe de alunos, integrando seus diferentes professores, à análise de temas comuns às variadas disciplinas que lecionam, seja pela utilização dos resultados já produzidos na área de história, sobre assuntos e situações que os professores das demais disciplinas entendam ter maior relação com as temáticas gerais que desenvolvem nas séries em que trabalham ambos os procedimentos, sempre estudados e planejados em equipe, permitem enfoques interdisciplinares. Temas sobre a história econômica, social e/ou cultural ou quaisquer outros referentes à cultura local e aos demais campos da história, sob esse prisma, podem ser abordados em conjunto com disciplinas como geografia, literatura, línguas portuguesa e estrangeira, educação artística e musical, matemática e ciências naturais. (SANTOS, 2002, p.117-118).

Neste âmbito, refletimos como é necessário o diálogo entre as disciplinas para a formação do estudante no mundo do trabalho. Na formação profissional, observamos que o conhecimento é integrado e que há a necessidade de um diálogo permanente entre todas as esferas do conhecimento. Partindo-se da ideia de Cultura e Patrimônio Cultural, onde toda

ação humana pode e deve ser observada e ouvida, dialoga-se com a autora Maria do Carmo Godoy (1985) onde "toda a produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia" (GODOY, 1985). Com isso, o professor e suas turmas podem propor pesquisas dos mais diversos enfoques como alternativas das abordagens ditas tradicionais, sequenciais e apenas de viés político ou econômico. Ainda observando as possibilidades de fontes históricas que podem ser buscadas, Joaquim Santos (2002) nos lembra:

Como fontes, teríamos as próprias construções instaladas, depoimentos dados por antigos moradores, fotografias, mapas, plantas, dados estatísticos, recortes de jornais, artigos de revistas, livros, teses e dissertações, além de contos, músicas, poesias e outras leituras sobre o tema, o lugar e o tempo estudado. Em seguida, veríamos que mudanças, ocorridas ao mesmo tempo no capitalismo mundial e na forma como nele se inseriu a sociedade brasileira e carioca, teriam tido maior relação com as alterações dadas no período na localidade em estudo (SANTOS, 2002, p. 111-112).

Vemos, então, que o conhecimento humano é amplo, vasto e complexo, logo quando podemos melhorar seu direcionamento e perceber que os estudantes podem se apropriar de fato dele, evidenciando algo extremamente fantástico e impactante para os professores. Neste sentido, pensar atividades dentro de sala de aula e também a partir de caminhadas pedagógicas, também chamadas de aulas-passeio, tornam-se possibilidades reais de trazer mais impacto no processo do estudo. Nossos estudantes precisam entender como descreve SCHMIDT; CAINELLI, (2009) que “aprender História é discutir evidências, levantar hipóteses, dialogar com os sujeitos, os tempos e os espaços históricos”, segundo a Professora Isabel Barca (Apud SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 20).

O roteiro de uma aula de campo pode ser feito pelos estudantes junto com o docente. Sobre a importância, Almeida (2013) destaca que:

O trabalho de campo possibilita ao aluno a construção de um conhecimento próximo de seu cotidiano, da realidade que o envolve. É também no campo, que o aluno poderá questionar informações e conceitos vistos em sala de aula e não compreendidos até então (ALMEIDA, 2013, p. 8).

Refletindo sobre o campo da construção do conhecimento, anota Filho e Salles (2021):

Assim, entende-se que, estando em contato com os lugares históricos, os alunos poderiam melhor entender e problematizar os conceitos-chaves de patrimônio, patrimônio cultural, tombamento e museu, além do processo de conscientização dos discentes para um melhor usufruto desses bens, incentivando-os a preservar, conservar e problematizar o patrimônio cultural (FILHO e SALLES, 2021, p.10).

Todavia, um grande obstáculo enfrentado consiste na ausência dos estudos da localidade, pois as propostas de currículo vigentes dão ênfase aos grandes fatos históricos do

Brasil e citam os estados brasileiros de forma homogênea, sempre buscando os grandes processos e feitos de alguns destacados personagens.

Essa é a realidade no currículo para turmas do Fundamental II (6º ao 9º anos). Em turmas do Ensino Fundamental I (1º ao 5º anos) ainda se observam algumas questões pontuais na parte das disciplinas de Geografia e História quanto à localização espacial (casa, rua, bairro, cidade...), mas pouco interagindo com outras abordagens. Nesse propósito, entende-se a necessidade desse estudo dos fatos históricos de escalas menores, partindo da realidade da escola e da comunidade em seu entorno, da vida cotidiana dessas pessoas, a fim de colaborar e ser forjada com os demais processos históricos brasileiros. É preciso salientar que, não se pensa nessa pesquisa, numa “disputa” entre o nacional e o local, como se um fosse melhor que o outro, mas sim entender que ambos, juntos, traduzem a real compreensão histórica. Da mesma forma analisa Melo (2015):

Não se trata, portanto, de escolher como mais ou menos verdadeira a história por sua abordagem. Não se trata de escolher, por exemplo, entre a história da nação, do estado, como macro e a do indivíduo, do local, como micro, é precisamente o conjunto desses níveis em articulação que podem possibilitar a construção da história.

Trabalhar com a microhistória e com escalas, é, por definição, escolher formas de escrita diferenciadas, é estratégia de trabalho com as informações e, principalmente, com a relação que o historiador mantém com eles. Entendemos que, mais do que definir a escala de observação e análise, o importante é garantir a sua variação.

A história, enquanto processo, e na tessitura da construção do conhecimento, no caso da história local, mais esqueceu que se lembrou de resgatar a ação de personagens que se tornaram anônimos no curso da história geral. Deve-se considerar, porém, que a história de vida desses agentes, no seu fazer cotidiano, aponta para os mesmos enquanto protagonistas, desde atos considerados simples como eleger o político, pagar os impostos, entre outros, até os enfrentamentos mais cruéis tais como conviver com o desemprego ou subemprego, com a impossibilidade de estudar, com a fome, com a precariedade da assistência médica entre outros, que se delineiam e se repetem ao longo da história, e se fazem presentes, permanentemente, na memória dos que os vivenciam. Sendo a maior parte desses enfrentamentos ocorridos na esfera local, a observação e análise, através de escalas possibilita, a sua visibilidade. (MELO, 2015, pg. 55-56)

Desta forma, buscamos rever o cotidiano, através das ações mais simples e articular com as mais complexas. É ir além do óbvio. Não só buscar saber a data de origem das coisas ou das inaugurações, mas perceber o motivo pelos quais essas coisas foram pensadas, quem as construiu, o quanto foi gasto, a quem foi destinada, quem de fato fez uso delas e como elas foram apropriadas pela população local. Tantas indagações que podem também iniciar a atividade do professor ou mobilizar um grupo de estudantes e querer entender o motivo de tais fatos simplesmente ao ver um recorte de jornal ou foto antiga contendo algo referente ao que foi citado. Assim, a História Local será “como um recurso teórico-metodológico de abordagem para a pesquisa e para o ensino de história” (MELO, 2015, p.57).

A partir dessa investigação, esse protagonismo pode ser incentivado pelo professor de História ao fornecer ou pesquisar junto com sua turma possíveis fontes e análises, refletindo que não se deve analisar essa História Local de forma romantizada ou supervalorizada, estando sempre pautada na sua historicidade e pelos critérios do ofício do historiador.

É perceber cada vez mais esses estudantes como agentes ativos do processo histórico e que eles são extremamente importantes nesse processo de valorização e preservação da História Local, com professores trazendo essa análise como um lugar de fronteira⁴⁸, que é muito assinalado pela professora Ana Maria Monteiro (2007). Faz-se necessário trazê-los para esse debate possibilitando reflexões, críticas, análises, avaliações de como observam esse local, como se identificam ou não com ele, o que eles aprenderam sobre ele com seus familiares, amigos, vizinhos... Logo, abrangemos inseridos no processo histórico como um todo: vivendo o presente, mas dialogando sempre com o passado. Além dessas relações interpessoais de convívio ou por necessidade, há também as interações com espaços diversos, dentro e fora de suas áreas residenciais, podendo acarretar novas descobertas e gerar significados a esses estudantes.

Assim, essas vivências podem ser unidas à escola e às aulas de História, fomentando o conhecimento histórico escolar, o qual é o principal foco, buscado pelo professor em suas turmas. A História Local, assim, contribui imensamente promovendo articulações e conexões entre o conhecimento local e o geral. “A história local proporciona, ainda, um caminho para a construção de uma história que apresenta heterogeneidades e pluralidades, fugindo do silêncio em que, seguidamente, estavam imersos variados sujeitos históricos” (MELO, 2015, p.64).

O espaço escolar, dessa maneira, poderá proporcionar essas possibilidades de estudo e reflexão com os educandos e os docentes de História dando chance de incorporar essas histórias para o interior das salas de aula: as vivências de cada um, as perspectivas e conexões, suas propostas de memória... Logo, eles não seriam como esponjas absorvendo apenas o que o professor traz para a aula ou se propõe a dizer sobre um determinado assunto.

Ao trabalhar a Ilha do Governador e suas diversas narrativas, entende-se que essa pode estar sendo construída História Local envolvendo espaços e pessoas, de convívio ou não desses estudantes, mas que estão inseridos direta ou indiretamente é possível agregar mais concretude às suas memórias e gerar novas memórias, através desses contatos, vínculos. Sobre essa questão, analisa Fernandes (2014):

⁴⁸ Fronteira no sentido de lugar de marcação de diferenças, mas que também permite o encontro, as trocas; zona híbrida onde os contatos se pulverizam e se ordena segundo micro-hierarquias, zona de imensas possibilidades de criação cultural (MONTEIRO, 2007, p. 75).

Lembrar e esquecer são atos fundamentais para assegurar a constituição de laços sociais. Essas memórias coletivas informam heranças e tradições sociais que constroem e reafirmam os nexos de pertencimento de indivíduos aos grupos, conformando nossas identidades (FERNANDES, 2014, p. 10).

É importante o questionamento, o diálogo e não apenas catalogar com meras etiquetas alguns fatos históricos relevantes e dar como encerrado o assunto e a atividade. É com a construção dessas memórias que ajudam a forjar a identidade desse indivíduo com o local. Sendo assim, esses estudantes podem construir, junto com o professor, essa consciência histórica, possibilitando uma identidade com o local ser cada vez mais concreta, já que esses indivíduos conseguem entender sua relação com tais espaços e pessoas, seja do passado ou do presente. É o que normalmente ocorre por conta de vários fatores como: ter poucos tempos de aula semanais com um currículo já inchado e engessado, muitas vezes, além da carência de informações sobre a História Local, o que contribui para uma menor atenção e valorização desse assunto em suas turmas. Ao analisar esse ponto, Circe Bittencourt (2008), evidencia:

Entre nós. Tem-se sedimentado a ideia de que somos um país sem memória, mas cabe questionar qual memória tem sido esquecida e como resgatar um passado que possa contribuir para atender às reivindicações de parcelas consideráveis da população às quais tem sido negado o “direito à memória”. (BITTENCOURT, 2008, p. 277-278)

Mesmo com esse cenário problemático, o docente pode levar aos seus estudantes algumas propostas que podem ser desenvolvidas dentro e fora da sala de aula, trazendo mais a participação de seus alunos por conta deles terem curiosidade sobre os aspectos do local onde vivem ou estudam, podendo contribuir com uma aprendizagem histórica mais concreta e significativa à realidade deles. Explicar, por exemplo, o nome de ruas ou praças, espaços de memória e de encontro de pessoas, o porquê do surgimento de suas comunidades, pode ajudar a desenvolver nos estudantes a curiosidade sobre outros saberes locais, além de poder também despertar e aguçar mais a criticidade de cada um frente às angústias diárias que eles e seus vizinhos enfrentam. Doravante, se faz necessário compreender que tanto os objetos materiais quanto os imateriais podem e devem ser eleitos como parte dessa pesquisa de História Local. Como ressalta Melo (2015):

Assim, na perspectiva de contemplar o trabalho com a micro-história, a memória ganha um valor considerável e imprescindível. Segundo Nora (1993) a necessidade de registro da memória histórica, cria e recria os lugares de memória, que seriam os lugares especiais para essa ser guardada e preservada, fugindo da ameaça do esquecimento, seja através do caráter material dos patrimônios públicos expressos em monumentos, museus, cemitérios, estatutárias, sítios arqueológicos, vilas, bairros, ruas, parques, praças, conjuntos arquitetônicos, casarios, coretos, utensílios e bens de famílias, fotografias, bens naturais, entre outros, seja através do patrimônio imaterial, representado na memória expressa na oralidade – história oral e história de vida, nas vivências, na cultura, no folclore, na arte, nas festas e religiosidade popular (MELO, 2015, p. 82-83).

É preciso compreender que esse estudo da localidade não deve ficar restrito a tipos específicos de fontes históricas, mas buscar a compreensão mais ampla da cultura local com as festividades, eventos semanais ou mensais, ações sociais coletivas e individuais, por exemplo. Também é importante perceber que a História Local não está associada a um único segmento ou ano escolar, ou seja, é extremamente necessário trazer atividades referentes a esse tema desde os primeiros anos da educação básica, de forma leve, simples e seguir por toda a vida escolar, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

Pensando no trabalho de um jardineiro, que busca irrigar e trabalhar bem a terra, inserir as sementes, regando as mudas e permitindo que ela cresça e se fortaleça diariamente. Trabalhando inicialmente o espaço da sua moradia (casa, apartamento, vila...), partindo para onde está situada (rua, estrada, avenida, beco, travessa, se é perto de rios, praias, se é em morro, ladeira...), a padaria, o açougue, o mercadinho, a pracinha e suas utilidades, relevâncias e como as pessoas se relacionam com esses espaços e pessoas. Desse modo mostrando que há uma diversidade de possibilidades de habitações, ambientes, serviços que atendem a comunidade, dentre outros.

Em vista disso, é preciso notar aqueles que vivem juntos nessa residência, mostrando a questão de família e parentesco, genealogia e ancestralidade daquelas pessoas: desde cedo mostrar como a identidade e o pertencimento, a memória e a paisagem, todos, também fazem parte de todos nós. Sobre esse pertencimento e a grande importância do ensino de História Local lembro os exemplos citados por Schmidt e Cainelli (2011):

A possibilidade de inserir o aluno na comunidade da qual é parte, criando a historicidade e a identidade dele; despertar atitudes investigativas, com base no cotidiano do aluno, ajudando-o ainda a refletir sobre a realidade que o cerca e seus diferentes níveis, econômico, político, social e cultural; o espaço menor possibilita ao aluno a visão de continuidade e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências e; a história local pode instrumentalizar o aluno para uma história da pluralidade, onde todos os sujeitos da história tenham voz (SCHMIDT E CAINELLI, 2011, p.10).

Dessa forma, a escola se depara com a diversidade de seus estudantes, resgatando e apreciando a forma de encontrarmos essas experiências e encontros com o outro e não só com suas próprias concepções. Essa diversidade é uma marca dos contatos sociais no espaço escolar. No segundo segmento do ensino fundamental, do sexto ao nono anos, esse estudo e debate acerca da História do local onde habitam, onde a escola se localiza, e as pessoas e os espaços em que é parte. Ver o que os estudantes gostam, já conhecem, entendem para, a partir daí, desenvolver com mais concretude às aulas, uma sinergia entres docentes e estudantes. “O ensino da História possibilita diferentes relações no tempo e no espaço passando-se pela

história local, regional e do mundo, assim, possibilitando ao aluno, inúmeras conexões com o conhecimento” (GERMINARI E BUCZENKO, 2012, p.132).

E o retorno de tais pesquisas à comunidade? Como culminância da atividade ou como um possível legado à localidade, as turmas envolvidas podem propor cursos, oficinas, caminhadas históricas mediadas periódicas ou pensar roteiros turísticos dividindo a região em “etapas dentro de um grande circuito histórico-cultural”; também com a organização seminários abertos à comunidade expondo de cartazes, fotografias antigas e novas, programarem um cineclube com possíveis filmagens ou entrevistas produzidas com moradores ou membros da comunidade escolar.

Ainda pode ser lançado um guia impresso ou digitalizado com os pontos pesquisados, com códigos QR Code⁴⁹, por exemplo, a criação de jornais físicos ou digitais, um arquivo digital contendo todos os materiais e fontes e propagá-lo pela internet. Essas ações podem também ser encaminhadas às autoridades visando, quem sabe, a criação de um centro de preservação de memória, por exemplo, ou de referência histórica, possíveis patrocínios para possibilitar essas ou outras ações. Nesse sentido podem-se acrescentar outras ações conforme nos adverte Joaquim dos Santos (2002):

Pensar em apresentações e encontros musicais e de poesias, entre outros. Eventos estes que, produzidos com base nos conhecimentos adquiridos sobre a história e a cultura do lugar, podem realçar potencialidades artísticas e outras, próprias aos alunos e moradores locais. A promoção de festas, brincadeiras e jogos representativos da história, sociedade e cultura do lugar, com membros da comunidade como plateia e como participantes diretos, também pode esclarecer a todos sobre suas identidades sociais e culturais específicas. São necessários eventos que propiciem uma troca de conhecimentos, de experiências e outras formas de relacionamento que levem à interação entre a escola e a comunidade. E, por que não?, à recuperação e à preservação da memória e das identidades locais, subtraídas por forte padronização, banalização e mediocridade cultural, reforçada por crescente movimento de internacionalização da economia nas últimas décadas. (SANTOS, 2002, p.118).

Entender que se faz necessário ressignificar o ensino de História é algo urgente em nossa Educação brasileira, gerando aulas com mais entusiasmo para quem leciona e para os estudantes. Tal fato ajuda nessa construção de um ensino mais prazeroso nessa comunidade de aprendizagem, permitindo construções históricas mais identitárias, reconstruindo e ressignificando esse local, através dessas reflexões possibilitando novas visões, transgredindo além das fronteiras. O ensino de História Local, nesse sentido, ampliará também a ideia de uma Pedagogia Engajada (estudantes mais participativos, com professores e estudantes se

⁴⁹ O QR Code é uma versão bidimensional do código de barras, composto de padrões de pixels em preto e branco. O "QR" significa "Quick Response" (Resposta Rápida), o que se refere ao acesso instantâneo às informações ocultas no Code (código). Disponível em: <https://br.qr-code-generator.com/>. Acesso 03 março de 2022.

articulando compartilhando saberes e vivências, melhorando a autoestima dos estudantes, trazer novas perspectivas, entre outros), pois se oportuniza novas expectativas quanto à disciplina de História em nossas vidas.

Escuta-se muito nas salas de aula por parte dos estudantes a pergunta: “Por que aprender História hoje?” Daí o professor enumera diversas respostas, porém, muitas vezes, elas não são entendidas ou validadas por muitos dentro da sala de aula. Não é fácil mostrar aos estudantes esse “valor” pelo aprendizado que a História traz é ir além dessas respostas prontas, sendo necessário mostrar *in loco* tal importância, logo, trazer esse estudante de simples expectadores para aqueles que colocarão a mão na massa, mostrando algo como uma consciência na prática. Esse aprendizado mais dinâmico deixará mais marcas, afetará e poderá agregar novas possibilidades de interpretar os fatos históricos e construir sentidos e ligações com eles.

Mostrar épocas diversas no passado dos diversos temas cobrados no currículo de História é complexo, pois são muitas narrativas, muitas vezes, intrincadas e muito abstratas. Revelar as mudanças e permanências, os impactos desses processos na atual sociedade e gerar essa empatia por parte dos estudantes, eis o grande desafio atual dos professores de História. É fazer os estudantes perceberem que a vida não é como uma foto (cena estática), mas como um filme que vai e volta, dando a cada indivíduo um choque de realidades, assim ele se desloca, realizando grande atenção aos outros tempos e realidades; buscando demonstrar que eles são figuras identitárias, mexendo com a realidade deles. É como propõe Coelho (2021):

É construir nesses alunos o entendimento e a compreensão do raciocínio histórico, ou seja, de como um pesquisador, um historiador trabalha com as fontes para a produção historiográfica. A história local será a ferramenta utilizada para atingir esse objetivo, será o objeto de estudo, mas ao falar de local aqui o foco não será nos espaços de memória ou nos monumentos públicos existentes, mas na vida das pessoas, é a vida das pessoas o foco desse trabalho de história local e será a partir do relato delas que vamos compreender o processo de produção historiográfico confrontando as fontes orais com as demais fontes que possuímos (...) (COELHO, 2021, p.104).

O professor pode mostrar que o Tempo estrutura quem somos, nos define, nos dá possibilidades de identificar situações, refletir sobre vivências do passado e do presente para transformar nossa realidade. Assim como na História, é refletir com os estudantes que esse Tempo é movimento e nem sempre será linear, positivo ou progressivo. A autora Djamila Ribeiro (2017), que discute racismo e a questão do feminismo, enfatiza amplamente a questão da importância de dar lugares de fala a todos os grupos:

A voz da ativista não traz somente uma dissonância em relação à história dominante do feminismo, mas também a urgência por existir e a importância de evidenciar que mulheres negras historicamente estavam produzindo insurgências contra o modelo

dominante e promovendo disputas de narrativas. Assim, pensar a partir de novas premissas é necessário para se desestabilizar verdades (RIBEIRO, 2017, p.15).

Assim, a História Local precisa ser entendida como local de fala de toda a comunidade e não as ditas histórias homogeneizantes, as veiculadas pelas instituições oficiais, se pautando em uma História única, sem pautar numa busca por um modelo ideal de narrativa. É importante perceber os diversos espaços centrais e periféricos, os sujeitos e agentes que marcaram cada comunidade, os diversos braços que ajudaram a construir, de fato, essa História da Ilha do Governador. Com isso, professores e estudantes, juntos, podem gerar mais impactos com atividades pedagógicas que podem ser desenvolvidas dentro ou fora dos espaços escolares.

Mesmo com todos os desafios que recaem sobre a escola, podemos assinalar que ela conseguiu nas últimas décadas um crescimento e expansão de forma mais capilar dentro da sociedade brasileira: universalizada, espaço de acessos múltiplos (sociais, educacionais, consciência política, novas tecnologias...), fortalecendo laços diversos, além de ser vista por muitos como mero local de guarda, de controle e de contenção. Entender o papel da escola é imprescindível para ir além dele, não apenas cumprindo seu papel na lógica do capital, mas compreender a escola como suporte na construção de conhecimentos e descobertas, e não simplesmente como garantidora do pleno funcionamento desse sistema.

Dessa forma, é preciso investir nos estudantes que mais necessitam de apoio, pensar com eles novas problemáticas educacionais, ver a escola como lugar de aprendizagens, ao olhar esse cotidiano e refletir sobre perspectivas multifacetadas, as realidades diversificadas que os estudantes vivenciam, fugindo de visões macro. Essas iniciativas de inovação e reflexão precisam vir de dentro do espaço escolar, do chão da escola, pois o que tem vindo de fora, proposto por autoridades e secretarias de governo, no geral, não a inova adequadamente.

2.4 – O ensino de História Local na Ilha do Governador

A partir de 1999, foi criado o **Centro de Referência Histórica da Ilha do Governador**, localizado no mesmo prédio que a Biblioteca Euclides da Cunha, no bairro do Cocotá, sob a coordenação do insulano Domênico Aversa, organizando e mantendo em ordem o acervo público da Ilha do Governador. O espaço era referência, pois catalogava um vasto material que era conseguido através de doações dos moradores, instituições diversas, desde placas comemorativas, fotos, periódicos, itens de mobiliários diversos e até cerâmicas do século XIX. Muitos professores, pesquisadores e insulanos curiosos visitavam frequentemente

o local e também solicitaram visitas às escolas e outros espaços para palestras sobre a história local. Ele seguiu nesse trabalho voluntário até 2010 e, desde então, o espaço requer novos cuidadores e inventariantes. Com o falecimento do Sr. Domênico, em 2016, o espaço perdeu ainda mais seu referencial e, em 2022, ele ainda segue precisando de voluntários interessados em manter esse projeto ativo.

Eu comecei a lecionar em 2004, ainda como graduando em História, em cursos comunitários preparatórios para o Vestibular. Em 2009, já formado, passei a lecionar em escolas particulares na Ilha do Governador. Em 2010, fui aprovado no concurso da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e passei também a trabalhar em escolas municipais da região. Há quase duas décadas vejo que ainda há um grande caminho no que tange ao estudo da História da Ilha do Governador nas escolas e em outros espaços culturais existentes na localidade.

Acompanho muitos perfis de escolas públicas e privadas no Facebook, Instagram e percebo que o estudo de História Local ainda se dá em escolas como Creches públicas e privadas, escolas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental de ambas as redes. Não são todas que abrem espaço em suas agendas anuais para tal atividade. Assim, grande parte dessas ações se deve ao engajamento de poucos professores que, de forma isolada, buscam agregar em suas aulas essa importante construção de conhecimentos.

Desde 2014 desenvolvo ações promovendo o estudo da História Local nas turmas que leciono e, nos últimos dois anos, faço uso das minhas redes sociais (Facebook, TikTok e Instagram - @jubertosantoos) para abordar aspectos diversos da Ilha com breves narrativas e filmagens simples em alguns espaços, como praças, praias, parques, igrejas, monumentos, prédios históricos, incentivando e almejando dinamizar esse conhecimento a mais pessoas.

Entre 2015 e 2018, a Gerência de Educação da 11ª CRE/SME-RJ, com apoio da UFRRJ, UERJ e UFRJ, realizou a **Partilha Pedagógica**, um congresso local de formação continuada colaborativa apresentando projetos desenvolvidos junto a professores da educação básica da Rede. Ela foi composta de grupos de trabalho que coloram professores e alunos como protagonistas do processo de formação continuada e multiplicavam novas práticas. Em três edições tive a oportunidade de expor projetos sobre o uso de práticas lúdicas no ensino de História e também abordar a História da Ilha do Governador como oficina, potencializando diferentes conhecimentos com diferentes professores da Ilha e incentivando novas ações em outras escolas insulanas.

Em 2020, comecei a escrever uma coluna quinzenal sobre a História da Ilha no Jornal Ilha Notícias, a convite do fundador, Sr. José Richard Waichel, onde são explicados os

monumentos conhecidos e desconhecidos, praças, nomes de ruas e bairros, prédios icônicos, personalidades importantes, explicações de lendas urbanas, espaços marcantes, festas da região e demais manifestações culturais. Os artigos são divulgados em jornal impresso e também nos perfis digitais do jornal. Em 2022, a convite do cantor e então intérprete da GRES União da Ilha do Governador, Ito Melodia, em seu programa semanal Melodia Social Show, na Rádio Roquette-Pinto, foi criado o quadro “Pitadas Históricas”. Nele, com breves participações, levamos aspectos diversos da história insulana também pelas ondas do rádio.

Com apoio do professor e pesquisador Jaime Moraes, de toda a equipe da 11ªCRE, da equipe do Polo Cultural Ilha e de outros (as) insulanos (as) interessados em divulgar a cultura e história locais, conseguimos acessar mais eventos e escolas da região, com palestras, oficinas com jogos adaptados e aulas-passeio e caminhadas culturais, buscamos levar a mais pessoas esse apreço, pertencimento e fortalecer a memória e a identidade com a Ilha em seus aspectos históricos e culturais.

Sempre assinalo que a Ilha não tem somente água, mas muitas histórias por todos os lados. Muitas delas ainda estão adormecidas e é totalmente desconhecida da maior parte comunidade insulana. Como reverter essa situação? Como trazer a realidade e o estudo da História Local para mais escolas e para a população da Ilha? São esses questionamentos que moveram essa pesquisa e a construção do produto pedagógico que acompanha esse trabalho: com mais escolas e professores conhecendo mais a região e observando abordagens diversas que podem ser pensadas junto com seus estudantes.

Logo, só conseguiremos dar o devido valor a esse conhecimento se tivermos uma identificação com ele e isso é algo que precisa ser construído, tijolo a tijolo, sendo sedimentado com uma Educação ampla, desde o ambiente familiar e seguindo para as salas de aula. Assim, aos poucos, a população poderá se apropriar, estimar, preservar esse local e também o divulgando a outras pessoas.

CAPÍTULO 03

ATIVIDADES LÚDICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA DE FORMA REMOTA E/OU PRESENCIAL

Partindo da premissa que, a partir do mês de março de 2020, por conta do agravamento da Pandemia da Covid-19, teve início o processo de isolamento social ordenado por parte das autoridades brasileiras e, conseqüentemente, com o fechamento das escolas, foi necessário que gestores e docentes buscassem maneiras de manter o contato com os estudantes e assisti-los da melhor forma possível. Esse desafio mundial estendeu-se até março de 2022, com o retorno das aulas presenciais. Tal realidade trouxe e ainda traz graves danos ao processo educacional no Brasil e no mundo.

Pensar o ensino de História, nesse momento de Pandemia, tem sido algo complexo, angustiante, frustrante e também desafiador. Com certeza, ter o acesso à turma toda presente no modelo presencial é um fator diferenciado e que traz mais riqueza no desenvolvimento das atividades, com a maior integração do professor com os estudantes podendo utilizar os diversos espaços do ambiente escolar.

O fato do professor não conseguir ter acesso a todos da turma no sistema remoto, com recursos limitantes seja pela oscilação na participação por conta de problemas tecnológicos, dados de internet, problemas alimentares, emocionais e, montar e aplicar aulas motivando esses estudantes com os quais ele consegue interagir parcialmente é algo que, para muitos profissionais, tem sido razão de grande angústia, impotência, desmotivação e desânimo.

Os professores têm vivenciado essas angústias e um turbilhão de sentimentos. Os alunos também. A sociedade em geral, também está enfrentando grandes adversidades. É a realidade que está à nossa frente e como trazer um ensino de História mais significativo nesse momento? Como mostrar que através do ensino da História podemos ter uma maior compreensão deste contexto que se faz muito mais necessário nestes tempos sombrios? Como levar a realidade dessas crianças, adolescentes e jovens por meio dessa prática docente em meio a esse ensino remoto? Como conseguir essa interatividade e gerar resultados de aprendizagem histórica nesse contexto pandêmico?

A partir disso, visando trazer para o ambiente virtual algumas propostas de atividades envolvendo o estudo de História Local, pensamos que essa seja uma ação muito válida e preciosa, pois é uma maneira de aguçar a criatividade e interesse dos estudantes em querer se

envolver mais nas aulas e trabalhar os temas curriculares com mais empatia e menos tédio, por exemplo.

As turmas de 6º Ano do Ensino Fundamental já despertam a preocupação de que é de extrema relevância trabalhar aspectos como memória, identidade e pertencimento sobre os aspectos da família, casa, bairro, região, cidade. Nos 7º e 8º anos, as turmas podem trabalhar mais a localidade a partir de conteúdos macros ou temas transversais. Compreender como a sua realidade se interage com as outras realidades, o passado pode e deve ser visto como algo associado a sua realidade presente e também perceber como ele (a) é parte fundamental desse processo. Assim, a cada avanço de ano escolar, esses estudantes podem ser estimulados a se perceberem realmente como importantes protagonistas cada vez mais vivos no local onde nasceram, vivem e estudam em seu cotidiano.

Em nossa exposição, propomos algumas sugestões de atividades que podem ser compiladas por professores e estudantes, abordando tanto no espaço escolar presencial, como no momento do ensino remoto emergencial. Neste sentido, por que não incitar nossos professores e estudantes a fazerem uso dos recursos tecnológicos visando à construção de produtos educacionais digitais? Desta forma, podemos valorizar a chamada inventividade, cultura digital, buscando novos modelos mentais a partir de novas frentes educacionais. As diferentes maneiras de contagiar e ser contagiado, que podem gerar mais ação e reação na comunidade escolar como um todo, com as mídias digitais podendo agregar valores nas aulas nesse momento pandêmico da Covid-19.

3.1 – O Lúdico e seus Vetores de Ludicidade

A partir do livro *Homo Ludens* (1938), de Johan Huizinga (1872-1945), empreende-se o conceito de jogo que expõe uma proposição sobre o entretenimento de maneira densa e completa. Ele assinala que o jogo é mais do que um fenômeno fisiológico ou um simples reflexo psicológico, ultrapassando os limites da atividade puramente física ou biológica. Ele reflete que o jogo se entrelaça com a atividade humana significativa quanto aos objetivos, motivação, interação, linguagem e seus efeitos em nosso cotidiano, no aprendizado, nas nossas relações com a própria pessoa e com os outros.

Assim, os jogos contribuíram como os meios da sociedade em aproximar seus laços coletivos e de se manter conectada. Este conhecimento tem uma função significativa, isto é, descreve uma ideia de que a vida humana está diretamente ligada ao sentido dos jogos e suas

relações. Nesse sentido, o autor propôs o que chamou de “círculo mágico”, onde todas as pessoas antes de entrarem no jogo, já possuem questionamentos, medos, incertezas e demonstram suas responsabilidades. Sobre essa evolução histórica do uso dos jogos, Kishimoto (1993) ressalta:

Considerado como parte da cultura popular, o jogo tradicional guarda a produção cultural de um povo em certo período histórico. Essa cultura não oficial, desenvolvida, sobretudo, pela oralidade, não fica cristalizada. Está sempre em transformação, incorporando criações anônimas das gerações que vão se sucedendo (Kishimoto, 1993, p. 15).

Todavia, no momento do jogo, elas vivenciam outros sentidos, como os sonhos, a fantasia, emergindo com as regras e outros participantes, tendo que enfrentar desafios diversos, buscando assim possibilidades de soluções. Ao sair do jogo, cada integrante trará consigo novos sentimentos e significados como a alegria, a frustração, além de aprendizados diversos. Nesse sentido, o lúdico contribui na aprendizagem de atividades e tarefas que o jovem vai desempenhar em sua vida. Os recursos do jogo, do brinquedo e das brincadeiras trazem essas reflexões das posições e interesses que vivemos nesse mundo real.

Desse jeito, ressaltamos que esse “tripé da ludicidade” (jogo, brinquedo e brincadeira) traz a essência desse pensamento lúdico. Desta forma, neste dispositivo lúdico propomos ir além e indicar a pensar outros recursos que possuímos diariamente que podem ser tão potentes quanto o famoso trio. De acordo com Costa (2015), “a palavra lúdico vem de *ludus* e significa brincar” (COSTA, 2015, p.45). E essa palavra vai além de simples “jogos”, mas ações que geram interação, prazer, interesse, maior atenção, participação, ligação com o conteúdo e com os demais estudantes, percepção, divertimento, estímulo ao aprendizado do sujeito e seu pleno desenvolvimento, com diversas linguagens, conteúdos, regras.

Por conseguinte, quando os estudantes se dispõem em fazer esse “brincar” apresentam grande aprendizado. Utilizando a definição de Kishimoto (2011) onde o uso do brincar/brinquedo/ jogo educativo com fins pedagógicos remetem para a relevância desses instrumentos para aplicações em situações de ensino-aprendizagem e Santos e Cruz (1997), que descreve que o lúdico pode ser abrangente e, associado aos jogos, brinquedos e brincadeiras no que se refere ao contexto educacional, podemos perceber a potencialidade dessas atividades pelo professor de História em suas turmas de Ensino Fundamental e Médio.

Como toda a aula é relacional, esse lúdico pode aprimorar a linguagem corporal, escrita e oral dos docentes e alunos. Desta forma, destacamos a importância de reinventar as práticas do ensino de História em nossas escolas, as quais não se resumem aos espaços físicos, mas às vivências das pessoas. Não buscamos somente observar as turmas de maneira

coletivizada, sem perceber os sujeitos e suas singularidades que delas fazem parte e suas particularidades na aprendizagem. Entende-se que essa “relação” está pautada por uma multiplicidade de fatores que se articulam, como ressalta Luana Vaz (2017):

A aula se constitui como espaço privilegiado para o processo de aprendizagem, onde a partir do diálogo, dos conflitos e negociações, professor e alunos podem desenvolver o trabalho que lhes compete. Ainda, a aula deve se constituir como possibilitadora de desenvolvimento tanto do aluno, como do professor. Neste sentido, a aula é espaço de encontros e trocas. A comunicação é constitutiva desse espaço de encontros e trocas, pois é o canal que possibilita a relação entre os sujeitos do processo educativo. Este canal não se dá apenas através das verbalizações e mensagens diretas, mas de todo o contexto não verbal – gestos simbólicos, olhares, silêncio – onde determinada mensagem é transmitida. Para possibilitar o desenvolvimento, a sala de aula deve ser organizada de modo a tornar-se um ambiente comunicativo, onde o diálogo seja a base para a participação e as negociações necessárias à aprendizagem (VAZ, 2017, p.11-12).

O aperfeiçoamento de novas técnicas didáticas é um importante caminho para conseguirmos viabilizar aulas mais dinâmicas, prazerosas e inovadoras. O lúdico, portanto, agrega mais motivação, tanto para o docente quanto para os alunos. Propomos chamar as diversas formas de ações e práticas lúdicas de “Vetores de Ludicidade”. Partimos da ideia de “Vetor” (do latim “*vector*” - condutor), do conhecimento da Física onde eles possuem “valor, direção e sentido”⁵⁰. Assim, o professor tem acesso a uma linguagem diferenciada para agregar em sua prática docente, com novas mecânicas, métodos e sentidos, expandido seu escopo didático e pedagógico. É pensar, assim, numa linguagem lúdica (um conjunto de novos saberes).

Através da ludicidade, entendemos que os docentes podem buscar levar tais recursos ao acesso aos alunos para uma melhor compreensão e pertencimento dentro de um recorte histórico. Desta forma, o docente pode proporcionar aos estudantes um grande valor com o conhecimento para a vida. Cada aula tem a sua singularidade. A partir dos vetores do lúdico, observa-se que eles potencializam as aulas e fazem os alunos entrarem de forma mais concreta no universo da narrativa histórica. Esses vetores são as estratégias que o professor poderá desenvolver com suas turmas. Percebe-se que o lúdico não está nos objetos ou jogos em si, mas na forma como ele é desenvolvido, mobilizando a curiosidade, junto com o desafio da problematização e do raciocínio históricos.

Os vetores mais potentes são os citados no famoso “tripé”, contudo, se a ludicidade está associada à vida humana, então esses novos sentidos e significados podem ser

⁵⁰ Na Física, vetor é toda grandeza que só fica inteiramente determinada quando é dado um número real que a mede numa dada unidade (módulo), uma direção e um sentido, logo pode ser variável. O conceito físico de vetor relaciona-se ao de grandeza quando esta considera a ideia de módulo, sentido e direção a um determinado segmento orientado com origem e extremidade. In: RAMALHO, NICOLAU, TOLEDO, Fundamentos da Física, vol. 1, Editora Moderna, 9ª Edição – revisão ampliada, São Paulo, 2007, p.115.

alcançados, trazendo novas experiências aos estudantes. Tais experiências podem ser desenvolvidas com objetos antigos, com a narrativa proposta pelo professor; ou outro recurso o uso de plantas ou alimentos na aula, uma foto ou pintura, a análise de uma música ou dança...

Entende-se que os chamados “recursos tradicionais” (lousa, caderno, livro/apostila, a oralidade) são as maiores ferramentas de trabalho de grande parte dos professores – e muitos realizam aulas maravilhosas, porém, outros docentes e a muitos alunos já observam esses procedimentos como algo ultrapassado, tedioso, chato e que, muitas vezes, não trazem grandes significados para quem ensina e para quem aprende.

Todavia, o professor pode adotar esses recursos como propostas lúdicas e ressignificar seus usos durante as aulas. A lousa pode ser usada para ir além de resumos e esquemas e se tornar o tabuleiro de um grande jogo ou caça ao tesouro. O livro pode ser fonte para achar pistas de uma brincadeira, o caderno, por sua vez, pode virar um diário de bordo de um viajante do tempo, um grande portfólio de atividades... Repensar a prática docente é preciso. Sobre isso, ressalta Paulo Freire: "ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática". (FREIRE, 1991, p. 58).

É desviar-se desse engessamento das práticas ditas tradicionais, buscando ver a escola não somente como uma aprendizagem passiva e receptiva, meramente voltada à memorização e avaliação de conteúdos, mas calcada na busca pela produção do conhecimento mais concreto, dinâmico, com real significado e útil na formação cidadã. E neste cenário, contribuindo ao docente um processo de reflexão sobre o uso dos recursos tradicionais e sua possível aplicação no contexto educacional. Pensando também sobre essa maior variedade de atividades em sala de aula, enfatiza Moyles (2007):

Devemos oferecer uma variedade de situações e inovações dentro da sala de aula, que permitam diferentes oportunidades para diferentes crianças e, mais importante, temos de assegurar que cada criança tenha a oportunidade de explorar adequadamente um novo meio ou situação – e isso significa tentar explorar as experiências com palavras, assim como por meio do brincar ativo. (MOYLES, 2007, p.57)

Esse “professor lúdico” não é definido pelos objetos e estratégias que conduz à sala de aula, mas sim por sua atuação no significado do uso desses recursos, ou seja, é a sua construção educacional diante da proposta dos recursos para realizar os jogos, brincadeiras, brinquedos, objetos, roupas e plantas. Ao usar bonecos para ilustrar um período histórico, o vetor de ludicidade não é o boneco em si, mas a forma como o professor o associa ao

conteúdo a ser ensinado, a narrativa e reflexões que ele propõe e gera com os alunos ao fazer uso de tal recurso.

A partir dessas propostas, o docente pode refletir sobre novos recursos, no que provocam ou impactam nos estudantes, quando os utilizam; vendo essa ludicidade ocorrer de forma mais plena. Podemos imaginar um professor podendo levar à sala um objeto lúdico como uma moeda da época do império brasileiro? Como os estudantes reagiriam ao tocá-la? Ou ainda mostrar um fragmento de Pau-Brasil ou Papiro egípcio ao invés de somente falar sobre eles? Ou então utilizar, na aula, uma cédula de dinheiro antiga e pedir aos estudantes que a comparem com o papel moeda atual, considerando os pontos de aproximação e afastamento? Podemos ainda citar a utilização de um dispositivo eletrônico antigo como os primeiros celulares? Ou um ramo de trigo e uma espiga de milho e mostrar que são plantas semelhantes? Esses objetos, a ação, reflexão do professor e dos estudantes sobre eles é a ludicidade em si, exemplos simples dos Vetores de Ludicidade. Assim, também podemos repensar como o currículo pode ser ampliado pelo lúdico, como conclui Moyles (2007):

Está claro que muitos destes fatores operam no que poderíamos chamar de um currículo lúdico, mas isso ignora um aspecto importante do brincar, isto é, que o brincar é um processo que proporciona um modo de aprendizagem e resulta em comportamentos lúdicos. (...) Encorajar o brincar como um meio de aprendizagem e manter a motivação e o interesse por meio do brincar são estratégias equivalentes à instrução direta. (...) Entretanto, uma vez que o brincar é o processo e não um assunto é dentro dos assuntos que devemos ver o brincar como um meio de ensinar e aprender, e não como uma entidade separada. (MOYLES, 2007, p.100)

Assim, a direção e o sentido que esses vetores terão em cada aula irá variar de turma para turma, não tendo uma única direção e sentido. Da mesma forma que a apreensão e o entendimento singular do conhecimento de cada estudante diante das construções realizadas em cada aula. O ícone lúdico poderá ser o meio no qual o debate poderá ser iniciado, ou a reflexão que será proposta ou ainda, a forma de impactar e encantar os estudantes com a surpresa que o objeto lúdico pode causar e a empatia dos alunos em quererem participar mais da aula. “Um conteúdo escolar, apropriado por um jogo na forma de regras, seus cenários e a dinâmica utilizada, têm o mesmo potencial de rememoração de qualquer conteúdo aprendido na rotina diária...” (CARVALHO e PICCOLO, 2022, p.86). Daí ser necessário que o professor faça essa mediação pedagógica associando essa ação lúdica à sua prática.

Lembro que o uso de recursos lúdicos não possui garantias de 100% de participação da turma, pois há variação de grupo para grupo. Também não há uma ‘receita de bolo’ para o êxito no uso do lúdico, mas o professor pode entender esses vetores como diversos

“ingredientes” que ele e a turma poderão fazer uso, associando e mensurando para criar a melhor “receita” para cada uma das suas turmas.

Nesse contexto, compartilho a experiência que no ano de 2018, tive a oportunidade de desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Ensino de História pelo CESPEB/UFRJ onde foi desenvolvida a pesquisa: “Lúdico e ensino de História: por uma prática mais dinâmica e transformadora” com a proposta de entrevistar professores e ver como eles entendem e fazem uso ou não do lúdico, orientado pela Dra. Marcella Albaine Farias da Costa. Ao final da pesquisa, que obteve mais de 100 participantes de vários estados brasileiros, observamos um amplo desconhecimento da ludicidade e muita dificuldade em sua aplicabilidade.

Do mesmo modo, entrevistamos estudantes da educação básica das escolas (do ano letivo de 2018) que tive acesso nas instituições públicas e privadas que lecionava. Na abordagem, discorremos com os estudantes a visão deles sobre o uso lúdico em suas aulas de História. A pesquisa apontou como resultado que 90% dos estudantes entrevistados consideravam as aulas com ações lúdicas mais atraentes, menos chatas e mais prazerosas por sair da “rotina” e por proporcionarem percepções, interações, atividades individuais e em grupo, mais emoções e novos conhecimentos.

Assim, indicamos muitas das formas desse fazer lúdico – os Vetores de Ludicidade, os quais podem auxiliar o professor em suas aulas na educação básica. O papel do professor de História é vital para iniciar essa comunicação lúdica e a aprendizagem efetiva, proporcionando a estrutura e a ambientação dessas atividades, agregando a participação dos estudantes e mediando dúvidas e contribuindo auxiliar na resolução de possíveis desafios. Esses recursos podem contribuir para um ensino mais afetivo e efetivo juntos aos estudantes. Lembremos que nossa sociedade é multicultural e, por conta disso, por que não explorar outros materiais e atividades que atendam melhor nossos diversificados interlocutores nas escolas?

Buscamos, desta maneira, sugerir a ludicidade, podendo contribuir para além da cópia de resumos, criação de questionários, de monólogos do professor em sala, leituras sistemáticas do livro didático ou outro material tipo apostilado, ou seja, contribuindo na criatividade, na resolução de problemas, gerando melhores entendimentos nos conteúdos, maior participação dos estudantes e da comunidade escolar, com um potencial de aprendizagem mais significativo e dinâmico nas aulas de História.

3.2 – Propostas de Sequências Didáticas a partir da História Local e do Lúdico

Partindo da ideia que o local onde moramos tem muitas representações e contextos para cada pessoa e entendendo os estudantes como agentes ativos nesses locais, entende-se que é importante propor sequências didáticas diferenciadas, com aulas abordando aspectos positivos e negativos da cidade, bairro ou região onde habitamos ou onde se localiza a escola e seu entorno.

Por conta da Pandemia da Covid-19 e as medidas governamentais adotadas, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2020 e 2021, buscou-se construir tais atividades a serem desenvolvidas ou de forma remota, online, naquele momento, como possibilidades de ações com as turmas de ensino fundamental. Dentro de muitas limitações, obstáculos provocados pelo isolamento social e demais efeitos prejudiciais da Pandemia, abaixo temos 10 propostas de sequências didáticas / atividades pedagógicas que foram propostas para reconfigurar a abordagem desse estudo da História Local da Ilha do Governador ou de qualquer outra região/cidade em nossas escolas.

I – CRIAÇÃO DE UM VARAL FOTOGRÁFICO

O recurso do registro fotográfico é algo que pode mobilizar muitos os estudantes, pois vivenciamos um momento histórico amplamente apelativo na questão da imagem, da foto e do vídeo. Mesmo aqueles que não possuem dispositivos eletrônicos próprios, quando tem acesso por equipamentos de terceiros, muitas vezes, apreciam assistir a filmes, vídeos diversos ou ver fotos. Assim, a fotografia e o vídeo seriam os vetores dessa ação.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida tanto de forma presencial, com materiais físicos ou no ambiente digital por meio de plataformas, sites ou aplicativos.

- **POSSIBILIDADES:**

O professor pode propor que os estudantes elejam uma ou duas fotos de uma área que eles tenham apreço ou que seja valorizada na sua comunidade. Eles fariam uma gravação em vídeo usando um celular, por exemplo, que traduz algo de sua identidade, explicando particularidades de um lugar, alguns problemas que eles percebem ou ainda algum ponto turístico do bairro, monumento ou construção que veja como é importante para ele e para a sua família ou pessoas da comunidade.

Com a captação de registros de uma ida numa feira livre, a participação de um baile na comunidade, um passeio à tarde na praia ou uma roda de samba numa praça, ou ainda

caminhar pelas ruas próximas de sua casa e registrar esses espaços com seu aparelho eletrônico.

Os estudantes podem ser estimulados também a criarem refotografias⁵¹. A proposta é buscar ser diversa, dinâmica, recolhendo também sugestões dos alunos, elegendo assim quais as fotos ou vídeos poderão utilizar, pensando a confecção de título, possíveis cartazes e frases de efeito para implantar também nessa atividade do Varal.

Essa proposta pode ser realizada com as imagens impressas sendo fixadas em linhas, barbantes, por exemplo, e elevadas em algum determinado espaço da escola (pátio, corredores, uma sala específica...) onde os estudantes da escola pudessem fazer a observação dos espaços fotografados, com legendas ou frases reflexivas.

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR:**

As fotos podem ser separadas por temas: praias, ruas, praças, eventos, construções... Para isso, há alguns recursos online em sites e aplicativos onde podem ser inseridos esses conteúdos confeccionados pela turma. Além de poder ser exposto na escola, a atividade também pode ser feita e apresentada na forma virtual por meio de recursos digitais.

Com o projeto pronto, o varal digital pode ser usado nas aulas online ou inserido nas redes sociais da escola e dos estudantes, ou ainda compartilhado para mais pessoas, como amigos, parentes, outras escolas da região, por meio de um link, através dos recursos digitais como os grupos de Whatsapp, plataformas digitais, enviados por meio do correio eletrônico (E-mail).

Esse varal virtual, dessa forma, será construído por todos os envolvidos na atividade, com fotos antigas ou recentes escolhida pelos estudantes, podendo também criar breves vídeos trazendo a relação desses estudantes com esses locais.

⁵¹ Refotografia é uma técnica que consiste em fotografar um lugar do mesmo ângulo utilizado em uma fotografia antiga e sobrepor às duas imagens. Também pode ser feita apenas comparando lado a lado a foto antiga e a atual. É uma ferramenta bem interessante visando mostrar a passagem do tempo com as percepções de mudanças e permanências históricas.



Figura 24 – Refotografia da Ponte do Galeão (Arquivo Pessoal, ano 2016).



Figura 25 – Fotos de trecho da Avenida Paranapuã, no bairro do Tauá (1948 e 2016)⁵².

Nas imagens acima podemos ter uma ideia de como produzir esses varais com fotos de localidades da Ilha do Governador. Não é necessário ser apenas contrastando com fotos antigas, ou seja, cada turma pode, por exemplo, abordar, através de fotos atuais, um

⁵² Foto de 1948 disponível em:

<https://www.facebook.com/photo?fbid=10202774830890583&set=gm.450059318482741>. Acesso 14 setembro de 2021. (Arquivo Pessoal, ano 2016).

determinado bairro da Ilha ou comunidades, pontos turísticos, fotos de pessoas marcantes, praças, praias, feiras... Enfim, trazer alguns aspectos locais e criar legendas ou pensar explicações orais de análise dessas imagens em uma apresentação na escola.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS**

Como sugestões de suportes para a criação dessa atividade de Varal, há o **KINEMASTER** (na função Varal de Atividades). Nele é possível inserir vídeos, áudios, músicas, fotos, planos de fundo, títulos diversos, frases, animação de fotos na tela, dentre outras funções bem interativas. É possível ver um breve tutorial no vídeo no **Canal Meu Diário de Classe**⁵³. O facilitador, neste caso, é poder realizar toda a edição utilizando apenas o celular.

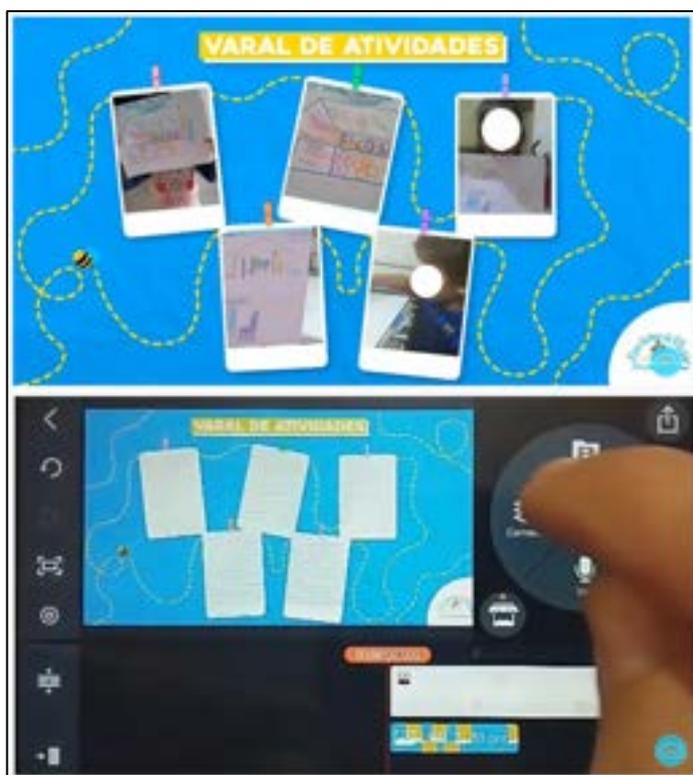


Figura 26 - Fotos de parte do processo de criação no aplicativo Kinemaster (Ano 2022)⁵⁴

Outro local com esse recurso de Varal Digital é o site **PADLET**⁵⁵, sendo bem acessível através de navegador de internet ou via aplicativo de celular. Nele, o professor pode se cadastrar através de uma conta gratuitamente e obtém o acesso a um grande número de ferramentas para editar atividades como linhas do tempo interativas, varal virtual

⁵³ <https://www.youtube.com/watch?v=IGMnW5o0QNk> (acesso 15 Abril de 2021).

⁵⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IGMnW5o0QNk>. Acesso 10 março de 2022.

⁵⁵ Disponível em: <https://pt-br.padlet.com/>. Acesso em 15 abril de 2021.

colaborativo, mapas mentais entre outros recursos tecnológicos. Assim, podemos vê-lo como um instrumento tecnológico bem potente, flexível e versátil, pois consegue muita interação com os alunos, possibilitando o arquivo para ser compartilhado com outras pessoas que também podem editá-lo pelo acesso ao link da atividade.

Desta maneira, é possível inserir textos bem sintetizados, áudios, fotos, vídeos, ou seja, diversos recursos de acordo com a proposta pensada. No ambiente online há muitos vídeos de tutoriais de orientação sobre as formas de sua utilização, os tipos de recurso e as suas possibilidades de uso. Como exemplo, podemos citar o vídeo no Canal da Professora Carol Belomo⁵⁶ no Youtube, que aborda diferentes formas de uso da ferramenta e seus benefícios na educação.



Figura 27 – Imagem da tela inicial do aplicativo Padlet⁵⁷

Entende-se, dessa maneira, que a atividade de varal é bem atraente aos estudantes, pois pode agregar diversas formas de criação e realização, com abordagens e técnicas envolvendo muitas habilidades que podem seguir mais perfil dos estudantes em cada turma.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

Ao gerar registros em imagens e vídeos, é importante que as fotos em que apareçam pessoas em primeiro plano tenham a devida autorização por escrito dos fotografados. Esta

⁵⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9c79pSS37yI>. Acesso 17 abril de 2021.

⁵⁷ Disponível em: <https://pt-br.padlet.com/>. Acesso 15 abril de 2021.

garantia diz respeito não só à imagem facial da pessoa, mas a qualquer traço/parte do corpo que permita a sua completa identificação. Evitar fotos de crianças sem a devida autorização dos responsáveis e sempre articular com a direção da escola quaisquer proposta que busque ser desenvolvida na escola.

II – CONFECCÃO DE LINHAS DO TEMPO

Uma Linha do Tempo é uma representação visual de uma sequência cronológica de eventos ou fatos. Pode ser construída em forma horizontal ou vertical, ela fornece uma forma simplificada um conjunto de informações, sobre um determinado assunto, onde se poderá compreender melhor variados acontecimentos, pessoas e ações desempenharam um papel relevante em um processo histórico. Seguindo a ideia de pensar atividades colaborativas com os estudantes, é possível construir propostas de Linhas do Tempo sobre diversos aspectos da localidade e das pessoas que ali residiram ou residem. É pensar também a memória com um apelo mais afetivo.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida tanto de forma presencial, com materiais físicos ou no ambiente digital por meio de plataformas, sites ou aplicativos.

- **POSSIBILIDADES:**

O professor de História pode instigar a turma a pensar sobre quais os fatos históricos que os estudantes têm conhecimento sobre a localidade, viabilizando diversas fontes históricas para o ambiente empírico da sala de aula como livros, recortes de jornais e depoimentos. Documentos antigos, correspondências e fotos, buscando trabalhar marcos para pensar uma linha do tempo da história da cidade, bairro, região e comunidade. Outras possibilidades bem interessantes podem ser sugeridas através da elaboração da linha do tempo da própria escola, do patrono ou patronesse dela, de ex-alunos, de pessoas marcantes da comunidade (personalidades), além dos próprios estudantes da turma e suas raízes familiares. Os alunos são construtores da História. São muitas as possibilidades.

Por ser uma atividade bastante versátil, ao debruçarmos sobre a ideia da Linha do Tempo no regime de aulas presenciais é considerada a sua a criação através de cartazes, montagem de grandes painéis, em folhas A4, papel pardo, cartolinas, emborrachados, madeira, entre outros. As informações podem ser escritas, com fotos, ou utilizados recursos áudio visuais através de gravações em vídeo e/ou áudio é compartilhada usando plataformas digitais ou por meio das redes sociais.

Dentro do ensino híbrido (presencial e digital), o professor pode incentivar a turma a construir essa atividade em suas casas e fazer uma culminância, com os estudantes enviando seus trabalhos via ensino remoto, repartida com a turma no momento das aulas online e, posteriormente, esses trabalhos podem ser apresentados para as demais turmas da escola e para a comunidade através da própria internet. Assim, essa História Local também é inserida na esfera digital.

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR:**

Ao pensar sobre a Ilha do Governador, o professor pode abordar com as turmas diversas possibilidades de análise da região: por séculos, aspectos históricos ou políticos (Ilha Pré-Histórica, Sambaquis, Tupis, Colonial, Imperial, Republicana), por bairros, crescimento urbano dentro de um determinado período, crescimento de sua comunidade, linha do tempo da escola, criação de monumentos, atividades culturais, por personalidades, etc.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS:**

Utilizando o recurso do **Padlet**, por exemplo, dispomos do recurso da opção Linha do Tempo e a turma pode pensar como estruturaria a atividade, seus objetivos e conteúdos. Outra opção é acessando o site **Lucidchart**⁵⁸, onde há um fácil passo a passo para a criação dessa atividade de forma online.

Para aqueles que não têm acesso de dados de internet e não consegue acessar o ensino remoto, o professor pode deixar a explicação da atividade na escola e os alunos pegam esse tutorial, fazendo a atividade em casa, de forma escrita em folhas de caderno ou outro suporte acessível e levando para a escola no prazo combinado. Posteriormente, o professor pode fazer fotos das atividades prontas e juntar com os demais trabalhos da turma no momento da culminância.

Os trabalhos fotografados pelo professor também serão inseridos no aplicativo e, assim, todos poderão estar participando e acessando depois o resultado final através de um link fornecido ou pode ser impressos e fixados em um dos murais da escola, também privilegiando os estudantes sem acesso a internet poderem verificar o fechamento da atividade pedagógica.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

É importante lembrar que não deve pensar em única Linha do Tempo única ou engessada. Não há uma forma apenas de organizar e alinhar fontes históricas, fatos, datas, pessoas e espaços. Tais dados também variam de acordo com a abordagem desenvolvida.

⁵⁸ <https://www.lucidchart.com/pages/pt/exemplos/linha-do-tempo-online>. Acesso 20 setembro de 2022.

Assim como a História é múltipla e dinâmica, o olhar do pesquisador pode mudar de acordo com o foco da análise.

III – CRIAÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEOS

Quando falamos em espaço digital, a questão dos recursos audiovisuais e os aparelhos eletrônicos vêm logo à nossa mente como uma ideia de internet, vídeos, fotos, músicas... Refletindo a partir desse uso, uma proposta interessante é a constituição de breves vídeos com informações de alguns locais marcantes da região e usá-los como ferramenta de trabalho para as aulas. Devido à questão da Pandemia da Covid-19 e o isolamento social, a ida em a visita presencial com as turmas nos espaços não estava sendo possível e, assim, porque não viabilizar o acesso desses locais para a sala de aula numa visita virtual? Levando, assim, a rua, os espaços, até a sala de aula no sistema online e possibilitando a reflexão e bons debates entre os participantes.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida fazendo uso de aparelhos celulares para gravação e utilizando plataformas, sites ou aplicativos para o processo de edição e divulgação.

- **POSSIBILIDADES:**

Assim, a atividade pode ser iniciada pelo docente que pode ir até alguns locais marcantes e gravar individualmente com seu aparelho celular, por exemplo, um breve vídeo de 05 ou 10 minutos mostrando bem o espaço, explicando alguns aspectos do local com informações e curiosidades (considerando as construções históricas da Geografia, territorialidade, personalidades que ali viveram no passado, as alterações históricas ocorridas, as permanências, explicação da toponímia, festas, locais de lazer, problemas sociais...). Evidente que é possível mobilizar a turma para que, os próprios estudantes, que quisessem e tivessem condições, onde os próprios estudantes fariam esses vídeos curtos para serem apresentados nas aulas. Esse recurso é um importante vetor lúdico, pois envolve diversas habilidades e competências, como a criatividade, oralidade, responsabilidade, dentre outros.

Outra probabilidade é pesquisar algumas fotos desses locais, em ângulos diferentes e criar um vídeo no celular ou no computador realizando uma narração enquanto as fotos são apresentadas na tela.

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR:**

Sobre a Ilha do Governador é possível criar roteiros envolvendo espaços das comunidades insulanas, templos religiosos diversos, praças, pontos turísticos, pontos comerciais, espaços culturais, praias, avenidas, espaços da escola e seu entorno, dentre outras possibilidades. Os vídeos podem ser voltados para divulgação de algo positivo na Ilha ou de reflexão sobre algum problema grave que possa estar ocorrendo. O roteiro a ser pensado pode ser discutido em sala com os estudantes e o professor.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS:**

Os recursos como o programa **Movie Maker** (editor de vídeos) podem ser baixados facilmente no site da empresa Microsoft. Também é possível utilizar o celular ou computador como suporte para essa edição dos vídeos. Existem muitos aplicativos que ajudam na criação de vídeos a partir de fotos ou gravações, tais como **CANVA**, **INSHOT**, **CAPCUT**, **VIDEO MAKER**, etc. Um bom vídeo de tutorial sobre esse programa está disponível no Canal Vinicius Tutoriais, no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=BrxMiPQKVLl> (acesso em 22 de maio de 2021).



Figura 28 – Breves vídeos produzidos no bairro do Cocotá (Arquivo Pessoal, ano 2022)

A partir dessa atividade, esses locais da Ilha do Governador, por exemplo, podem ser levados para o momento das aulas online, onde os estudantes serão estimulados a também construir seus próprios vídeos da região que habitam ou que mais apreciam, ou ainda de possíveis problemas que eles e seus familiares observam. Dessa forma, filmar aquilo que tem mais significado naquele momento, até mesmo os desafios em que há necessidade de mudanças na Ilha.

Esses vídeos podem também serem feitos sem falas e, posteriormente, a narrativa dos mesmos poderá ser proposta pelo professor aos estudantes, ou vice-versa, onde há roteiristas elegendo as principais falas a serem potencializadas com as imagens produzidas. Também é

possível, ainda, que muitos estudantes não se empolguem tanto com algumas dessas diferentes propostas, mas é uma oportunidade de levar essa aula-passeio para dentro do espaço escolar digital, mostrando que eles também são agentes transformadores dessa História Local. É importante que o professor possa agregar a turma e não simplesmente definir todas as etapas da criação e sem a participação dos alunos na construção do conhecimento, pois quando o estudante não se envolve na atividade, há chance é bem maior de não aderir à proposta de ensino, considerando a atividade tediosa, chata ou como mais uma “obrigação visando uma avaliação futura”.

Os vídeos, ao final do trabalho, podem ser disponibilizados nas redes sociais da escola, em plataformas digitais compartilhando as informações com as demais turmas, a fim de que um maior número de pessoas da Ilha do Governador possam também participar dessas aulas virtuais guiadas. É uma maneira de potencializar a região e agregar mais pessoas na valorização do patrimônio histórico e cultural material e imaterial. Essa atividade, assim, pode oferecer melhores experiências de aprendizagem a cada um dos estudantes, confrontando as diversas realidades, fugindo do senso comum, viabilizando mais o acesso a essa História da Ilha do Governador, seja no passado ou no presente.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

Assim como nas fotografias, caso as filmagens sejam feitas aparecendo pessoas em primeiro plano é necessário observar as devidas autorizações de direito de imagem. Outro cuidado é sempre buscar fazer uso de bons equipamentos para que a qualidade do material produzido seja boa em relação ao áudio e a imagem. Criar anteriormente um bom roteiro evitando possíveis equívocos históricos durante a filmagem e sempre realizar uma edição do material antes de ser veiculado na internet ou em apresentação na escola ou comunidade.

IV – A CRIAÇÃO DE PODCASTS

Atualmente, o envio de áudios via Whatsapp é algo bem comum e, ultimamente, em sua recente atualização (final de maio de 2021), é possível acelerar sua execução. Assim, áudios longos podem ser reproduzidos rapidamente. Pensando nisso, uma atividade que pode ser mobilizada e que consome poucos dados de internet é a criação de áudios voltados para o conteúdo de História ou a criação dos chamados Podcast⁵⁹: um conteúdo em áudio,

⁵⁹ Podcasts é uma série de episódios gravados em áudio e transmitidos de forma online. Estes episódios podem ser gravados em diversos formatos, sendo que os mais comuns são entrevista entre convidado e apresentador e gravações individuais onde o apresentador comenta sobre um tema específico. De qualquer maneira, para

disponibilizado por meio um arquivo baixado ou streaming (com a transmissão ao vivo por meio da internet), a partir de algumas partes de edição definidas, podendo ser acessado a qualquer momento e de algum equipamento. É como se escutássemos um programa de rádio sobre um assunto específico, mas com a diferença de ser um conteúdo criado pelo professor ou pelos estudantes que comentam sobre um tema específico.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida fazendo uso de aparelhos celulares para gravação e utilizando plataformas, sites ou aplicativos para o processo de edição e divulgação.

- **POSSIBILIDADES:**

Esse conteúdo pode variar sobre a História Local, a partir de algo relacionado à escola, sobre personalidades da comunidade, algum monumento, região de interesse, ou memória da pessoa. Ainda pode ser considerada a criação de uma forma seriada, como em “capítulos, episódios de um programa de rádio”. As pessoas, assim, podiam ouvir quando quisessem. Os textos a serem gravados poderiam ser compilados tanto por professores ou pelos estudantes. A pauta, assim, poderia ser em formato de resumos históricos formativos, bate-papos ou em modelo de entrevistas como painel com entrevistador e entrevistado, informes de curiosidades da localidade, entre outros recursos.

Partindo do currículo ou outros conteúdos selecionados pela turma, é necessário desviar-se da rigidez e do engessamento das narrativas e das linhas do tempo tradicionais, percebendo a História Local como o espaço que apresenta diversas possibilidades. Assim, por que não gerar uma dinâmica de contação de histórias com a participação dos alunos?

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR:**

Sobre a Ilha do Governador, há uma infinidade de possibilidades de conteúdos, com os fatos históricos, aspectos culturais e geográficos, por exemplo. O professor pode propor que as turmas possam criar relatos diversos sobre a comunidade que residem, com aspectos positivos, denúncias, descrições das moradias e espaços de lazer, explicação de monumentos ou entrevistas com personalidades locais, pois o áudio poderá ser utilizado através de diversos recursos e até nas redes sociais.

qualquer formato, estes programas precisam obrigatoriamente de um tema e de alguém para realizar a apresentação (normalmente denominados hosts). Apesar de ser disponibilizada online uma das suas características fundamentais é a possibilidade de realizar o download dos episódios para escutá-los até mesmo offline. A palavra Podcast é resultado da junção das palavras iPod, referindo-se a que este conteúdo é portátil e Broadcast, referindo-se a que a sua transmissão segue o mesmo modelo das transmissões via rádio. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/podcasts/#oque>. Acesso 25 maio de 2021.

Como não observar a potência e o poder de organização desses materiais, com os relatos riquíssimos, criativos e levando essa experiência para outras turmas da escola, ou ainda a outras escolas da região, também no formato digital? Desta forma, é possível valorizar, de fato, a produção autoral dos estudantes! As experiências significativas, assim, fortalecem a aprendizagem e trazem uma melhor relação entre todos os envolvidos e àqueles que futuramente poderão ouvir esses áudios. Neste contexto, é pensado os conteúdos como vivências e experiências, proporcionando o protagonismo dos estudantes na construção dessa História, “remixando, reestruturando” narrativas, mergulhando na criatividade, fugindo da mera descrição linear de fatos históricos e dando mais voz na escolha desses sujeitos históricos.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS:**

Os Podcast são bem práticos e de simples criação. Podem ser feitos e hospedados usando sites específicos com versões pagas ou gratuitas (entre eles o Anchor, Libsyn, SoundCloud, PodBean, Buzzsprout, Simplecast, Transistor, Audioboom...) onde pode ser inseridas vinhetas, músicas, sonoplastias divertidas ao longo da execução. Esse recurso pode ser também gravado através do recurso de áudio no Whatsapp e, usá-lo para a divulgação aos demais alunos, familiares ou amigos, por exemplo.

Outra facilidade que essa ferramenta pode gerar é a acessibilidade dos alunos incluídos, portadores de deficiência visual através do acolhimento e da escuta de suas construções e esses relatos, informes, notícias sobre a localidade – fato que dificilmente teriam facilidade de se expressarem ou se somente tivessem que fazer leitura de sites, artigos, blogs... Assim, é também uma ferramenta tecnológica mais inclusiva no cenário educacional.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

O professor deve sempre estar à parte de todo o processo de criação e execução. Caso haja alguma dificuldade na preparação do material ou entre os estudantes é preciso sua intervenção. A internet é um mundo ainda a ser descoberto, daí ainda hoje chamarmos de “navegar na rede”, pois é como um vasto oceano com rotas e caminhos conhecidos e muitos perigos. Os estudantes precisam compreender que seu trabalho será ouvido por pessoas de diversas idades e localidades, logo, a fala não pode conter nada depreciativo, como xingamentos, piadas ofensivas e quaisquer ofensas. O roteiro precisa ser bem organizado, passar por uma correção ortográfica e gramatical, antes do processo de gravação. Com uma edição bem feita, possíveis erros poderão ser corrigidos, antes da divulgação do material produzido.

V – CONFECÇÃO DE NUVENS DE PALAVRAS

Não seria bem interessante iniciar um tema novo na aula de História, de forma bem interativa com a turma, percebendo o que os estudantes já conhecem desse conteúdo? A ideia das “nuvens de palavras”⁶⁰ é uma possibilidade de visualização rápida dos conceitos-chave de um determinado conteúdo, por exemplo. Ela pode ser confeccionada previamente somente pelo professor, que seleciona as palavras que transmitem o que ele quer enfatizar ou pode ser construído em tempo real com a participação dos estudantes, através de um link específico com o local para inserir as palavras.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida tanto de forma presencial, com materiais físicos ou no ambiente digital por meio de plataformas, sites ou aplicativos.

- **POSSIBILIDADES:**

Se as palavras iguais forem propostas por mais alunos, ela ganha mais destaque (ampliada) em relação às outras e a partir dessa construção o item pode ser explorado depois no momento de analisar a atividade finalizada. Assim, questões como: a palavra que mais foi escolhida e a palavra que menos apareceu, o que foi deixado de fora ou “esquecido” podem ser abordadas ao final da atividade. Desta forma, a elaboração da nuvem gera muitas oportunidades de diálogos entre os participantes. Esta atividade lúdica não expressa o caráter competitivo, mas a necessidade do sentido colaborativo na construção do conhecimento.

Essa atividade pedagógica, posteriormente, pode ser usada para debates, organização dos assuntos vistos na aula, os aspectos de maior interesse que foram escolhidos pelos participantes. Os estudantes que aprendem usando o aspecto visual também ganham muito com essa atividade, pois é bem chamativa a nuvem quando está terminada. Mesmo que uma determinada turma não tenha demonstrado entusiasmo com essa ou outra atividade, pontuamos que cada turma é única, com vivências e gostos diferentes e demonstrando a necessidade de que cada professor possa buscar o entendimento para propor atividades lúdicas ou tradicionais nos mais diversos cenários de sala de aula. Assim o docente ao adotar os recursos de ludicidade facilita a compreensão do que se propõe a atividade e contribui para minimizar a indiferença das turmas ao conteúdo abordado, tornando a aula mais atrativa e efetiva.

⁶⁰ Nuvem de Palavras é um gráfico digital, que descreve visualmente um assunto e mostra o grau de frequência das palavras em um texto. Quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico e mais divertida fica a aula. Esse recurso pode ser utilizado em atividades de interpretação e produção de textos, serve também para trabalhar com palavras-chave. Disponível em: <https://picnicdepalavras.com.br/nuvem-de-palavras-ferramenta-digital-para-professores/>. Acesso 18 maio de 2021.

A nuvem de palavras pode colaborar muito para a melhor participação dos estudantes e sua comunicação com o professor. Como muitos apresentam dificuldades de abrir suas câmeras e microfones para interagir na aula, nem todos os estudantes escrevem suas dúvidas pelo chat, logo, o professor pode usar esse recurso como alternativa de quebrar essa dificuldade de interação dos alunos com o ambiente virtual. É buscar uma ponte para melhorar essa relação de aprendizagem. Esse caminho pode ocorrer através de uma atividade divertida, participativa, lúdica, deixando a aula remota também mais agradável. Para que a aula de História possa impactar mais os estudantes, é fundamental que eles se sintam envolvidos. Na forma de ensino remoto, online, mais do que nunca, a participação se faz necessária.

A forma de uso da atividade dependerá do planejamento feito pelo professor: durante sua montagem ele poderá explicar, a partir de quando as palavras forem surgindo, mostrando aspectos curiosos ou explicações rápidas. Outra possibilidade é trazer a nuvem de palavras pronta e pedir para que os estudantes possam sinalizar quais as palavras que eles conhecem e o que podem dizer sobre elas. Também poderá ser proposta uma segunda nuvem com assuntos que eles gostariam de aprender mais sobre determinado tema.

Dessa forma, o professor pode usá-la no início, no meio ou no momento final do conteúdo, como um fechamento, revisão, por exemplo.



Figura 29 - Exemplo de nuvem de palavras com localidades da Ilha do Governador onde podemos observar palavras mais destacadas do que outras.⁶¹

⁶¹ Disponível em: <https://picnicdepalavras.com.br/nuvem-de-palavras-ferramenta-digital-para-professores/>. Acesso 22 maio de 2021.

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR:**

Assim, pensando especificamente em estimular os alunos no estudo sobre a Ilha do Governador, o professor pode simplesmente deixar que eles destaquem as informações mais relevantes, podendo nortear a ação a partir de pistas para que os estudantes possam despertar reflexões e contribuindo com ideias para escrever (nomes de bairros, praças, avenidas, regiões, monumentos, personalidades, locais de interesse, eventos, festas da região, fatos históricos e pontos de referência). Assim, a nuvem de palavras terá informações diversificadas, a partir da relação que os alunos vivem, sentem, desejam em relação ao lugar que ocupam nesse contexto e o que esse local representa para eles.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS:**

Há alguns sites que possuem essa ferramenta didática, tais como: *Mentimeter*⁶², *Wordcloud*⁶³ e o *Tagul*⁶⁴. Também há muitos vídeos com tutoriais de utilização desses ou outros sites que mostram a facilidade e a praticidade desse recurso educativo. A nuvem se forma na medida em que todos os estudantes vão respondendo às questões apresentadas. O norteamento das questões pode ser orientado pelo professor. Assim, no momento da aula síncrona, o professor espelha a sua tela na aula e todos poderão acompanhar o seu surgimento. Ele pode sugerir que eles escrevam uma, duas, três ou mais palavras para que cada aluno possa realizar a sua escolha.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

Assim como a Linha do Tempo requer um cuidado para evitar a ideia de dados engessados, homogêneos, onde o professor pode propor aos estudantes que busquem pensar aspectos diversos e temas variados.

⁶² Através do site <https://www.mentimeter.com/> basta fazer o cadastro e criar o link para gerar a nuvem de palavras. Nele é possível criar uma pergunta, apresentá-la e permitir que sua turma envie respostas através de um smartphone ou outro dispositivo. As respostas são apresentadas em tempo real e formarão um word cloud com todas as palavras e emojis enviados. As palavras ou emojis adicionados com mais frequência pelos membros da audiência terão maior destaque, tornando possível identificar rapidamente as respostas mais populares. Há versão gratuita e paga.

⁶³ Através do site www.wordclouds.com é possível criar nuvem de palavras utilizando diversas formas e imagens para dar mais visibilidade. É gratuito e deixa o usuário importar palavras de links da internet, documentos PDF ou do MS Office. Ele permite salvar as nuvens criadas em diversos formatos. É possível limitar a quantidade de respostas que uma pessoa, ocultar os resultados para que as pessoas que respondem mais rápido não influenciem as pessoas que podem demorar um pouco mais para responder, dentre outros recursos.

⁶⁴ O Tagul Wordart, <https://wordart.com/create>, é um site que pode ser usado em versão paga ou gratuita. Tem vários recursos e a nuvem de palavras pode ser feita em formatos personalizados, dentre outros recursos. Uma das dificuldades nesse site é que ele está em inglês e pode gerar um pouco de dificuldade em seu manuseio para aqueles que não dominam o idioma.

VI – ATIVIDADES GAMIFICADAS

Entende-se por *Gamificação* o uso de técnicas, mecânicas baseadas em jogos, ou seja, traz os elementos e o pensamento, a estética ou lógica de *jogos/games* para situações inseridas no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Bianca Tolomei (2017):

Esses mecanismos de regras, objetivos e resultados, entre outros, foram trazidos para o processo de gamificação, que, segundo Vianna et al. (2013), é uma tradução de gamification, termo em inglês utilizado pela primeira vez em 2002 por Nick Pelling. Os autores concordam que, por meio da gamificação, os indivíduos são mais facilmente engajados, sociabilizados, motivados e tornam-se mais abertos à aprendizagem de um modo mais eficiente. Para Alves et al. (2014, p. 76), essa prática “se constitui na utilização da mecânica dos games em cenários non games, ou seja, fora de games, criando espaços de aprendizagem mediados pelo desafio, pelo prazer e entretenimento”. Pode-se dizer que o processo de gamificação é relativamente novo, derivado da popularidade dos games e de todas as possibilidades inerentes de resolver e potencializar aprendizagens em diferentes áreas do conhecimento. (TOLOMEI, 2017, p.148)

Não se trata, dessa forma, em aplicar literalmente algum jogo específico na turma. As atividades, a fala, a narrativa pensada, a forma de explicar o conteúdo, ou os tipos de exercícios podem ser utilizados de forma gamificada, fazendo uso de recursos tecnológicos ou não. “Os jogos motivam, de diferentes maneiras, a avançar em suas etapas adquirindo recompensas à medida que os desafios são superados. Eles ensinam, inspiram e se envolvem de uma maneira que a sociedade não consegue fazer”. (TOLOMEI, 2017, p.149).

Logo, um determinado conteúdo pode ser adaptado ao seu contexto dentro dos conceitos vistos nos jogos, contribuindo para gerar mais interação, motivação, participação e engajamento das turmas, além de tornar o momento da aula mais prazeroso, significativo, dinâmico e menos tedioso. Com a técnica da gamificação, podemos propor um diálogo mais acessível entre os professores e os estudantes que adotarem outras práticas, utilizando as ferramentas educacionais e contribuindo com maior afetividade no ofício de ensinar.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida tanto de forma presencial, com materiais físicos ou no ambiente digital por meio de plataformas, sites ou aplicativos.

- **POSSIBILIDADES:**

Nas atividades gamificadas, observamos uma ampla compreensão em relação aos conteúdos ensinados, onde os alunos podem desenvolver maior capacidade na resolução de problemas, decifrando, analisando e construindo mais facilmente a aprendizagem histórica. Estes recursos permitem pensar como estes elementos e ideias, vistas em jogos, conseguem ajudar na motivação dos estudantes, no seu envolvimento com a escola e com a compreensão das aulas de História.

Outro recurso que pode ser adotado são as Mecânicas com a solução de desafios propostos, desta forma a ideia de regras a ser seguida com etapas tendo a obtenção de recompensas, a interação com os outros integrantes, a narração e a descrição de cenários e do enredo, buscando decifrar as pistas, motivando determinadas ações, superando etapas, com níveis de dificuldade, sistema de pontos, placares, quantidade de tempo disponível e resultados quantificados. A construção de atividades dessa natureza, assim, pode contribuir muito a ampliar o foco, a concentração, a participação, o planejamento, a motivação e o engajamento dos indivíduos, onde desperta nos estudantes as competências da criatividade, da flexibilidade, persistência, autonomia, iniciativa, pró-atividade, entre outros.

Todos os jogos possuem o enredo, a ideia e o percurso a serem seguidos pelos jogadores, com a construção de personagens principais e secundários, com um conceito central e traz consigo uma série de objetivos. O professor de História, por exemplo, pode articular essas mecânicas de jogos para trazer em sua narrativa conteúdos, tomando por base algumas dessas ferramentas contidas nos jogos. Como entende Alves (2004):

Há brinquedos que são desafios ao corpo, à sua força, habilidade, paciência... E há brinquedos que são desafios à inteligência. A inteligência gosta de brincar. Brincando ela salta e fica mais inteligente ainda. Brinquedo é tônico para a inteligência. Mas se ela tem de fazer coisas que não são desafios, ela fica preguiçosa e emburrecida. (ALVES, 2004, p.39):

Pensar além da ideia de causa e consequência dos fatos ensinados, linhas do tempo, proporcionando diversos ângulos, sugerindo atividades de pesquisa, levando fontes históricas e os provocando com perguntas, debates, com divisão da turma em equipes para poderem articular bem o que for proposto na aula. São atividades que trabalham para além do conhecimento teórico que a disciplina se propõe e contribuem para que os estudantes possam desenvolver uma formação integrada com outras técnicas de disponibilidade saindo de seu local de conforto (muitas vezes o assento que ocupam), o envolvimento com o conteúdo apresentado, a relação interpessoal com os colegas de turma, entre outros fatores. A cada enigma superado há a liberação de novos desafios, pistas e os estudantes seguem nessa estética de jogo até onde o professor preparou o fechamento da atividade. Nessa questão de contribuições da gamificação, Tolomei (2017), ressalta:

Dessa forma, a ideia de que o uso de games ou atividades gamificadas favorece o engajamento dos estudantes em atividades escolares tidas por eles como enfadonhas é inevitável, porque o uso dos games pode aproximar o processo de aprendizagem do estudante à sua própria realidade. Primeiramente por estimular o cumprimento de tarefas para o avanço no curso com o objetivo de alcançar as recompensas, e segundo por ser de fácil acessibilidade, tendo em vista que sua utilização pode ocorrer com celulares, tablets e computadores.

Segundo Alves (2015), atividades divertidas e gamificadas podem engajar públicos diferentes e com idades diversas. E o engajamento está diretamente ligado à relevância dos conteúdos, às pessoas e à forma como a aprendizagem é motivada. De acordo com Gee (2005), os jogos apresentam características que auxiliam no desenvolvimento de habilidades dos jogadores “em um nível mais profundo, porém o desafio e a aprendizagem são em grande parte aquilo que torna os videogames motivadores e divertidos” (Gee, 2004). (TOLOMEI, 2017, p.149)

Um bom exemplo de como o ensino de História pode integrar à atividade é o caso da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB)⁶⁵, desenvolvida pela Universidade Estadual de Campinas/SP, onde percebemos a presença ativa da proposta de gamificação: através da divisão de equipes, desafios, regras definidas, etapas, pontuação, tempo definido, premiação... Esta atividade permite desenvolver os estudantes, gerando a vontade de querer achar as respostas; proporcionado à busca de solucionar os desafios, apresentando os conteúdos de forma diferenciada, ou seja, realizando a prática docente usando a gamificação.

A partir deste conhecimento, podemos refletir sobre a possibilidade do professor de História pensar uma Olimpíada gamificada sobre a proposta da História Local?

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR:**

Pensando na Ilha do Governador, o uso do mapa é uma boa opção, pois o professor poderá abordar os nomes de locais, ruas ou regiões de destaque, pontos turísticos, monumentos... O conhecimento pode ser fruto de estudo e também de diversão, sem precisar ser chato ou monótono: essa cultura do jogar pode proporcionar momentos bons de reflexão e prazer entre os integrantes.

Ao abordar as personalidades marcantes da comunidade, pensamos em uma linha do tempo trazendo mudanças e permanências, pensando o estudo da história da escola e seu entorno. A aula de História passa a ser um grande laboratório de percepções, aprofundamentos, com a pesquisa de fontes selecionadas. Essa criação e estudo poderiam, também, fazer uso da gamificação, com a adaptação de algumas das regras como também propor desafios; podendo ou não dar uma pontuação; criar as etapas; formular, talvez, uma premiação final; dividir a turma em uma determinada quantidade de “equipes de jogadores” e traçando os desafios a serem superados. Assim, é fazermos uso da estrutura de regras,

⁶⁵ A ONHB é um projeto de extensão da Universidade Estadual de Campinas, desenvolvido pelo Departamento de História por meio da participação de docentes, alunos de pós-graduação e de graduação. Surge em 2009 e, anualmente é parte presente no calendário de muitas escolas. A ONHB é uma atividade online, desde sua primeira edição, em 2009. Busca, a partir de atividades de leitura, escrita, debate e reflexão, potencializar a aprendizagem em ambientes digitais, mas principalmente, as interações entre alunos e professores, estimulando-os a descobrir novas formas de aprendizagem de história e a atuar na construção de seu conhecimento. In: <https://www.olimpiadadehistoria.com.br/paginas/onhb13/home>. Acesso 19 maio de 2021.

mecanismos, objetivos e resultados dos jogos nas aulas de História e podendo também, inseri-las nas atividades sobre o estudo dessa História Local.

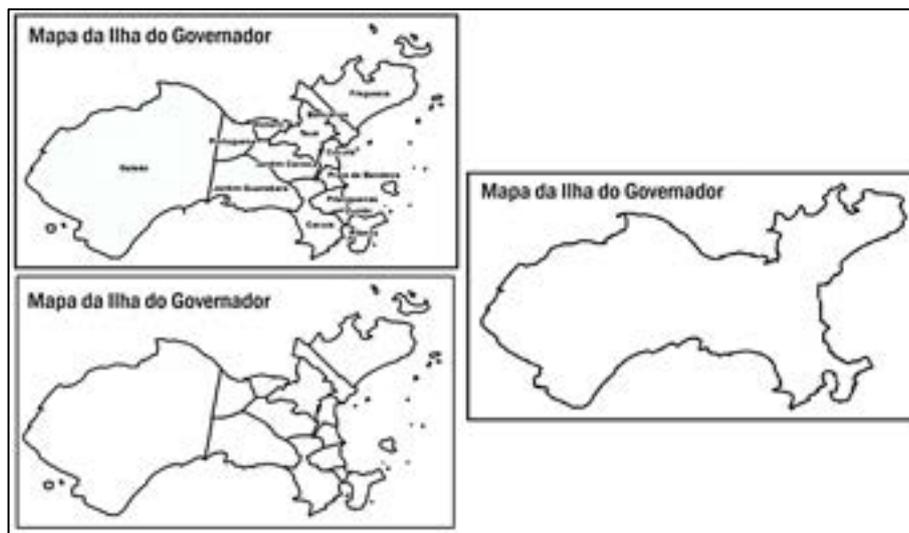


Figura 30 – Mapas da Ilha do Governador (político, mudo, limites) visando usá-lo como um tabuleiro de jogo, pensando, por exemplo, localização dos bairros, da escola, da casa dos estudantes, pontos turísticos, locais de convivência e de festas. (Arquivo pessoal, ano 2017).

Consideramos de extrema relevância que não é preciso usar todos os recursos mecânicos ao mesmo tempo. Esses fatores buscam contribuir para o melhor desempenho e compreensão da atividade, cabendo aos organizadores escolherem quais podem ser escolhidos. Sobre esta questão refletimos que pode ser uma grande contribuição para motivação da participação e da compreensão dos estudantes. Assim como as outras propostas aqui já mencionadas, o professor pode agregar a turma nessa formulação, não precisando trazer tudo pronto para sala de aula.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS:**

Na proposta das aulas online, por exemplo, o professor pode utilizar as ferramentas que dispõe no uso em suas aulas através dos recursos eletrônicos do **FORMS, JAMBOARD, CLASSROOM, SITES, DOCS, MEET, DRIVE, PADLET, COOGLE, NEARPAD e WORDWALL**, adaptando e contribuindo para que estudantes possam vivenciar e progredir nas etapas propostas. Existem alguns programas digitais que ajudam os usuários que não possuem acesso à internet, podendo ir até a escola e acessando esse material impresso e, depois de um tempo determinado, realizar a entrega da atividade proposta. Após a avaliação, os estudantes podem seguir ou permanecer ou não para outras etapas da aula.

Assim, a gamificação não é restrita ao espaço digital. Esta atividade contribui para a formação pessoal e profissional dos estudantes, uma vez que como uma escada, o conhecimento é adquirido em pequenos “degraus” e assim se não estiverem alicerçados não podemos seguir o caminho. Neste cenário do espaço digital contribui como pequenos degraus onde o aluno pode avançar em cada etapa como concluída ou permanecer até completar a tarefa proposta.

Diante desse contexto, observamos que a gamificação pode contribuir muito para gerar um ensino mais inovador e significativo, pois traz a realidade vivida pela sociedade para o chão da escola, aguçando a curiosidade e a participação da turma em um terreno em que os alunos conhecem bem que são esses pensamentos de jogos, dialogando com a sua realidade prática e podendo assim tornar a História mais concreta e próxima dos alunos.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

Em relação ao uso de vetores lúdicos é importante perceber que sua aplicabilidade e recepção por parte dos estudantes é diferenciada e nem sempre poderá ter um resultado satisfatório. Não há garantias de que uma turma ver uma atividade de forma empática da mesma forma que outras turmas. Assim, o professor precisa avaliar bem o público em sala de aula e também adaptar ações e propostas de acordo com a realidade da sua turma.

Entendemos que a ludicidade não é uma mera ferramenta que pode ser usada hoje e “guardada numa gaveta”, logo, é entender que a gamificação pode agregar muito no andamento das aulas e também em ações pedagógicas diversas. Outra questão é evitar que essas atividades visem apenas um olhar de possível competição entre os estudantes, mas sim entender como as estruturas dos jogos podem contribuir para seu desenvolvimento pessoais e na aprendizagem histórica.

VII – JOGOS PERSONALIZADOS

Sabemos como os jogos podem ser potentes para atrair os estudantes. Existentes em diversos formatos (digitais, tabuleiros, carteados, pergunta e resposta...) e temas diversos com lutas, contexto histórico, desafios, corrida, RPG, numa perspectiva de aventura, prática de esportes, de reflexos, de ação, na busca de estratégia, de escape e dos mais diversos recursos utilizados diante dos desafios apresentados. As pessoas, em geral, curtem determinados tipos de jogos ou já tiveram acesso a muitos deles, em muitos casos, na infância. Também sabemos que os seres humanos gostam de ser desafiados, buscando respostas a todo tempo desde a

infância. Assim também argumenta Rubem Alves (2011) em uma entrevista coletada no canal de YouTube (2011, 3 min.): “A missão do professor não é dar respostas prontas. As respostas estão nos livros, estão na internet. A missão do professor é provocar a inteligência, é provocar o espanto, é provocar a curiosidade”. Os Jogos, assim, também podem reproduzir sensações reais como a ansiedade, a determinação, a curiosidade, a persistência, a atenção, a motivação, a agilidade, o medo, a alegria, a perseverança e a paciência.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida tanto de forma presencial, com materiais físicos ou no ambiente digital por meio de plataformas, sites ou aplicativos.

- **POSSIBILIDADES:**

Em cada jogo há uma disposição com um estilo específico e é preciso compreendê-lo para poder superar seus desafios e chegar ao objetivo final. Sempre queremos que os alunos se apropriem das aulas ou consigam compreender o processo histórico, memorizando os principais pontos do tema, propondo ao aluno algo como imergir dentro desse mar do conhecimento histórico. Os professores sempre utilizam recursos para que o ensino possa ser envolvente, sensibilizando todos os interlocutores no espaço escolar. Desta forma, o ensino de História pode ser apresentado de forma mais compreensiva e concreta, indo além da tinta da caneta ou da folha escrita no caderno.

Na aula de História é possível trazer muitos desses jogos para ajudar no ensino, tanto na apresentação dos conteúdos, quanto em relação às questões associadas ao pensamento crítico cidadão, sendo como força motriz no engajamento das turmas, melhorando a participação nas atividades propostas e no desenvolvimento desses sujeitos. Ao conhecer outras realidades, os estudantes podem usá-las como pontes, ou seja, a partir da História local da Ilha do Governador de hoje, buscando conhecer a formação histórica da Ilha no passado, no período dos pais, de quando a família chegou à região, na inauguração da escola, da primeira visita na praça do bairro, por exemplo, gerando assim mais laços de identidade e uma maior empatia histórica.

Os jogos em estilo de trilhas, jogos de perguntas estilo Quiz, dominós personalizados e xadrez, são algumas possibilidades, porém a lista de jogos e estilos é ampla e os docentes podem levá-los para as aulas e construí-los junto com os alunos. Na experiência com a docência, as aulas são ministradas nas escolas da Ilha, onde temos a possibilidade de propor as atividades de criação de jogos físicos com os estudantes. Como a maioria dos estudantes não tem acesso amplo aos recursos tecnológicos, buscamos focar em jogos que podemos utilizar materiais recicláveis como tampas de produtos ou massinha de biscuit para a

construção dos pinos para a composição dos jogadores ou peças de xadrez/dama, papelão, isopor, cartolina ou placas de madeira para a elaboração dos tabuleiros, a utilização de papel para escrever as cartas.

A partir da matéria prima adquirida, as construções são realizadas com o protagonismo dos estudantes que usaram o conteúdo histórico como caminho para desenvolver a criatividade e a originalidade para adaptar os jogos já conhecidos ou pensar ideias inéditas de jogos. Esse é o cerne da sugestão desta atividade: adaptar, correlacionar, refletir e transpor os processos históricos dentro desse mundo dos jogos. Sobre essa atividade podemos citar alguns exemplos de jogos desenvolvidos pelos estudantes como o “Dominó dos Deuses Antigos” (adaptando as peças e as regras do jogo original e usando imagens dos deuses da Antiguidade ao invés dos números); a “trilha histórica” (através da ideia de fazer o tabuleiro contendo desenhos associado ao tema curricular e no percurso do caminho apresentar desafios que serão respondidos com perguntas sobre o conteúdo).

Desta forma, podemos considerar o “Xadrez da Guerra Fria” (adaptando as peças e as regras do jogo original, apresentando os personagens aos aspectos de EUA e URSS como itens do jogo, sendo vistos como peças do jogo – dois mísseis ao invés do cavalo, dois foguetes ao invés das tradicionais torres).

Contudo, o professor pode estimular a turma a pensar jogos inteiramente novos, com regras e aplicabilidade diferenciada. Um exemplo disso é a “Luta de Dedos no Circo Romano”: um grupo de estudantes do sexto ano do ensino fundamental construiu um Coliseu em isopor, com duas aberturas para entrada de uma das mãos, onde os dedos polegares seriam usados como lutadores. O grupo confeccionou roupas de diferentes tipos de gladiadores onde ali dentro fizeram uma disputa de dedos, onde as mãos estão unidas e vence o competidor que “captura o dedo da outra”. E neste jogo, quem vencer uma etapa avança para outro estágio, usando uma nova roupa no dedo e assim vai até a “final” da partida. Interessante é que, durante a participação nesse jogo, à pessoa vê o coliseu, entende seu uso, observa seu formato, percebem a importância do gládio e o que era a ideia de circo naquele contexto, os diferentes tipos de lutadores e todos esses conteúdos da Roma Antiga sendo abordados de forma diferenciada aos estudantes.

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR:**

Pensando o ensino da História Local da Ilha do Governador, podemos pensar no mapa da Ilha (atual ou antigo com os modelos disponíveis) as informações históricas como um grande tabuleiro físico ou digital? O Brasão e o Hino da Ilha podem ser ícones que ajudem na

construção do local para a obtenção de pistas ou desafios, monumentos e prédios podem virar pinos de uso dos jogadores, assim como fotos antigas ou recentes também podem ser utilizadas. Neste sentido, podemos empregar as informações através da divisão dos bairros, localização das praias, praças, outras escolas, morros, favelas, estabelecimentos comerciais de destaque na região, locais históricos, elaborando, assim, um jogo dinâmico e integrativo.

Os recursos adotados da construção dos ícones podem ser cartas com informações e imagens, com a criação dos pinos personalizados com a aparência de alguns locais ou personagens insulanos, entre eles o Gato Maracajá, o Canhão, as Igrejas, os barcos, elaboração de cartas, dominós personalizados, trilhas e caças ao tesouro com a Ilha constituindo o pano de fundo. A partir desses exemplos, observamos que são muitas possibilidades de trazer essa História Local para junto das turmas podendo contribuir numa maior mobilização, participação e engajamento efetivos dos estudantes.

As etapas e tarefas podem ser mobilizadas pelo professor na aula presencial ou síncrona, desta forma os estudantes podem fazer apontamentos, sugerir temas e formas de ação. Um exemplo é o professor utilizando a imagem do mapa que já está espelhado na tela para a turma (no caso do ensino remoto), propondo alguma pergunta inicial, traçando os desafios para os estudantes (podendo ter uma atuação em duplas ou em grupos) e eles construindo suas respostas aos poucos, respondendo no microfone ou pelo chat. Os estudantes podem contribuir mostrando fotos antigas ou atuais e criar em cima delas algumas reflexões, perguntando o significado de algumas toponímias da região, onde os estudantes podem buscar através da internet; sugerindo que os alunos possam criar possibilidades de *games* usando ferramentas que já possuem conhecimento.

O modelo desta atividade é diverso e dinâmico, podendo variar de turma para turma, pois há vários tipos de interesses e possibilidades que os estudantes podem agregar e se interessar em realizar. Alguns alunos podem querer trabalhar fotos, outros podem querer fazer entrevistas, outros ainda podem querer buscar reportagens em jornais ou internet. Assim, essas aulas poderão estimular muito os estudantes no processo criativo como um dos grandes ganhos dessa atividade pedagógica.

É importante frisar que o objetivo maior em trabalhar esses jogos ou brincadeiras (forca, caça-palavras, quiz, dominós, trilhas, cruzadinhas...) estão relacionados à construção do conhecimento histórico local não ficando na competitividade entre os alunos, em quem vence ou perde, ou em ter a maior pontuação, mas viabilizar a oportunidade de trabalhar aspectos positivos desses diversos vetores lúdicos que podem despertar gosto pelo

aprendizado da História Local e também da história nacional, global, através das atividades desenvolvidas com prazer e diversão.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS:**

No contexto do ensino remoto através dos recursos das aulas online, o professor pode trazer essa prática adaptando alguns jogos. A partir desta proposta, os alunos podem criar o jogo em suas casas e fazer fotos ou breves vídeos jogando com seus familiares. Outra possibilidade é o uso de algumas ferramentas digitais específicas para criar determinados jogos como o KAHOOT, QUIZLET, LEARNING APPS, QUIZIZZ e PADLET. Ou ainda há a possibilidade de adaptar alguns jogos conhecidos e utilizados pelo professor para a construção dos tabuleiros, as regras, os pinos ou peças, os dados, as trilhas, a caça ao tesouro, os carteados ou ainda um quiz com perguntas. Os recursos podem ser adotados por diversos programas do PowerPoint, Paint, Jambord, Google Forms, Google Apresentações ou Word.

O aplicativo KAHOOT, por exemplo, é um jogo com o estilo de perguntas e respostas e possui um link que é gerado permitindo aos usuários o acesso e a inscrição como um jogador criando um *avatar* (com apelido), sendo inserido num ranking ao vivo com os todos os demais participantes e com as devidas pontuações alcançadas a cada final de rodada, ao responder cada uma das perguntas.

Quanto mais rápida a resposta do participante, maior será o número de pontos recebidos em cada pergunta, ou seja, aqueles que possuem uma leitura rápida ou possuem maior conhecimento do tema, possivelmente, terão mais oportunidades de conseguirem um número maior de pontos. Assim, o tempo é um recurso precioso para conseguir ficar entre os primeiros na classificação final. Cada jogador participa utilizando seu próprio aparelho, gratuitamente, sendo bem prático e acessível aos participantes. Mesmo se a conexão dos estudantes for fraca, o aplicativo somente contabiliza a diferença de tempo em que o estudante vê a pergunta e a responde, daí não haver prejuízo por conta de uma conexão de internet mais lenta ou ruim.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

Ao criar os jogos digitais ou físicos é sempre importante perceber se a pesquisa realidade apresenta algum equívoco, informações imprecisas, se a atividade foi bem desenvolvida entre os estudantes, se os jogos possuem regras definidas, com proposta e objetivos claros, se o tempo de realização não seja muito longo. O professor precisa alertar as turmas, para que possam inventar nomes criativos para seus jogos, impedindo possíveis plágios – caso os jogos sejam disponibilizados na internet, evitando, assim, possíveis

problemas futuros. Caso seja possível, peça aos grupos de alunos que confeccionem manual com as regras e também uma caixa personalizada, para guardar o jogo e deixá-lo para uso dos demais alunos da escola.

VIII – A CRIAÇÃO DE MAPAS MENTAIS

Uma das grandes dificuldades que muitos estudantes têm apresentado nas aulas é a capacidade de gerar compilações, resumir informações e organizar ideias. Sabemos o quanto os professores se esforçam para ajudar a mitigar os obstáculos para os estudantes montando estratégias, exemplificando com recursos através de esquemas e formas de resumos, usando desta forma o espaço do quadro na sala, elegendo tabelas, tópicos, esquemas com setas entre outros.

A partir dessa percepção, a ideia de construir os chamados Mapas Mentais é algo bem simples e pode contribuir para facilitar o ensino, com a fixação de conteúdos, possibilitando mais recursos para as avaliações. Também conhecidos como Mapas Conceituais, essa estratégia de atividade consiste em aguçar bastante a criatividade, pois pode ser idealizado de muitas formas. Sobre essa questão, assinala Glaucia Keidann (2013):

Mapas mentais são formas de registrar informações. Segundo Buzan (1996), o criador desta técnica conhecida no inglês como Mind Maps, são ferramentas de pensamento que permitem refletir exteriormente o que se passa na mente. É uma forma de organizar os pensamentos e utilizar ao máximo as capacidades mentais. Ao analisar um mapa mental, é possível verificar uma série de ideias a respeito de um tema central, as quais se entrelaçam e compõem o assunto. Esse método de ensino possui alguns componentes em comum, como os tópicos com seus conteúdos, símbolos, palavras e desenhos. Normalmente os tópicos são dispostos no sentido horário. Por ser uma ferramenta de pensamento, independe de qualquer tecnologia para ser elaborado, podendo ser desenhado manualmente com a utilização de um simples lápis, traduzindo uma lista de conteúdos desordenados e exaustivos num modelo de conhecimento de fácil memorização e conteúdos sucintos e objetivos de forma ordenada.

Um mesmo assunto pode originar distintos mapas mentais, elaborados por uma mesma pessoa ou por pessoas distintas, pois ele depende da forma como pensamento é desenvolvido ou estruturado referente ao tema central, variando também conforme o conhecimento que a pessoa que o irá elaborar detém e sua forma de particionar e organizar as informações relevantes ao tema do mapa. O tema central é o assunto que origina o mapa, com seus conteúdos dispostos em tópicos e subtópicos. (KEIDANN, 2013, p.1-2).

Os Mapas Mentais, assim, são resumos cheios de símbolos, cores, setas, tópicos e frases curtas ou palavras de efeito com o objetivo de organizar um determinado conteúdo, facilitando possíveis associações entre as informações selecionadas e destacadas. Assim como a atividade de “Nuvem de Palavras”, esses mapas ajudam muito aos estudantes que conseguem aprender melhor com os estímulos visuais. A ideia de mapa pode ser associada ao

“mapa do tesouro” onde nesse mapa específico o prêmio será esse aprendizado diferenciado com as “pistas” que serão inseridas nele.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida tanto de forma presencial, com materiais físicos ou no ambiente digital por meio de plataformas, sites ou aplicativos.

- **POSSIBILIDADES:**

Esta atividade pode ser realizada utilizando uma folha de papel e canetas coloridas, por exemplo. Pode conter desenhos ilustrativos, com um título bem destacado e as demais informações organizadas nesse espaço. Nesse momento de ensino remoto, os estudantes podem criá-lo, fotografar e enviar a imagem (através de recursos via e-mail, plataforma digital e Whatsapp ou deixá-la na escola) para a avaliação posterior do docente.

Entender essa didática como “uma raiz” é muito interessante, pois nas raízes temos a absorção dos alimentos da planta, sua sustentação no solo, assim como podemos ver a escola: local onde esse estudante se alimenta de diversos “nutrientes”, fortalecendo vários aspectos de sua personalidade, identidade, sociabilidade, valores com as ligações que muitos desses alunos têm dificuldade de se conectarem. A raiz também é descrita pela suas ramificações, e podemos comparar como a oportunidade de perceber caminhos diferentes, os quais se espalham pelo solo, da mesma forma que nós nos conectamos com familiares, vizinhos, colegas de turma, professores e demais membros da comunidade escolar, com o local que vivem... Entender a História Local é ir além do “espaço”, é ir de encontro também com o “humano”, estando enraizado e em rede.

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR:**

Quanto ao estudo da Ilha do Governador, o professor e os estudantes podem trazer diversos elementos: fatos históricos, problemas sociais, aspectos geográficos, econômicos, abordagens culturais com possíveis melhorias, festividades, localização dos bairros, favelas e demais comunidades; desenvolvimento urbano, surgimento de comunidades, fundação da escola, nomes dos bairros, praças, praias, locais de lazer, pontos turísticos, pontos culturais e locais das feiras livres, ou seja, com a compilação das informações, é possível gerar mais afeto desses estudantes, construindo uma base sólida com raízes mais profundas do conhecimento.

Eles, dessa maneira, podem ser criados através de dispositivos eletrônicos de forma virtual ou usando materiais como papel e caneta, conforme podemos observar nos exemplos abaixo:



Figura 31 – Mapa Mental digital sobre a Ilha do Governador. (Arquivo Pessoal)



Figura 32 – Mapa Mental físico sobre pontos de interesse nos bairros da Ilha. (Arquivo Pessoal)

A partir da observação dos dois mapas sobre o mesmo conteúdo curricular, podemos perceber que ambos trazem as informações arrumadas de forma semelhante, dispostas no entorno do título e os assuntos aparecem com letras e cores destacadas com seus respectivos resumos abaixo e com a mesma cor, visando uma harmonização para facilitar mais a sua compreensão. Dessa forma, o professor pode fazer uso desse recurso como uma forma de sistematizar, dinamizar mais a sua explicação ou propor que sua turma possa criar tal

ferramenta de forma criativa, a partir dos conteúdos ensinados ou de pesquisas individuais. Segundo Paulo Freire: “ensinar não é apenas transmitir conhecimentos, mas criar novas ações para sua criação ou produção” (Freire, 1996, p. 25), logo, é preciso também trazer novos horizontes de possibilidades criativas para as turmas, aguçar a curiosidade e estimular sempre mais a participação dos estudantes.

Observamos que a participação do estudante no entendimento da História da Ilha do Governador será de extrema relevância, pois as indagações no processo de ensino contribuirão para que o aluno possa entender a potência histórica que sua localidade pode, de certa forma, se relacionar dentro do contexto da Cidade do Rio de Janeiro, do Estado do RJ e do Brasil. Todavia ao estudante buscamos proporcionar o seu protagonismo para que ele possa problematizar seu próprio contexto histórico, pensar, descrever, eleger problemas e soluções que sejam parte de seu cotidiano. E através das inquietações sobre suas vivências e o cenário apresentado, viabilizar a possibilidade de provocar o olhar crítico sobre o “mundo dele”, contribuindo assim, para a reflexão sobre a sua realidade.

Assim, conhecer bem a História da Ilha do Governador nos faz pertencer de fato à região, fortalecendo efetivamente os laços com os diversos espaços e pessoas no lugar em que vivemos. Desta forma, passamos a valorizar, preservar e a divulgar esse processo da História Local.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS:**

Da mesma maneira, é possível construí-lo de forma digital, a partir de alguns sites específicos (Coggle, Mindmeister, Mind Node e Canva) ou através das ferramentas do computador, tablet e celular mais conhecidas como os programas do Word, Paint, PowerPoint e Corel Draw. O recurso do Power Point, por exemplo, dispõe de arquivos já previamente compilados para serem adaptados em jogos em estilo perguntas como modelos do “Show do Milhão” ou “Passa ou Repassa”.

Todos esses recursos são fáceis de encontrar na internet e instalar no computador. Posteriormente, as perguntas relacionadas ao conteúdo podem ser criadas e verificam-se os desafios que serão propostos. É uma estratégia interessante que contribui para uma organização mais sistematizada dos conteúdos ensinados e traz elementos de criatividade, dinamismo, produção artística e também textual.

Com as aulas online, o professor pode solicitar que os estudantes preparem esses mapas de acordo com o conteúdo proposto, podendo ser uma forma de avaliação ou como dica diferenciada de elaboração dos resumos, além de mostrar à turma uma forma inovadora

de estabelecer as relações entre os assuntos mais relevantes do tema. No que se refere à História Local, por exemplo, trabalhar a história da escola e suas principais características, realizações, localização, quantitativo de estudantes, turmas e projetos já realizados. A escola passa a ser o referencial do mapa mental. Outra possibilidade é pensar o local de cada estudante inserido no território e quais os pontos que poderiam ser inseridos no mapa a partir dos entendimentos e pesquisas feitas pelo referido estudante tomando como centro a sua rua ou bairro?

Durante as aulas, o professor pode explicar como é o procedimento de elaboração dos mapas, sua importância, trazendo alguns exemplos digitais e outros físicos, fornecendo dicas e informando possíveis modos de construção. Desta forma, o docente pode acompanhar a construção dos estudantes, tirando dúvidas, possibilitando maior compreensão das atividades que enriquecendo muito com ações concretas por parte dos estudantes. Neste cenário, a aula torna-se mais interessante indo além da fala única do professor na narração dos fatos históricos.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

Todas essas atividades propostas pretendem trabalhar o entendimento do universo cultural desses estudantes, como ele entende seu tempo e podendo realizar ligações com épocas distantes. A juventude é algo singular e única. Todavia, os seus processos de aprendizagem não devem ser engessados, tendo, assim, a necessidade de se buscar um ensino de História que possa alcançar e valorizar essa diversidade de interesses. Esses estudantes também precisam ser percebidos! Não estão ali meramente “habitando o espaço da sala de aula ou da escola”. A prática educacional necessita ser recíproca e construída, integrando efetivamente o processo educacional.

É preciso ter o cuidado na eleição dos tópicos, pesquisar com cuidado e evitar imprecisões, quanto aos pontos que serão inseridos nos mapas mentais e perceber que eles podem abraçar outras possíveis análises e formatações. Não há uma formatação única. É uma atividade bem interessante e que os estudantes devem poder ter a oportunidade de também buscar informações e construí-lo junto com o professor.

IX – A CONSTRUÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Para as crianças e adolescentes em geral, a ideia de desenhos animados e histórias em quadrinhos é algo ainda visto em sua rotina. Há diversos exemplos e tipos de revistinhas em

quadrinhos disponíveis em bancas de jornal e, ultimamente, em versões digitais. Algumas editoras, nesse momento de Pandemia da Covid-19 e com o isolamento social, gentilmente, cederam gratuitamente diversos números de suas revistas em forma de arquivo digital, para as pessoas acessarem via internet e salvarem em celulares e demais dispositivos via Whatsapp, disponibilizaram inúmeros desses arquivos de revistinhas da Turma da Mônica, por exemplo, ao longo do ano em dispositivos móveis.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida tanto de forma presencial, com materiais físicos ou no ambiente digital por meio de plataformas, sites ou aplicativos.

- **POSSIBILIDADES:**

Em minhas vivências educacionais, recordo-me que no tempo escolar, no período do ensino fundamental na rede municipal na Ilha do Governador, tivemos a oportunidade de estudar com docentes de História que desenvolveram nas turmas, o projeto de construção de revistas em quadrinhos adaptando assim os conteúdos históricos. Nas aulas das professoras Vera Bento Barrocas e Vera Carvalho, ambas solicitaram às turmas que buscassem adquirir revistinhas antigas para realizarem a atividade do recorte e colagem dos personagens ou cenas, realizando a montagem dos novos quadrinhos com os diálogos do tema da aula. Para esta atividade os recursos materiais utilizados baseiam-se em folhas de papel A4 dobradas ao meio e afixadas ao centro com grampo de grampeador, apresentando a semelhança de uma revistinha tradicional.

Os quadrinhos eram desenhados a lápis, com auxílio de régua e depois passávamos a caneta preta ou azul por cima. Algumas vezes coloríamos com lápis de cor, lápis de cera ou canetinhas hidrográficas. Todo o trabalho tinha como condição para a sua realização o desenvolvimento da criatividade e a articulação motora para a realização da atividade. No início da década de 1990 não havia popularização da internet ou computadores, logo essas atividades eram 100% manuais e a qualidade variava, pois se no grupo havia algum estudante com maior habilidade artística ou criatividade. O grupo que não quisesse recortar personagens de revistinhas poderia optar por desenhar seus próprios personagens. O trabalho era desenvolvido respeitando as competências dos integrantes dos grupos de forma a construção de uma equipe de trabalho.

Mesmo depois de décadas, essa atividade de aula deixou recordações e memórias afetivas, pois foi diferenciada, lúdica, de forma bem interessante que mobilizou as turmas e todos queriam apresentar uma história distinta. Assim, o ensino foi para além da sala de aula, pois após 20 anos é possível lembrar com riqueza de detalhes da atividade e do tema

abordado, neste caso os temas trabalhos pontuaram questões sobre o período da Pré-História, Revolução Industrial, Eleições e Independência do Brasil.

Essa atividade pode ser amplamente empreendida atualmente nas escolas. É possível realizá-la no mesmo formato das professoras citadas, de forma manual, com os estudantes criando seus personagens ou reutilizando recortes de revistinhas em quadrinhos, construindo os diálogos e a narrativa a ser inserida no enredo. Após o término da atividade e contando com os recursos atuais, o docente pode propor fotografar as páginas da revista e serem enviadas para a escola, compartilhar na tela durante a aula ou entregar a tarefa na escola caso o estudante não tenha acesso à internet.

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR:**

Com relação à Ilha do Governador, os personagens podem ser atores históricos que marcaram uma determinada época, pessoas marcantes na vida dos estudantes ou personagens ficcionais para representarem algo relacionado à História da região ou algo específico da atualidade insulana, ao roteiro preparado para a historinha em quadrinhos. Nesse terreno é que a criatividade se insere e passam a fazer morada. Os trabalhos realizados neste formato contribuirão para a troca de ideias, trazendo mais diversidade de pensamentos, mais potencialização, impacto das opiniões de cada um dos membros e construindo ricos debates. Neste sentido, cada participante torna-se um afluente de um grande rio que é o grupo.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS:**

Com o uso da tecnologia, há alguns sites que ajudam nessa criação de quadrinhos (Pixton, Storyboard That, Make Beliefs Comix, Witty Comics!, Stripcreator, Pencil, Adobe Spark, Canva, Manga Studio EX, Comiqs, Bitstrips...) trazendo os espaços dos quadrinhos já definidos, dos personagens e cenários já disponíveis e os estudantes apenas redigindo os diálogos. A atividade pode também proporcionar mudança de cenários e que o discente possa desenhar os personagens. Neste sentido, podemos ainda utilizar os recursos tradicionais do computador como Paint, Word, PowerPoint para recortar os personagens já prontos, adaptando a construção das suas narrativas, inserindo imagens diversas para os cenários, literalmente construindo a revista em quadrinhos do início ao fim no formato digital.

É possível também transformar os vídeos ou fotos em imagens próximas aos desenhos, através de aplicativos de edição de imagem como o Adobe Photoshop & Lightroom, Canva, Photoshop, Comica, Deep Art Effects, Deep Art Effects, Varnist, Cartoon Photo, PortraitAI, Prisma, MomentCam Cartoons e Emoticons semelhante a diagramação dos quadrinhos. Assim, aquelas fotos das aulas-passeio ou as fotos dos alunos em algum ponto local do bairro

podem ser editadas e formarem um quadrinho. Através de filtros de edição, essas ferramentas deixam as fotos com aspecto de desenho animado e quadrinhos. Alguns recursos oferecem diferentes estilos de edição, desde o desenho animado à obra de arte. Posteriormente, os alunos vão inserindo as partes do texto: os diálogos e o enredo geral da História. Assim, essa atividade pode gerar revistas físicas ou digitais.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

Como é um projeto de construção de uma história, é necessário realizar uma pesquisa profunda para evitar quaisquer equívocos e criar um roteiro leve sobre o tema que for proposto. Caso ele seja construído manualmente, é importante alertar que os desenhos dos personagens e dos ambientes não são necessariamente o ponto de maior ênfase, mas sim as falas ditas, trazendo esse processo histórico. Também observar falas ou desenhos que gerem possíveis polêmicas. Caso sejam recortados personagens já impressos, é importante inserir ao final do trabalho, a devida indicação.

X – A CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS E SÍMBOLOS LOCAIS

Os símbolos são partes importantes na construção de identidades de agremiações, grupos políticos, instituições e nações. Eles provocam muitos sentimentos a quem os observam, com aspectos positivos e até negativos, pois são carregados de significantes e significados. Hinos, brasões de armas, escudos e bandeiras são alguns exemplos de símbolos, os quais estão bem presentes em nossa sociedade até hoje: símbolos cívicos e identidades visuais.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida tanto de forma presencial, com materiais físicos ou no ambiente digital por meio de plataformas, sites ou aplicativos.

- **POSSIBILIDADES:**

Ao pensar uma bandeira, por exemplo, buscamos identificar uma coletividade gerando uma carga simbólica mais forte e mais emocional ao grupo em que ela está representada. Dessa forma, pensando que as pessoas continuam precisando se identificar com um grupo, identificamos a bandeira como uma ponte, numa potente. Segundo Mueller (1988):

A capacidade para identificar uma pessoa por seus emblemas heráldicos logo se tornava comum, por isso, tanto ao soldado como a todas as classes da população. Em consequência disso, o uso de tais signos não demorou em estender-se a funções não bélicas ou militares. À época das Cruzadas e mesmo nos tempos subsequentes, o homem normal geralmente era analfabeto e, portanto, incapaz de identificar uma

assinatura; podia reconhecer facilmente, porém, um emblema heráldico Disseminou-se por isso o uso de brasões, gravados nos selos usados para identificar cartas e outros documentos, reproduzidos nas vestes e em tapeçarias, aplicados a utensílios e objetos pessoais, esculpidos na fachada e no interior de castelos e igrejas ou nas lápides sepulcrais (MUELLER, 1988, p.26).

O processo de reflexão e de criatividade será fundamental para o desenvolvimento da atividade, pontuando o motivo de aderir ou de excluir possibilidades em suas escolhas. Ao final da atividade, as bandeiras dos alunos podem se tornar um grandioso Varal Virtual, ou painel na escola, por exemplo, sendo divulgadas nas mídias sociais da escola para a apreciação de toda a comunidade escolar.

O conhecimento do lugar onde vivemos é de extrema relevância. Desta forma, as atividades dessa natureza ajudam a desenvolver o pertencimento e a satisfação em nascer e/ou morar nesse território. Conhecendo, se entende como parte integrante, passando a valorizar e a enraizar nossas memórias. É fundamental percebermos os estudantes como sujeitos ativos, efetivos e envolvidos no processo de construção das narrativas que ajudam nessa compreensão e apreensão desses “entorno” onde habitamos e como nos relacionamos com ele.

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR:**

No caso da Ilha do Governador, há um brasão e um hino oficiais, porém sem uma bandeira. O hino foi muito difundido em escolas, igrejas e eventos insulanos, entre as décadas de 1970 e 1980, contudo, atualmente, poucos são os que o conhecem e fazem uso dele na região. Deste modo, o professor de História poderia propor um concurso ou uma atividade de confecção da bandeira insulana com suas turmas. Tal ação é possível tanto nas aulas remotas quanto em momentos presenciais. Ele pode levar alguns exemplos de bandeiras conhecidas (estaduais, municipais, times de futebol, clubes...), explicando o sentido geral das cores, o significado das partes do brasão e outros elementos, estimulando, assim, a criatividade dos estudantes. Cada turma, por exemplo, poderia pensar um brasão e bandeira ou dividir os estudantes em grupos menores e até de pensar essa atividade de forma individual.

Nas bandeiras e brasões, as cores podem representar situações, sentimentos e virtudes diversas. Os desenhos escolhidos e seus traços podem representar fatos, pessoas, eventos, construções e ideias. Pensando nessas construções, uma proposta que desperta grande interesse consiste em pensar na criação da bandeira dos bairros ou da região. Caso já exista uma bandeira, pode-se propor realizar a sua releitura, refletindo com os alunos a possibilidade de reformulá-la e como ela seria apresentada na atualidade? Quais os elementos seriam inseridos? Quais poderiam ser modificados? Algum elemento não faria parte? Por quê? Quais

cores seriam eleitas? Quais os fatos ou personagens poderiam ser eleitos para realizarmos a sua composição?

Tomando como exemplo o brasão insulano confeccionado em 1961, a pedido do então governo do Estado da Guanabara:



Figura 33 - Brasão de Armas da Ilha do Governador criado em 1961(Arquivo Pessoal, 2022).

No Brasão da Ilha, observamos alguns referenciais históricos, políticos, geográficos e da fauna associando a localidade da Ilha do Governador com a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo. Contudo, não é necessariamente imperativo que a bandeira apenas contemple fatos históricos, assim, podem ser inseridos aspectos culturais, geográficos, religiosos, informações específicas que possam contribuir para a compreensão do estudante, o seu valor histórico, o seu pertencimento com a História Local, apresentando a relação de proximidade e que contribua para o seu aprendizado.

Depois de finalizada a atividade pode-se adotar o recurso de realizar uma foto da atividade e encaminhar ao professor, por meio do correio eletrônico, ou outro meio digital ou ainda, os estudantes podem entregar pessoalmente o trabalho impresso na escola. A atividade pode ser individual ou em grupo (principalmente se for à modalidade de aula presencial), além de também ser construída manualmente em folha A4, por exemplo.

A Ilha, em si, traz à tona a ampla presença de povos ancestrais como os Sambaquis e os Tupis-Guaranis Temiminós. São lendas, mitos, monumentos, nomes de bairros, diversos nomes de ruas e praças, todavia, não podemos observar claramente a participação, a contribuição dos escravizados africanos e de sua cultura na Ilha. Pouco se tem documentado

de áreas quilombolas, quantitativo de habitantes em situação de escravidão no período colonial e imperial, além das manifestações culturais e religiosas desempenhadas.

Nas últimas décadas cresceu muito na Ilha a participação de movimentos negros, associados à cultura do Samba com as agremiações na região, rodas de sambas, maior visibilidade dos terreiros de Umbanda e Candomblé, a criação de um monumento dedicado à Iemanjá na Praia da Freguesia, em 1999, por ação de moradores da região, além de rodas de capoeira crescer em praças e parques. Há o surgimento das favelas e comunidades e como se deu seu desenvolvimento, seus desafios e contribuições culturais e históricas, pessoas de destaque dentro desses grupos..., enfim, é possível pensar também sobre tais aspectos e trazer um olhar mais amplo para além das áreas centrais da Ilha e privilegiar os espaços ditos periféricos. Esses grupos também são uma grande potência histórica, pois ajudaram a compor a população e cultura insulana ao longo do tempo.

A partir de tais símbolos, professor e estudantes podem iniciar esse resgate, trazer vozes a esse passado ainda muito silenciado, escondido em muitas camadas de invisibilidade que a maior parte da população insulana ainda possui sobre os nativos, os africanos, os imigrantes, os migrantes, ou seja, todas as pessoas que foram compondo a Ilha ao longo dos séculos.

Além do Brasão, o hino também pode ser trabalhado com tais questões, além de poder eleger novos atores e elementos para compor as estrofes e trazer uma análise mais profunda da Ilha do Governador atual. Abaixo observamos a letra do hino da Ilha do Governador:



Figura 34 – Letra do Hino da Ilha do Governador (Arquivo Pessoal, ano 2021),

O professor de artes e música, por exemplo, podem ser convidados a participar em conjunto da atividade; contribuindo nas orientações quanto à estrutura, harmonia, cores, arranjo, melodia... Na letra do hino há menções históricas e geográficas, abordando também alguns personagens (Estácio de Sá, Maracajás) e a paisagem. Poderia ser reescrito abordando realidades mais atuais? Com outros elementos e melodia? Uma releitura ou a proposta de um novo hino feita pelos estudantes? Assim, um símbolo já existente pode ser ressignificado pela comunidade.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS:**

Os recursos tecnológicos que podem ser usados para a criação digital da bandeira, desde aplicativos, sites ou as ferramentas de imagem e texto do computador ou celular (Word, Paint, PowerPoint, Canva...) são de grande diversidade. O ponto essencial da atividade é o envolvimento dos participantes em perceber quais aspectos podem estar relacionados com a construção de símbolos que buscam trazer elementos considerados significativos à sua pessoa e comunidade a qual faz parte. A respeito da presença de símbolos heráldicos no nosso dia-a-dia, enfatiza Mueller (1988):

Na pintura, na escultura, na publicidade, na arquitetura, nos selos postais, nas capas de discos, em livros e em revistas, nas placas de sinalização de trânsito, nas insígnias dos clubes, nas marcas comerciais, nos veículos de transporte, nas condecorações governamentais, na moeda circulante, nos rótulos de garrafas de vinho e de uísque, nas mercadorias expostas em um supermercado — até no invólucro de um simples picolé! Ao longo dos séculos modificou-se, portanto, o significado social e legal dos escudos d'armas (...) e de sua irrefutável presença e enorme influência na nossa vida cotidiana. (MUELLER, 1988, p.27)

Assim como citado em relação à bandeira, o professor pode estimular também a criação de um brasão, um hino, um escudo...; seguindo a mesma percepção de mostrar aos seus estudantes que eles podem escolher os elementos a serem inseridos e organizados. Também que eles possam compreender bem quais os recursos adotados e que possam justificar as suas escolhas na elaboração dessa atividade lúdica.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

Mesmo com tantas dificuldades de alcançar a totalidade dos nossos estudantes, não conseguindo o pleno uso da nossa prática docente, através das ferramentas educacionais que, muitas vezes, o docente não dispõe, dos recursos tradicionais que estamos familiarizados, das avaliações e das didáticas rotineiras, o professor sempre terá o papel fundamental e de extrema relevância diante dos desafios que o ensino remoto emergencial e o ensino híbrido geraram e ainda tem gerado. A tecnologia ainda é apenas um meio, mas não o objetivo gerador do conhecimento histórico escolar.

Consideramos que o professor de História destaca-se pelo desempenho da função na construção do conhecimento da História local, não limitando na transferência do seu aporte para terceiros, mostrando sempre as múltiplas faces da História às suas turmas, através da análise profunda das fontes históricas, das diferentes linguagens e do método historiográfico.

Um cuidado importante é sempre buscar agregar um maior universo possível de realidade, atores e locais, evitando silenciamentos, camadas de esquecimento e exclusões de determinados grupos. Também não se devem enaltecer poucos referenciais e o pensamento de uma História única e meramente linear. Seja hino ou bandeira, que eles possam dialogar mais profundamente com a população que eles representam.

XI – CAPACITAÇÃO DE MONITORES EM VISITAS GUIADAS

Imagine que sua escola consiga ter estudantes que contribuam com falas e explicações em aulas externas guiadas pelo professor. Seria algo bem estimulante dentro do universo estudantil da escola? Para compor essa realidade, caso seja possível, a escola ou o professor podem propor a criação de uma disciplina eletiva no contraturno (sendo a melhor opção) ou conseguir separar algumas aulas para ação.

Se observarmos todas as propostas citadas, notamos a possibilidade de aplicabilidade nas turmas regulares, e com o tempo, muitos estudantes, passarão a possuir um grande acervo de entendimentos, informações, reflexões a respeito da História Local, poderão construir manuais ou cartilhas (físicos ou como e-book), construir jogos personalizados trazendo diversos aspectos da localidade podendo criar símbolos, entender o espaço associando elementos geográficos, históricos, sociais, culturais..., logo, agregando um arcabouço teórico muito potente que poderá ser canalizado em ações concretas mais profundas.

- **MEIO:**

A atividade pode ser desenvolvida tanto de forma presencial, com materiais físicos ou no ambiente digital por meio de plataformas, sites ou aplicativos.

- **POSSIBILIDADES:**

Uma turma que realizou essas atividades podem multiplicar esses aprendizados para outras turmas, organizando palestras, feiras culturais sobre a História Local, trazendo convidados da comunidade para compartilhar vivências e memórias, criar murais e varais elegendo a evolução histórica do lugar ou bairro ou cidade, realizando filmagens e entrevistas com professores e funcionários da escola visando uma melhor compreensão daquele espaço

como importante e significativo, construindo maquetes de locais conhecidos ou de referência; atividade a partir de fotos, como varal, mural (físico ou digital); além de propor a criação de roteiros de passeios por regiões em forma de circuitos históricos e culturais. Pensar na confecção de guias turísticos digitalizados e impressos...

- **EXEMPLOS PARA USO SOBRE A ILHA DO GOVERNADOR**

Olhando para a realidade da Ilha do Governador são inúmeras as possibilidades de itinerários (pensando a orla, monumentos, espaços culturais, ruas principais, comunidades e áreas de favela, parques e praças...).

Em cada turma em que essas propostas de História Local forem aplicadas, poderemos observar respostas de forma diferenciada, com criações e aprendizados únicos, pois cada estudante poderá participar com suas pesquisas, sua memória, sua identidade, na forma de como ele observa e entende essa localidade e sua importância na comunidade onde ele está inserido. **ETAPA FREGUESIA:**

- **Local:** caminhada pela orla da Praia da Guanabara, no bairro da Freguesia.
- **Tempo de duração:** duas horas e meia.
- **Ponto de Encontro:** monumento da Pedra da “Onça”, na região do Bananal.
- **Sugestões de intervenções:** inicialmente é importante falar sobre a Ilha do Governador em geral, seu mapa, com a localização na Cidade do Rio de Janeiro, também do bairro da Freguesia e o entendimento do por que do seu nome. Depois poderão ser abordados temas sobre o monumento da Pedra da Onça, a lenda da índia Temiminó e sua relação com o gato Maracajá. Em seguida, o professor pode trabalhar também os povos originários na Ilha e como era a paisagem da Ilha nesse período. Poderá citar o movimento de moradores na década de 1930 até a colocação da primeira estátua do referido gato no ano de 1937. Após esse início, a caminhada se inicia pela orla e observamos a arquitetura urbana focando nas construções das diversas casas das décadas de 1930 a 1960, com fachadas apresentando muitas características típicas. Também há a questão das novas construções, prédios, que substituíram clubes, casas, bares, fábricas. O professor poderá trabalhar as questões do meio ambiente como a poluição sempre presente, a redução da faixa de areia, vestígios de escadas de acesso de pedra, pontes de atracação... Na orla podem ser pontuadas as questões do comércio local, onde temos hotéis, bares, quiosques e podem-se abordar as permanências e mudanças ao longo do tempo. Nesse espaço também havia a antiga fábrica Formicida Freguesia (abordar a questão da economia cafeeira, o problema com

as formigas nas lavouras, a fórmula do veneno, os reflexos na região), a perda de muitas árvores centenárias, citando também o antigo caminho onde passaram os saudosos bondes. Ao chegar à Praça Calcutá (antiga Carmela Dutra) é possível falar da igreja histórica de Nossa Senhora da Ajuda, o local do antigo cemitério, mostrar os vestígios da antiga ponte de atração defronte à praça, o caminho dos bondes, espaços culturais marcantes como boates, restaurantes, bares, pizzarias, padarias e o cinema Itamar. Também poderá propor a explicação de alguns nomes de ruas paralelas da praia. Seguindo a orla será avistado o monumento à Iemanjá, inserido no local em 1999 e toda a construção histórica para os pescadores da região. É possível também trazer reflexões sobre a questão da segurança: explicando os muros cada vez mais elevados na orla, com câmeras, arame farpado, fato que, no passado, eram baixos e com portões simples. Ao final da caminhada ou ao longo da atividade, a citação histórica dos personagens marcantes e associar as contribuições dos diversos povos e grupos que a integrou o bairro (indígenas, africanos, europeus) no passado e a crescente urbanização.

➤ **ETAPA COCOTÁ – PRAIA DA BANDEIRA**

- **Local:** caminhada pelas ruas do bairro do Cocotá e a orla da Praia da Bandeira.
- **Tempo de duração:** duas horas e meia.
- **Ponto de Encontro:** na entrada da Paróquia São Sebastião, no bairro do Cocotá.
- **Sugestões de intervenções:** Inicialmente é importante falar sobre a Ilha do Governador em geral, seu mapa e sua localização na Cidade do Rio de Janeiro, com a localização do bairro do Cocotá e o entendimento do por que do seu nome. Como o grupo está defronte a igreja pode informar a origem da mesma em 1919, sua construção por conta da Pandemia da Gripe Espanhola, em 1919, e sua mudança de local depois de algumas décadas. Abordar os aspectos da comunidade do Morro do Dendê visto atrás da referida igreja e eleger algumas informações quanto ao seu povoamento crescente desde a década de 1950, podendo levar fotos antigas ou do mapa local, trazendo a localização do morro e os bairros em que ele está inserido. Depois, poderá ser explicado o processo de aterramento da orla, do antigo Saco de Olaria, no final dos anos 60 e ao longo da década de 1970 e seus efeitos positivos e negativos. Ao caminhar pela região poderá ser citado o prédio “Sobre as Ondas”, que está localizado perto da antiga Caieira. Abordar a questão da Praia do Barão e a pessoa

do Barão de Capanema e sua primeira fábrica Formicida no período do século XIX. No espaço do aterro, o professor e os estudantes seguirão pelo Parque Manuel Bandeira, poderão citar a estação das barcas (transferida do bairro da Ribeira em 2012), a Areninha Cultural Renato Russo (reinaugurada em 2016), a pista de Skate (construída em 2003), UPA Pediátrica (inaugurada em 2016) a Agrofloresta (criada em 2017) com sua importância e efeitos para os moradores e visitantes. Ao caminhar pela via, é possível informar antigos locais de comércio, praças, escolas, mercados, centrais telefônicas, o antigo galpão dos bondes com seus tijolos a amostra da antiga Companhia Cerâmica Santa Cruz, antes localizada na Praia da Bica, no Jardim Guanabara. As construções das casas e a questão das atuais lojas. Ao chegar à orla da Praia da Bandeira, há casas também residências das décadas de 1950, prédios antigos em que podemos levantar os problemas ambientais da poluição aparente, a pequena faixa de areia, o comércio e outros serviços que são vistos e também os ausentes, explicar os nomes de algumas ruas. O grupo passará pelos restos do antigo Ateliê Flutuante (amplamente atuante na região na década de 1980 e 1990) e sua importância na parte cultural. A frente há o espaço do Canhão da Ponta do Tiro, que foi instalado em 1919 e se explica os motivos que levaram a sua colocação para ajudar os estudantes de uma antiga escola local necessitar de um local para eventos cívicos. O suporte da bandeira trouxe a mudança da praia (antes nomeada de Praia da Tapera) e depois o bairro ganhou esse nome. Fechando a caminhada, os organizadores poderão assinalar a antiga fábrica de Formicida que ficava localizada mais a frente do espaço do Canhão.

➤ **ETAPA JARDIM GUANABARA**

- **Local:** caminhada pelas ruas do bairro do J. Guanabara e pela orla da Praia da Bica.
- **Tempo de duração:** duas horas e meia.
- **Ponto de Encontro:** frente à Padaria do Anibal - Jardim Guanabara.
- **Sugestões de intervenções:** Inicialmente é importante falar sobre a Ilha do Governador em geral, seu mapa e sua localização na Cidade do Rio de Janeiro, com a localização do bairro do Jardim Guanabara e o entendimento do motivo do seu nome. A partir da Rua Ituá o grupo segue pelas ruas Matias Antônio dos Santos, Antônio Maria Abel, Djalma Pontes Nogueira, passando por áreas pelo alto Jardim Guanabara até um belo mirante. Ali há uma vista de parte da Baía da Guanabara, Ilha do Fundão, além dos

organizadores poderem citar a Praia do Engenho Velho que ocupa parte dessa orla insulana. Neste caminho podemos comentar sobre os aspectos da ocupação da cidade, as antigas passagens utilizadas pelos indígenas (Peabirus), os aspectos ambientais e urbanísticos, dentre outros. Depois o grupo segue até o Parque Marcello de Ipanema, onde poderá ser citada a questão da Ilha antiga e sua vegetação nativa, a fundação do parque e sobre a pessoa do pesquisador Marcello que dá nome ao local. Também poderão ser abordados os diversos usos do local, como recitais e saraus, piqueniques, inclusive para a prática de rituais religiosos de grupos religiosos de Umbanda e Candomblé. Na saída do Parque já é avistada a histórica Capela Imperial Nossa Senhora da Conceição e o professor ou estudantes podem trazer os apontamentos históricos da mesma, sobre o antigo Palacete Santa Cruz, que estava localizado a sua esquerda, sobre a Praça Jerusalém (chamada anteriormente de Praça Doutor Eduardo Cotching), sobre o local ser uma das primeiras fazendas de produção de Cana-de-Açúcar cariocas no período colonial. Ao seguirem caminhando pela orla, é possível ressaltar as palmeiras imperiais, plantadas ao longo da década de 1920, a questão da qualidade de vida existente na Ilha naquela época, podendo mostrar algumas fotos de época, além de apresentar como a região se modificou ao longo do tempo. Neste sentido, é interessante lembrar-se da antiga fábrica de Cerâmica Santa Cruz que ocupava uma vasta área próxima à orla e suas diversas contribuições para a Cidade do Rio de Janeiro. Pela orla observam-se muitos quiosques e prédios, assim o grupo poderá refletir sobre os aspectos urbanísticos e econômicos da região, as antigas casas que pouco permaneceram e a especulação imobiliária se expandiu muito no final do século XX e início do século XXI, avançando pela praia, dentre elas, há a famosa a praia da “biquinha”, onde a prefeitura construiu um parque com chafariz, porém sem pleno uso pela população e, muitas vezes, tem seu cuidado deixado a desejar pelos órgãos municipais. Há um chafariz no local e a saída da água (não potável) onde os visitantes podem refrescar as mãos e os pés. É importante frisar as funções de nascentes assim na época colonial e sua relação com os moradores, comerciantes, por exemplo. Ao observar a Baía da Guanabara é possível traçar aspectos do período século XVI onde houve batalhas envolvendo franceses, portugueses, Tamoios e Temiminós, no período da França Antártica (1555-1567), aspectos da presença da Família Real na região, a importância da Ilha no abastecimento de tijolos, alimentos, cal e outros produtos para a Cidade do Rio ao longo do tempo e todos os grupos envolvidos nesse processo. O fechamento pode ser

feito no final da Praia, chegando à entrada do Depósito de Combustíveis da Marinha ou no próprio espaço da Biquinha.

Há outras possibilidades de breves roteiros em outras áreas da Ilha, mas o interessante é viabilizar a contribuição dos alunos através de sugestões de intervenções, agregar outros olhares para esses trajetos, pensar, talvez, outros tipos de *city tour* pela região, na forma do que falar e no como falar sobre esses referenciais, com eles possuindo protagonismo e o lugar de fala, assim como os antigos *Griots* africanos, que se apropriam da História, visando o encantamento de seus interlocutores e procurando gerar mais pertencimento das comunidades ao escutarem suas narrativas e revelar os personagens marcantes para aquela localidade: realizando, aos poucos, uma construção identitária.

Desta forma, pensar uma população na Ilha do Governador com tal engajamento e participação é um dos maiores objetivos, contudo, entende-se que não será algo com resultados imediatos, pois é um processo complexo a produção de novos saberes e práticas. Sobre essa maior participação, conclui Monteiro (2013):

Ensinar, como o próprio termo indica, é “fazer conhecer pelos sinais”¹⁷, é produzir significados. E estes significados são atribuídos pelos professores desde o momento em que se apropriam de um conceito e definem a proposta de atividade a ser realizada para a sua aprendizagem, por aqueles alunos que têm em sua turma. (MONTEIRO, 2013, p.5).

Na Ilha do Governador há o projeto “Rolé da Ilha” onde buscamos levar os estudantes insulanos para conhecer de perto os espaços e paisagens insulanas. Tal atividade é desenvolvida desde 2015 com caminhadas culturais de breves circuitos com os estudantes. É realizado no contraturno das turmas ou aos finais de semana quando a escola não consegue a aquisição de ônibus para levar as turmas.

Desde o ano de 2010 é realizado o importante projeto “Conhecendo a Ilha a Pé”, desenvolvido pelo insulano Roberto Machiutte⁶⁶, que mobiliza moradores e turistas em caminhadas culturais mensais gratuitas por diversos locais da Ilha e ainda associa campanha de arrecadação de alimentos para instituições sociais ou religiosas. Desde o ano de 2020, os dois projetos têm unido forças em prol da divulgação da História e cultura insulanas.

⁶⁶ O insulano Roberto Machiutte desenvolve um importante trabalho de resgate histórico e de fomento ao turismo na Ilha do Governador (Ecotur Ilha) desde 2012, na valorização da ecologia e preservação ambiental na Ilha do Governador nas últimas décadas. Também atua como fotógrafo e guia turístico. Além de caminhadas históricas mensais pela região, sua ação também ocorre através de redes sociais por meio de fotos e vídeos divulgando espaços na Ilha e também alertando a população e autoridades sobre diversos problemas que assolam a localidade.

- **PLATAFORMAS POSSÍVEIS:**

Mesmo de forma remota, é possível realizar tais trajetos, pois há os recursos do Google chamado GOOGLE EARTH⁶⁷ com uma visão de satélite sobre o globo terrestre mais detalhada podendo ser ampliado, criando um recorte da região e mostrando o território escolhido para estudo. É possível ter uma visão panorâmica e também em 3D, como se estivéssemos vendo de frente tais espaços. Este recurso apresenta com riqueza de detalhes as partes da Ilha do Governador.

Também há o programa do GOOGLE MAPS⁶⁸, o qual se trata de um veículo portando uma câmera de 360° que passa por grande parte da cidade, mostrando ruas, casas, praças, praias... Assim, de forma remota, o professor pode espelhar na tela do computador ambos os programas e ir “caminhando” virtualmente por esses espaços com seus estudantes. Ele mesmo ou determinados estudantes podem realizar os apontamentos e explicar curiosidades. Assim, na impossibilidade de recursos, na dificuldade de ausentar os estudantes da escola por questões de segurança ou falta de transportes adequados, pode-se ter esse recurso de “*city tour*” ou “*Rolé da Ilha*” podendo ser realizado mesmo de dentro da escola.



Figura 35 – Pesquisando a igreja Nossa Senhora da Ajuda com o Google Earth.⁶⁹

⁶⁷ Google Earth é um programa de computador criado em 2001, desenvolvido e distribuído pela empresa estadunidense do Google cuja função apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de mosaico de diversas imagens de satélite. Disponível em: <https://google-earth-pro.gosur.com>. Acesso 02 maio de 2022.

⁶⁸ O Google Maps é o mapa online. É uma ferramenta excelente para encontrar qualquer lugar do Brasil e do mundo, obter instruções de rotas, como se você estivesse lá, quase ao vivo. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso 02 maio de 2022.

⁶⁹ Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-22.79367193,-43.1704685,19.82206359a,133.81727215d,35y,0.00000001h,59.89681166t,0.00000001r>. Acesso em 10 junho de 2022.

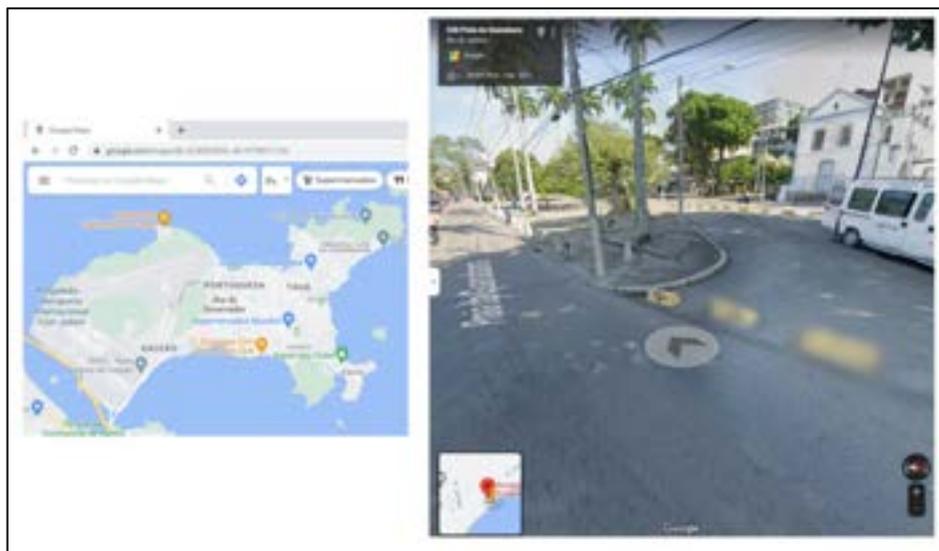


Figura 36 – Pesquisando a igreja Nossa Senhora da Ajuda com o Google Maps.⁷⁰

Em ambos os aplicativos podemos verificar com muitos detalhes a igreja e seu entorno, logo o professor poderá abordar muitas características do local no passado e também no presente. Essas imagens podem ser projetadas por meio de um datashow ou com computador ou com televisão conectada à Internet.

Pensando em visitas presenciais ou virtuais, foram elaboradas três sugestões de roteiros onde o professor e os estudantes podem fazer uso para ajudar nas explicações de cada local e instigar outras análises e locais.

Como um simples exemplo de roteiro de circuito abordando a Ilha do Governador, podemos citar três possibilidades onde o professor e os estudantes poderão articular apontamentos, mostrar fotos, levar depoimentos, dentre outros. Pensando em circuitos pela Ilha do Governador, de forma presencial ou utilizando os aplicativos digitais já citados, apresentamos três possibilidades de circuitos pela região, onde não há apenas a indicação de localização geográfica, mas possibilidades de apontamentos históricos diversos. Os horários propostos para as atividades estão relacionados à modalidade presencial.

- **CUIDADOS/LIMITES:**

As atividades pensadas para fora da escola são necessárias autorizações dos responsáveis, para que os estudantes possam ir aos locais propostos pelo professor. Caso os próprios estudantes façam os vídeos com eles sendo os apresentadores, também é necessária a

⁷⁰ Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Amat%C3%A1xi+Freguesia-24+Horas/@-22.7935403,-43.1700692,3a,90y,266.2h,71.73t/data=!3m6!1e1!3m4!1sckLkf6M95anEBRL__NjviQ!2e0!7i16384!8i8192!4m12!1m6!3m5!1s0x999d60b754c18b:0x1ba3831c93408c43!2sPar%C3%B3quia+Nossa+Senhora+da+Ajuda!8m2!3d-22.7931054!4d-43.1705228!3m4!1s0x999d60b11db287:0x7771fc101de7f6bb!8m2!3d-22.7933976!4d-43.1704471. Acesso 10 junho de 2022.

devida autorização. A direção da escola precisa estar ciente das ações visando maior apoio e êxito das mesmas. Se as aulas externas forem realizadas aos finais de semana, o professor pode convidar os pais para participarem, gerando maior mobilização da comunidade e maior engajamento participação dos estudantes.

No momento da realização das caminhadas, é imprescindível que haja pessoas voltadas para o cuidado com o trânsito, dispersão e registro.

Sempre é importante não extrapolar o tempo das atividades evitando percursos muito longos e cansativos. Alertar sobre o uso de roupas leves, indo de tênis, com cada pessoa levando água e algo para um possível lanche ao final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar o Ensino de História como a soma da apreciação de vestígios históricos, a busca hipóteses, do diálogo com os seus sujeitos, os tempos e os espaços, buscamos refletir sobre como esses sujeitos e espaços podem trazer importantes contribuições para a aprendizagem mais significativa de estudantes residentes na Ilha do Governador em meio à Pandemia da Covid-19. Mesmo sem conseguir aplicar tais propostas nas turmas, a pesquisa se propôs a pensar como a referida Ilha pode ser inserida nesse processo de diálogo com os demais conteúdos relacionado ao currículo das turmas de 7º e 8º anos do Ensino Fundamental, possibilitando analogias, entendimentos mais detalhados e como a História Local pode contribuir para a grande importância no cenário nacional.

Essa pesquisa, inserida dentro desse mestrado profissional, traz essa concepção, de repensar práticas, perceber outras vertentes de atuação. É como ressalta Marieta Ferreira (2016):

A preocupação com a formação de professores para atuar em diferentes setores acabou estimulando o desenvolvimento de propostas diferenciadas, com a missão de induzir e fomentar a formação continuada de professores da educação básica. (FERREIRA, 2016, p.38).

O Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional (ProfHistória) pode, assim, cumprir seu objetivo: proporcionar formação continuada que contribua para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica, visando a dar ao egresso qualificação certificada para o exercício da profissão de professor de História. (FERREIRA, 2016, p.44).

Mesmo com grandiosos desafios que a Pandemia causou e ainda vem causando na sociedade brasileira, é preciso entender que o estudo da História pode evidenciar mais do que a compilação de fatos históricos ou a criação de uma linha do tempo, com causas e desdobramentos, onde o papel do professor é de extrema importância nesse contexto, porém é preciso ir além e perceber o quanto pessoas de gerações diferentes convivem na dinâmica dessa História, onde todos é parte dessa imensa engrenagem do tempo. Assim, essa História Local, ensinada através de Vetores de Ludicidade, pode colaborar para um novo fazer histórico, mesmo sendo mais complexo e desafiador por conta do isolamento, falta de acesso a recursos tecnológicos, aulas remotas ou híbridas ou acessando poucos materiais didáticos fornecidos pelas escolas.

O primeiro capítulo trouxe o recorte espacial na Ilha do Governador e buscou evidenciar as muitas contribuições do território insulano para o cenário econômico, político, social e cultural, tanto na Cidade do Rio de Janeiro e suas relações com a História do Brasil: como influenciou e se deixou influir ao longo dos séculos, desde o início de sua ocupação humana.

Nesta abordagem, buscamos esse passado e presente da Ilha do Governador, traçando paralelos também com a população insulana, seus bairros e comunidades, em perceber que as pessoas que pesquisam a região, sendo historiadores e memorialistas, são de extrema importância para tirar essa História Local do subterrâneo e do silêncio. É ir além dos grandes personagens e retirar essas camadas de esquecimentos sobre os outros sujeitos que foram também de grande valor para a formação da cultura insulana. É como assinala Teresinha Victorino (2008):

O Rio de Janeiro tem sua própria história, mas existe também uma História do Brasil no Rio de Janeiro: são histórias que se entrelaçam em um conjunto, porém distintas. Assim acontece com a Ilha do Governador: testemunha, por sua condição geográfica, dos principais eventos da história da cidade e do país, a Ilha repercutiu tudo o que aconteceu no Rio de Janeiro. Mas também preservou sua própria história para ser contada – uma história distinta, singular e única.⁷¹

A partir dessa abordagem inicial com o professor podendo perceber como esse local tem sua relação com os outros conteúdos, o segundo capítulo articulou uma discussão teórico-conceitual, onde a partir de análises do estudo da História Local e como ela pode proporcionar uma aprendizagem mais concreta e efetiva, fortalecendo aspectos importantes relacionados à memória e criação de laços de identidades com sujeitos e espaços diversos, ou seja, uma história vivida, onde os estudantes podem ter mais ação em sua comunidade, na sua relação com a escola e colegas de turma.

Ao observar monumentos, praças, prédios, paisagens atuais é como se cada estudante pudesse também compreender como tais referenciais estavam conectados há outros tempos, como, por exemplo, da chamada Praia de Olaria, no bairro do Cocotá, na questão de tijolos e objetos de argila e de Cal estando associados ao Brasil seiscentista: “A argila e o cal dos mariscos e dos depósitos de ostras também logo atraíram as atenções dos brancos para o trabalho de olaria e fabrico de louças”, (BUENO, 2002 p. 123).

No terceiro capítulo buscamos compreender como o lúdico pode ser um importante aliado no ensino de História como uma gama de possibilidades de ações, diversos vetores que podem ser adaptados e articulados pelo professor em suas aulas, elegendo novas ferramentas e métodos em sua prática docente. Com as sugestões de onze sequências didáticas elegendo a História Local como um norte, trazendo suas possibilidades de aplicabilidade nas turmas com aulas síncronas, híbridas ou assíncronas. Cada uma das propostas também tenta problematizar esse saber a ser ensinado, compor novos horizontes ao professor e aos estudantes, revelar

⁷¹ Disponível em: <http://tereivictorino-ea.blogspot.com/2010/04/um-pouco-da-historia-da-ilha-do.html>. Acesso 28 abril de 2022.

caminhos aguçando curiosidades, pertencimentos, possibilitando a construção de uma consciência histórica, um ensino empenhado em formar para a vida em sociedade, e não só para o mundo do trabalho.

Através das onze propostas de intervenção, é possível eleger aspectos da cultura local, tradições e práticas culturais da localidade e suas relações com os sujeitos, num hibridismo cultural, evitando enrijecimentos de identidades presas a uma determinada época perdendo suas conexões com o tempo presente. O professor observando sua sala de aula (virtual ou física) como espaço potente para criar, pensar, repensar, perceber novas visões, transgredindo além das fronteiras (com as turmas podendo abordar suas vivências e experiências): possibilitando novos entusiasmos e descobertas com seus estudantes durante as aulas de História numa pedagogia mais engajada e libertadora.

Nesse sentido, observamos que a atuação profissional da docência vai para além do espaço empírico da sala de aula (presencial ou online) proporcionando um ensino integrado, singular, com abordagens mais ricas, interessantes, reflexivas, alinhado com os recursos digitais. Compreendendo, dessa forma, como o ensino de História Local tem sua relevância na atualidade, costurando-o com os demais processos educacionais, pois muitos atos que realizamos influem e influenciam a nossa vida e na sociedade.

Pensando também a grande importância da busca por esse significado do aprendizado por parte das turmas, sublinha Ana Monteiro (2013): “Esta significação ativa se dá, não apenas pelos alunos, mas também pelos professores que, ao preparar e desenvolver suas aulas, eles elaboram e reelaboram os conteúdos prescritos em novas construções para tornar aqueles saberes possíveis de serem ensinados e aprendidos” (MONTEIRO, 2013, p.4).

Ao propor reflexões sobre a História Local, esse engajamento se dá com o grupo percebendo sua personalidade, adquirindo novos significados dos assuntos pesquisados, seja com entrevistas, fotos, vídeos, leitura de notícias, leituras diversas, criando roteiros de passeios, montando biografias de pessoas de destaque, criando jogos com base em dados e fatos históricos, mapas mentais ou exposições fotográficas para toda a escola, ou ainda criando símbolos..., enfim, há a possibilidade de transformação no professor e nos estudantes. As aulas são trocas entre ambos, com a formação sendo edificadas, estabelecidas aos poucos, como peças de quebra-cabeça, com muitas mãos, juntas, tornando esse processo possível.

É importante ressaltar que não se pensa em criar uma “receita de bolo infalível” para os docentes quanto ao uso de vetores lúdicos ou a abordagem de pesquisa sobre a História Local, mas entender tais propostas como “ingredientes”, onde caberão ao professor e a sua

turma fazer as escolhas, adaptar ou readaptar sugestões, apropriarem ou criarem suas “próprias receitas” (a atividade em si), logo adequando e modificando de turma para turma.

O produto da pesquisa se destina aos docentes de História como de outros interessados em compor a História Local como cerne de novas proposições de interpretação de sua realidade, mostrando a relevância de querer aprender como a região onde vivemos é tão significativa e importante quanto às outras narrativas da História do Brasil e do Mundo. Assim, visa provocar diversos olhares sobre a Ilha do Governador, fugindo de uma análise homogeneizante, construindo novas indagações sobre a Ilha e a História das suas partes e percebendo novas perspectivas sobre esse lugar. Ao entenderem esse “valor pelo local” e como ele se conecta a uma ideia também de Educação Patrimonial, cada uma das onze propostas pode promover uma atmosfera de escuta e de impressões conseguidas a partir do tema escolhido para pesquisa, engajando os estudantes em um aprendizado reflexivo. Espera-se também que, após a aplicação dessas atividades, haja um forte movimento de ampliação no conhecimento, na valorização e também futura preservação desses espaços, memórias, da cultura insulana em geral.

Essa intencionalidade docente em trazer esses estudantes para pensar novos conhecimentos, aprendendo correlações, buscando até mobilizações em prol de mudanças de realidades e situações. As visitas guiadas podem também agregar mobilizações contra depredações do patrimônio, de monumentos, campanhas de arrecadação de alimentos para grupos ou instituições locais, denunciarem abandonos ou descaso de autoridades em determinados locais da região ou problemas associados ao meio ambiente, segurança, saúde, transporte e educação. Também, através das atividades de vídeos curtos e fazendo uso das redes sociais da escola ou dos próprios estudantes, essas narrativas pesquisadas tem maior visibilidade na comunidade insulana e possibilitando maior interesse em querer acompanhar mais de perto a História e a Cultura da Ilha do Governador.

As diferentes linguagens propostas em sala de aula buscam trazer novos discursos e almejam possibilitar a construção de outras realidades. A didática pode ser ampliada pelos docentes. Assim, podemos perceber quem são as nossas demandas do presente que nos mobilizam na construção dessas narrativas sobre o passado e o presente através de encadeamentos, com sentido crítico e analítico vendo rupturas e continuidades, silenciamento e desconstruir narrativas únicas. Sobre a ideia da didática, assinala Monteiro (2013):

A didatização é o outro processo que possibilita que os saberes selecionados sejam possíveis de serem ensinados, sejam transformados em objetos de ensino através da mediação didática. A articulação dos dois processos, que se faz em função da finalidade educativa que orienta o ensino escolar, possibilita a formação de

representações e de valores pelos alunos, a produção de sentidos e atribuição de significados a partir das situações de aprendizagem vivenciadas. (MONTEIRO, 2013, p.11).

O docente, ao propor algumas dessas atividades, terá a chance de ver suas turmas se apropriarem delas e agregarem novos elementos, podendo se diferenciar da proposta inicial, adaptando a sua realidade por conta do que eles elegeram como significativo, mobilizando produção e ressignificação do conhecimento. Ao indicar, por exemplo, uma atividade com fotos usando o celular, alguns dos integrantes das turmas queiram utilizar outra forma de abordagem, reelaborando a atividade inicial, usando o aparelho (vídeos para entrevistas e explicações de locais ou áudios para Podcast); caso o professor ainda discorra sobre abordar os principais fatos ou contribuições da Ilha em uma determinada época, a turma queira se mobilizar para querer aprender sobre os nomes dos bairros e suas principais características.

É preciso entender que a teoria e a prática devem sempre caminhar juntas na Educação e no ensino de História, onde o público-alvo inicial são os estudantes e, depois, quem esses estudantes tiverem contato posteriormente, mobilizando saberes, afetos, memórias, identidades, significantes e significados; como uma raiz que vai se desenvolvendo e gerando novos veios e possibilitando a redução da complexidade da realidade.

A pesquisa, dessa maneira, se propôs a trazer uma maior ênfase a uma História interna, indo além da narrativa nacional linear, trazendo novas possibilidades de conhecimento, com a indicação de novos agentes, como um livro aberto, sujeito a mudanças contínuas... Esses fragmentos do passado da Ilha, essas ruínas ainda ocultas para grande parte da população local, escavando culturas subterrâneas, através do olhar dos estudantes da educação básica, podem emergir e se tornarem vistosos e novamente vivos ao conhecimento da comunidade.

Bem, se a proposta dos jogos e atividades for aceita pela turma, produzida, replicada e distribuída nas outras escolas do bairro ou da região? Se as turmas criarem não somente roteiros, mas cartilhas contendo mapas de pontos turísticos ou com eventos culturais realizados, como num calendário anual e distribuí-lo de forma impressa ou digital? E se conseguirmos objetos antigos associados à Ilha pensando neles como uma porta de acesso ao passado? Se esses monitores gerarem novos monitores a partir de seu exemplo inicial? Se essas fotografias feitas no varal puderem ser estampadas nos jornais locais ou perfis em redes sociais ampliando seu alcance? A História Local, dessa maneira, poderá ter mais alcance indo além do espaço da sala de aula, chegando a mais crianças, jovens e adultos da Ilha.

Os estudantes, desse modo, não são neutros, passivos, apáticos ou isolados. Eles estão no mundo e se relacionam com ele diariamente, logo constroem uma História material, concreta, cheia de historicidade e pertencimentos. Com o presente sendo ressignificado a partir das experiências com o passado, os estudantes, a partir de múltiplas perspectivas, versam um maior compromisso com a memória democrática, sendo produtores e receptores da cultura histórica, reconstruindo as relações do local com o tempo: fazer a História Local da Ilha do Governador ser mais interessante por si mesma, contada pelos próprios insulanos.

É pensar esse projeto como uma “construção”, propomos maiores engajamentos no conhecimento da História Local através de muitos ingredientes e ferramentas, sendo parte importante da concepção das ideias, da fundação, da estruturação das colunas, das paredes e do teto, onde são muitas mãos, juntas, desenvolvendo suas partes e depois os devidos acabamentos.

Assim como a ampulheta que, através do movimento de suas areias, vemos como a História é viva e dinâmica, pois o tempo é primordial para a construção histórica, tentando sempre compreender quem nós fomos e somos nesta areia da vida, sempre em movimento, assim como o processo histórico.

Podemos compreender, dessa maneira, mais claramente, que a Ilha do Governador não possui somente água ao seu redor, mas inúmeras histórias por todos os lados.

E a base dessa construção é a Educação coletiva, identitária e libertadora!

É chegada a hora!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Brasília: Senado Federal, 1998. Coleção Biblioteca Básica Brasileira, volume 65.
- ABREU, Marcelo. História Local e ensino de História: interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Bomfim. Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 59-79.
- ALMEIDA, Maria das Graças Batista. Desbravando Horizontes: a Importância das aulas de campo no Ensino de História. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA UEPB, 3., 2013. Paraíba. Anais [...]. Paraíba: Universidade Estadual da Paraíba, 2013. p. 1-9.
- _____. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagem étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva. NEVES, Guilherme Pereira. (orgs). Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói: Ed.UFF, pp. 13-28, 2006.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALVES, L. A. M. A história local como estratégia para o ensino da história. Porto: Universidade do Porto, 2006.
- ALVES, Lynn Rosalina Gama. Relações entre os jogos digitais e a aprendizagem: delineando percurso. Educação, Formação & Tecnologias, v.1(2), nov.2008.
- ALVES, Rubem. O desejo de ensinar e a arte de aprender. Campinas: Editora Fundação Educar D’Paschoal, 2004.
- _____. Palestra: A Escola Ideal: O Papel do Professor. 2011, (09m51s), Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G_1h7N51dnk. Acesso 10 maio de 2021.
- ANTONELLO, Roberta Siqueira de Souza. A História Local como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem histórica: O caso do Município de Guarantã do Norte - MT. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2020.
- ANTUNES, Celso. Educação infantil: prioridade imprescindível. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- ARRUDA, Eucídio Pimenta. Aprendizagens e Jogos Digitais. Campinas: Alínea Editora, 2011.
- BARROS, José. História, região e espacialidade - Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005. Disponível em <http://antiga.uffs.edu.br/wp/wp-content/uploads/2010/06/Historia-regi%C3%A3o-e-espacialidade.pdf>. Acesso 08 abril de 2022.
- BARROSO, Vera Lucia Maciel et. al. Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST/Exclamação/ANPUH/RS, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BOURDIN, Alain. A questão local; tradução Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Samia/Downloads/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Samia/Downloads/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site%20(2).pdf) Acesso em 26 julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso 10 maio de 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998. In: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso 12 maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, Diretoria de Currículos e Educação Integral, SEB, DICEI, 2013.

BRENELLI, Roseli. O Jogo como espaço para pensar. Campinas: Papirus, 2005.

BUANO, Larissa Martins. História, Memória e Narrativa: Percalços fecundos em História Oral. VIII Congresso Internacional de História. UEL, outubro de 2017, p. 1014 – 1019. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/4158.pdf>. Acesso 15 agosto de 2022.

BUENO, Eduardo. Pau-brasil. São Paulo: Axis Mundi Editora, 2002.

BUCZENKO, Gerson Luiz. História local e identidade: o ensino de história nos anos iniciais da educação básica. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de. (org.). Ensino de História: histórias, memórias, perspectivas e interfaces, Cap.04, Editora Científica Digital, 2021, p.60-76.

CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. A. Introdução: percursos das pesquisas em educação histórica: Brasil e Portugal. In: CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. (Org.). Educação histórica: teoria e pesquisa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p. 9-17.

CARDOSO, João Carlos Silva. Site Toponímia Insulana. Disponível em: <http://www.toponimiainsulana.com.br/>. Acesso 13 maio de 2022.

CARVALHO, Arnaldo V.; PICCOLO, Paula. (Org.). Jogos de Tabuleiro na Educação. São Paulo, SP: Devir, 2022.

CARVALHO, José Murilo de. O Brasil e seus nomes. Revista de História. RJ: Biblioteca Nacional, ano 2, n. 15, dezembro 2006, p.14-22.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e História local: desafios, limites e possibilidades. In: Revista História Hoje, v.07, nº13, p.272-292, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/393/271>. Acesso em 05 agosto de 2022.

CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2011.

COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro no século XVII. Rio de Janeiro, livraria José Olympio editora, 1944.

COELHO, Bruno do Nascimento. Ressignificando identidades: presença nordestina em Irajá e seu entorno - história local e ensino de história. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Educação e Humanidades Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2021.

COSTA, Aryana. História local. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias. (org.). Dicionário de ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 132-136.

COSTA, Marcella A. Ensino de História e tecnologias digitais: trabalhando com oficinas pedagógicas. Revista História Hoje, vol. 4, nº 8, Dezembro de 2015.
_____. Ensino de História e Games: dimensões Práticas em Sala de Aula. Curitiba: APPRIS. 2017.

CRUZ, Gerlane da Conceição. A contribuição do lúdico na aprendizagem significativa em História. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal-RN. Trabalhos apresentado nas sessões dos graduandos, 2013. Disponível: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346312_ARQUIVO_artigoanpuh_1_.pdf. Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

CUNHA, Eugênio. Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2016.

DUARTE, Marcelo Felipe. De Araribóia a Martim Afonso: a metamorfose indígena pela guerra nas águas da Guanabara. Revista Navigator, Dossiê Engenharia militar, guerra e representações cartográficas nas Américas dos séculos XVI a XIX, v. 7 n. 14, 2020, p.87-103. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/445/426>. Acesso 20 de junho de 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.
_____. O ensino da História, a formação de professores e a Pós-Graduação. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.

FERREIRA, Víviam Cathaline de Sousa. SILVEIRA, Samia Sampaio da. A BNCC e o ensino de História Local: relações possíveis. XIX Encontro de História da ANPUH-RJ, setembro de

2020. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600384057_ARQUIVO_d6992e73ee5e77e5f5572e87e83cb3e0.pdf. Acesso em 10 setembro de 2022.

FILHO, Bezerra de Azevedo, J., & Salles, A. M. (2021). Conhecendo o nosso passado a partir da história local: Uma aula de campo no projeto “Seridó: nas pegadas da História”. *Oficina Do Historiador*, 14(1), e39394. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2021.1.39394> . Acesso 12 fevereiro de 2022.

FLANDES, Alain Lennart. A Escola e seu Território educativo: estudo de caso a Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Juberto%20Santos/Downloads/a-escola-e-seu-territorio-educativo.pdf>. Acesso 10 janeiro de 2022.

FONSECA, Selva Guimarães. Fazer e Ensinar História. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FRANÇA, Sirlene Carvalho Rocha. Educação Lúdica: perspectivas para uma aprendizagem mais agradável. Bahia: Itacaiúnas, 2016.

FREI VICENTE DE SALVADOR. História do Brasil. 7ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1982.

FREIRE, José Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2006.

GERMINARI, Geyso; BUCZENKO, Gerson. História local e identidade: um estudo de caso na perspectiva da Educação Histórica. *História & Ensino*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 125-142, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12593>. Acesso 11 janeiro de 2022.

GIACOMONI, M; PEREIRA, N. M. Jogo e ensino de história. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

GODOY, Maria do Carmo, Patrimônio cultural: conceituação e subsídios para uma política, in Anais do IV Encontro estadual de história, Belo Horizonte, ANPUH – MG, 1985.

GOMES, Ivone Maria Dos Santos. O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA. II Congresso Nacional de Educação, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-ii-conedu>. Acesso em 04 março de 2022.

GONCALVES, Márcia Almeida. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette;

MAGALHÃES, Marcelo. (org.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. p. 175-185.

GOUBERT, Pierre. História Local; tradução Marta Lago, Revista Arraballes. Ano 1. nº1. maio/agosto 1988.

GOUVÊA, M. F. S. “Mem de Sá”. In: VAINFAS, R (dir). Dicionário do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

GUILLEN, Isabel. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. Diálogos, Maringá, v. 18, n. 2, 2014, p. 637-660.

HARTOG, F. Regimes de historicidade. Presentismo e experiências no tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia).

HENRIQUES, Vanessa Roque. Panorama Setorial da Internet. Revista Universalização do Acesso, Março, 2016, p.1-10.

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia; MAGALHÃES, Bernardo. Pré-história do Brasil. Rio de Janeiro: Manati, 2007.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. Tradução João Paulo Monteiro. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, [1938], 2000.

IPANEMA, Cybelle de. Indicador da Ilha do Governador: litoral, relevo e hidrografia. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Marcelo de Ipanema, 1993.

_____. História da Ilha do Governador. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

KEIDANN, Gláucia L. Utilização de Mapas Mentais na Inclusão Digital. Artigo publicado na II Educom Sum, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí – RS, 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/educosul/2013/com/gt3/7.pdf>. Acesso 01 maio de 2022.

KISHIMOTO, T. M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

MARTINS, Cristina; GIRAFFA, Lucia Maria Martins. Gamificação nas práticas pedagógicas em tempos de cibercultura: proposta de elementos de jogos digitais em atividades gamificadas. XI Seminário SJEEC. 2015. Disponível em http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8683/2/Gamificacao_nas_praticas_pedagogicas_em_tempos_de_cibercultura_proposta_de_elementos_de_jogos_digitais_em_atividades_gamificadas.pdf. Acesso em 29 março de 2022.

MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. Villegagnon e a França Antártica. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MEINERZ, Carla Beatriz. Jogar com a história em sala de aula. In: GIACOMONI, M; PEREIRA, N. M. Jogo e ensino de história. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MILAGRES, Rodrigo de Lima. História Indígena da Ilha do Governador: Protagonismo indígena, metamorfose e Cultura Material. Monografia de Conclusão de Curso, Rio de Janeiro, UNIRIO, 2019.

MIRANDA, Simão de. No fascínio do jogo, a alegria de aprender. In: Revista Ciência Hoje. V.28, n.168. Jan/fev. 2002.

_____. Professor, não deixe a peteca cair! 63 ideias para aulas criativas. Campinas: Papyrus, 2005.

_____. A ludicidade como estratégia didática favorecedora de aprendizagens significativas e criativas. In: SÁ, Antônio Villar Marques de; MIRAMDA, Simão de; JUNIOR, Luiz Nolasco de Rezende. (Org.). Ludicidade: desafios e perspectivas em Educação. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, v. 1, pp.11-37.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2007.

_____. PENNA, F. de A. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011.

_____. Ensino de história entre história e memória. 2013. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf>. Acesso 28 abril de 2022.

MORAES, Jaime G. Ilha do Governador: o passado no presente. Grupo aberto no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/411449505677056>. Acesso 04 julho de 2022.

MOYLES, Janet R. Só Brincar? O Papel do Brincar na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MUELLER, Edison. A Heráldica – ontem e hoje. Revista ÁGORA, v. 4 n. 7, Santa Catarina, 1988, p.25-27. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/63>. Acesso 29 abril de 2022.

NEVES, J. . História local e construção da identidade social. Seculum – Revista de História, [S. l.], n. 3, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11226>. Acesso em: 19 junho de 2022.

NIKITIUK, Sônia M. L. (Org.). Repensando o Ensino de História. 4ª Ed, Coleção Questões de Nossa Época – Vol.52, São Paulo, Cortez Editora, 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/337702556/Repensando-o-ensino-de-historia-NIKITIUK-Sonia-L-org-pdf>. Acesso 21 abril de 2022.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. PUC/SP, São Paulo, 1993.

NORTON, Luís. A Dinastia dos Sás no Brasil: a fundação do Rio de Janeiro e a restauração de Angola. Lisboa, Ag. Geral do Ultramar, 1965.

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa, 2008.

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3ª ed., Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretária de Estado de Cultura, 2008.

ORIÁ, José Ricardo. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. In, RBH - Memória, história e historiografia. São Paulo, ANPUH/Marcos Zero, nº 25/26, setembro/1992 – agosto/1993.

_____. Memória e ensino de história. In, O Saber histórico na s Contexto, 1998.

PASSARELLI, Lilian Chiuro. Ensinando a Escrita: o processual e o lúdico. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

PERROTTI, Edmir. Elementos para o debate: a escola como oficina lúdica. In: A arte na escola: anais do primeiro seminário nacional sobre o papel da arte no processo de socialização e educação da criança e do jovem. São Paulo: UNICSUL, 1995.

PESSI, Bruno Stelmach. O uso de Internet no aprendizado de História: possibilidades e dificuldades. Porto Alegre: Revista do Lhiste, num.3, vol.2, jul/dez. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visu Desafios da Imagem. Campinas, SP, Papyrus, 1998.

RAMALHO, NICOLAU, TOLEDO, Fundamentos da Física, vol.1, Editora Moderna, 9ª Edição – revisão ampliada, São Paulo, 2007.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica. Curitiba: Ibpex, 2011. (Série Dimensões da educação)

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In REVEL, Jacques (org.). Jogos de escala: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ROCHA, Helenice. Uma caixa de História Local nas mãos do professor. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Bomfim. Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 129-145.

RODRIGUES, Daniela Silveira. Professor Reflexivo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Inglês). Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba, 2016.

SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e consumo das imagens. In: O saber histórico na sala de aula. São Paulo, Contexto, 2004, p.117-127.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. 1500-1627. São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP-Itatiaia, 1982.

SANT'ANA, Alexandre. A História do lúdico na educação. Sant'Anna. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/19400. Acesso 08 dezembro de 2021.

SANTOS, Joaquim Justino M. dos. História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1): 105-124; jan. a abr. 2002.

SANTOS, Santa Maria Pires dos. (Org.). O Lúdico na formação do Educador. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de História local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette; MAGALHÃES, Marcelo. (org.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. p. 187-198.

SILVA, Rafael Freitas da. O Rio antes do Rio. Rio de Janeiro: Relicário, 4ªED, 2020.

SOUTO, JUDITE PAIVA. O cotidiano de escravos e de trabalhadores livres na Ilha do Governador oitocentista. ACERVO (RIO DE JANEIRO), v. 28, p. 173-185, 2015.

_____. "Uma vasta caieira": um estudo sobre os fabricantes de cal da Freguesia da Ilha do Governador (1861-1900). Prefeitura do Rio. Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2016.

_____. Capítulos da Ilha do Governador. Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Helga Valéria de Lima; FERREIRA, Emilio Caetano; GOYA, Edna de Jesus. A Cartilha como material didático: conservação do patrimônio artístico cultural. Goiânia, PROGRAD-UFG, 2009.

SOUZA, Sant'Ana Daniel. Território e Movimentos Sociais: uma análise a partir do Plano de Estruturação Urbana na Ilha do Governador. Dissertação (Mestrado) em Geografia, Centro de Tecnologia e Ciências – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. In: Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 743-758. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/4388/7045>. Acesso 20 junho de 2022.

TOLOMEI, Bianca Vargas. A Gamificação como Estratégia de Engajamento e Motivação na Educação. Revista Científica em Educação à Distância - EaD em Foco: vol. 7 n. 2 (2017). Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/440>. Acesso 11 de abril de 2022.

TRISTÃO, M. B. O lúdico na prática docente. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

VAZ, Luana. A sala de aula como espaço relacional: o olhar do professor para as singularidades dos alunos. 2017. 162 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24233>. Acesso 15 março de 2022.

VIRGILIO, Thiago Costa; DIONÍSIO, Pamela Marcia Ferreira; MENEZES, Márcio Leal de. Ilha do Governador: contribuição do estudo geonímico para o processo evolutivo. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty: Rio de Janeiro, maio de 2011. Disponível em: www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/VIRGILIO_THIAGO_C_ET_AL.pdf. Acesso 15 fevereiro de 2022.

VITAL, Pedro Paulo. Mendes, uma história: do Maracajá à Pandemia. Rio de Janeiro, RJ, Grafitto, 2022.

VOLPATO, G. Jogo e brinquedo: reflexões a partir da teoria crítica. Campinas: Revista Educação & Sociedade, v. 23, n. 81, dezembro de 2002.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WANDERLEY, Sonia. Memória, História e Ensino. Revista VOZES EM DIÁLOGO (CEH/UERJ) - nº4, jul-dez/2009.